



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
EVENTO: Seminário	REUNIÃO Nº: 1777/15	DATA: 17/09/2015	
LOCAL: Auditório Nereu Ramos	INÍCIO: 14h19min	TÉRMINO: 19h21min	PÁGINAS: 103

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

VÂNIA REGINA PIVELLO - Professora do Departamento de Ecologia da Universidade de São Paulo - USP.
REUBER ALBUQUERQUE BRANDÃO - Professor Associado do Departamento de Engenharia Florestal da Universidade de Brasília - UnB e Coordenador do Laboratório de Fauna e Unidades de Conservação.
JOSÉ FELIPE RIBEIRO - Pesquisador da Embrapa Cerrados, unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
JOHN LANDERS - Diretor Honorário da Associação de Plantio Direto Do Cerrado - APDC e Vice-Presidente da Federação Brasileira de Plantio Direto e Irrigação - FEBRAPDP.
FRANCISCO OLIVEIRA - Diretor do Departamento de Políticas para o Combate ao Desmatamento, da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, do Ministério do Meio Ambiente.
RODRIGO JUSTUS DE BRITO - Consultor Ambiental, representando a CNA - Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil e a APROSOJA - Associação dos Produtores de Soja.
SÉRGIO LEITÃO - Membro do Instituto Escolhas.
DANIELLY GODIVA SANTANA MOLLETA - Supervisora do Inventário Nacional de Gases de Efeito Estufa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI.
MERCEDES MARIA DA CUNHA BUSTAMANTE - Professora do Departamento de Ecologia da Universidade de Brasília - UnB.
CLÁUDIO MARETTI - Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio.
RICARDO BOMFIM MACHADO - Professor do Departamento de Zoologia da Universidade de Brasília - UnB.
JÚLIO CESAR SAMPAIO DA SILVA - Coordenador do Programa Cerrado-Pantanal do WWF-Brasil.

SUMÁRIO

Painel Critérios Ecológicos para a Proteção do Cerrado do Seminário Bioma Cerrado - Normas de Conservação e Uso Sustentável.
Painel a respeito do tema Desmatamento: situação atual do Cerrado.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Há palavras ou expressões ininteligíveis.
Houve intervenção inaudível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Boa tarde.

Tenho a honra de coordenar o painel temático *Critérios Ecológicos para a Proteção do Cerrado*, do Seminário *Bioma Cerrado — Normas de Conservação e Uso Sustentável*.

Na parte da tarde, serão realizados ainda quatro painéis. Então, não devemos nos alongar muito para não prejudicarmos os próximos.

Convido para integrar a Mesa, neste painel: Sra. Vânia Regina Pivello, Professora do Departamento de Ecologia da Universidade de São Paulo — USP (*palmas*); Sr. Reuber Albuquerque Brandão, Professor Associado do Departamento de Engenharia Florestal da Universidade de Brasília — UnB e Coordenador do Laboratório de Fauna e Unidades de Conservação (*palmas*); e Sr. José Felipe Ribeiro, Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA com atuação na EMBRAPA Cerrados. (*Palmas*.)

Agradeço aos convidados a presença. Comunico aos componentes da Mesa que o evento é gravado para posterior transcrição das notas taquigráficas. Por isso, solicito que falem sempre ao microfone. Peço aos expositores que assinem a autorização para publicação e utilização, pela Câmara dos Deputados, das imagens e vozes gravadas no decorrer deste evento. Comunico a todos que o evento é transmitido ao vivo pela Internet.

Informo que cada palestrante disporá de até 15 minutos para sua exposição. Informo ainda aos inscritos neste seminário que, ao final das apresentações deste painel, iniciaremos os debates. As perguntas deverão ser dirigidas aos expositores e entregues aos servidores que se encontram neste auditório. Da mesma forma como ocorreu nos outros painéis, podemos avaliar se as perguntas podem ser dirigidas diretamente aos expositores.

Para iniciar, concedo a palavra à Profa. Vânia Regina Pivello, por 15 minutos.

A SRA. VÂNIA REGINA PIVELLO - Boa tarde. Agradeço o convite para a participação neste evento e fico bastante contente em ver o Cerrado sendo discutido e políticas de proteção sendo estudadas.

Nestes 15 minutos, tempo bastante curto, vou falar de forma rápida sobre alguns temas que dizem respeito à conservação do Cerrado. Para começar, faço a



seguinte pergunta: como está a conservação do Cerrado? Na verdade, não anda nada bem.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu apresento aqui quatro problemas que, no meu ponto de vista, são os principais em relação à conservação do Cerrado, os quais vamos detalhar um pouco ao longo dos 15 minutos: perda e fragmentação de habitats, invasão biológica, regimes alterados de fogo e políticas inadequadas para lidar com esses três problemas.

Como sabemos, o Cerrado foi perdendo o seu espaço. Nestes mapas, temos, em amarelo, a região do Cerrado que já foi perdida; em verde, na parte de cima, seria a região original. Neste quadro, conforme os autores que consideramos, a porcentagem varia em torno de 47% a 50% do que sobrou do Cerrado. Mas, na verdade, se considerarmos o que está degradado, é muito menos do que isso.

A partir da década de 70, com as políticas de ocupação de agricultura e pecuária intensivas do Cerrado, que se transformou num grande produtor de *commodities*, tivemos essa perda desenfreada do bioma, sendo que menos da metade está íntegro hoje.

Esta imagem é um trator carregando um monte de árvores destruídas. Quando se retira a vegetação do Cerrado, na verdade está se levando embora uma infinidade de espécies, milhares delas, e esse número pode variar entre 7 e 12 mil, dependendo de como você considera. Se você considera só as espécies savânicas, do Cerrado mesmo, você tem em torno de 7 mil espécies. Se você considera as matas que cortam o Cerrado, aí esse número sobre para mais de 12 mil espécies.

Retirando-se daqui essas espécies, leva-se também uma biodiversidade enorme. Aí se pergunta: para que serve essa biodiversidade? Para milhões de coisas. Só para dar um exemplo muito rápido, a Europa inteira está atrás dos fármacos do Cerrado, e nós estamos jogando tudo na lata do lixo.

Eu cheguei aqui no final da manhã, mas acho que a minha fala tem bastante convergência com a do Dr. Donizete, que tratou da questão do endemismo. Quase a metade das plantas do Cerrado só existe aqui. Então, se alguém as retirar, não vai existir em mais nenhum lugar. Isso faz com que o Cerrado seja a savana mais rica



do mundo em termos de espécie. A maior biodiversidade de savanas do mundo está no Cerrado.

Bom, além de perder espécies, perdemos os habitats, os ambientes. Como já foi abordado no esquema do Felipe, temos um gradiente enorme de Cerrado, desde os mais abertos, como está aqui bem no meio, até os mais fechados. Enfim, tem-se uma variedade enorme, com fauna associada.

Quando você perde as espécies, o que acontece? Você vai ter perda das funções que essas espécies desempenham no ambiente. E que funções são essas? Tudo o que se relaciona ao próprio funcionamento do ecossistema. Então, todas as relações planta com planta, planta com animal, solo com ser vivo, com água, enfim, todas vão resultar numa série de serviços ecossistêmicos. Essa nova palavra nós temos usado frequentemente nos últimos anos.

A natureza, ao fazer o seu papel, com a dinâmica dos ambientes de automanutenção, de autossustentação, vários processos de decomposição, reaproveitamento da matéria orgânica, depuração da água e do ar, enfim, esses benefícios, que são parte do funcionamento da natureza, acabam sendo aproveitados pelo homem. É daí que surge o termo “serviços ecossistêmicos”, quer dizer, são serviços do ecossistema que o homem usa em seu benefício.

Vou falar um pouco dos três principais serviços do Cerrado, no meu ponto de vista. Talvez o assunto já tenha sido tratado pela manhã.

O Cerrado é bem diferente de uma floresta, no sentido de que a floresta é exuberante do solo para cima, e o Cerrado é exuberante do solo para baixo. Essa é a grande desgraça do Cerrado, porque ninguém vê. O que se vê em cima não é tão bonito como uma floresta, nem tão exuberante, mas você não vê o que tem embaixo do solo.

Vemos nesta imagem um intrincado complexo de raízes que descem a grandes profundidades, 20 a 30 metros, e de diversos tipos, raízes mais superficiais e mais profundas. Elas conduzem essa água muito bem ao longo do solo, mantêm essa umidade no solo, conduzem a formação de nascentes e são responsáveis pelo acúmulo de água em aquíferos. Isso deve ter sido muito explorado nos painéis do período da manhã. Este é um dos grandes serviços do Cerrado: regulação hídrica.



Outro grande serviço do Cerrado, que também não é muito valorizado, porque, como eu disse, a floresta está de cabeça para baixo, é a questão do sequestro de carbono. Hoje, com esse problema de aquecimento global, com CO₂ demais no ar, o Cerrado tem a função muito importante de sequestrar carbono em suas raízes e também no próprio solo. Então, o carbono está preso na biomassa das raízes, na microbiota dos microrganismos do solo e também está solto, quer dizer, não há forma viva, está no solo sob a forma de matéria orgânica, exsudado de raízes, enfim, em uma série de outras formas. E, como os solos do Cerrado são muito profundos, em geral, temos um acúmulo enorme de carbono no solo do Cerrado.

Aqui há uma ilustração — nem vou falar da história das bacias, que já deve ter sido altamente explorada na parte da manhã — e nela verificamos que o Cerrado é o berço das principais bacias hidrográficas do País. Mas também há a questão do controle de erosão. Os solos de Cerrado, em geral, têm uma boa proporção de areia, mas também têm facilidade de serem erodíveis quando a vegetação natural é retirada e usada para outras finalidades.

Bom, esses serviços todos estão permeados pela biodiversidade. Se não tivéssemos todo esse emaranhado de raízes, vamos dizer assim, com várias formas, vários tipos de vida, com essa biodiversidade, não teríamos todos esses processos funcionando dessa forma.

O outro problema, então, que apontamos lá no início, em relação ao Cerrado, diz respeito às invasões biológicas. As gramíneas do Cerrado nativo não são muito nutritivas. Então, a sustentação, em termos de cabeça de gado por hectare, é baixa num Cerrado nativo. Em geral, o que acontece? Colocam-se gramíneas africanas, principalmente as *Brachiarias*, do gênero *Urochloa spp* — são vários tipos de *Brachiarias*, como o capim gordura, que está aqui embaixo. Essas gramíneas africanas têm uma produtividade muito maior, produzem muito mais folhas, uma biomassa muito maior e engordam o gado muito mais rapidamente. Só que elas gostaram tanto do Cerrado que se tornaram invasoras. O que é isso? Elas passaram a se disseminar loucamente e dominaram essas regiões.

Vemos ali a área de uma reserva de Cerrado, no Estado de São Paulo, dominada por uma *Brachiaria*. Então, onde temos uma *Brachiaria*, ou a *Melinis*



minutiflora, ou qualquer outra delas, não temos mais nada, elas acabam com as espécies nativas. Esse é um problema seriíssimo, ainda mais se pensarmos que, daquelas sete mil espécies do Cerrado, dois terços são do estrato herbáceo. Então, dois terços das espécies estão no estrato herbáceo e são as que mais sofrem com essas invasões por gramíneas.

Bom, o que essas gramíneas fazem, não só as gramíneas, mas qualquer invasora? Uma invasora altera todos os ciclos ecossistêmicos, ocorre todo um desequilíbrio na comunidade e, por decorrência, os serviços ecossistêmicos prestados pelo ambiente são perdidos. E, se pensarmos em termos monetários, isso vai acabar sendo ruim também para o próprio homem. Esse é um problema muito sério. Há um trabalho relativamente recente que aponta 46 espécies de plantas invasoras no Cerrado já catalogadas, e algumas ainda nem foram catalogadas.

Um terceiro problema que apontamos é a questão do fogo no Cerrado. O fogo é um fator ecológico importante em qualquer savana, não só no Cerrado. Por quê? Bom, todas as savanas evoluíram com a presença do fogo. Então, as plantas são adaptadas, a fauna é adaptada.

No caso do Cerrado, existem trabalhos bem bonitos, principalmente de Marcelo Simon, que mostram que a evolução do Cerrado começou entre 5 e 10 milhões de anos atrás, quando as gramíneas passaram a dominar as regiões que hoje são as savanas tropicais. Esse longo tempo de evolução e de convivência de plantas, de animais com o fogo levou a uma série de adaptações.

Vemos no Cerrado as cascas grossas das árvores, o rebrotamento rápido que acontece logo após a queimada, a floração de várias espécies, a ciclagem do nutriente acelerada. Por quê? Aquele estrato herbáceo do Cerrado desseca na época seca. Só que a decomposição dele não é fácil, vai se acumulando uma macega, uma vegetação seca de um ano para o outro. Ao longo do tempo, essa macega vai se acumulando. O fogo, na verdade, funciona como um rápido fator de retorno desse material que está na vegetação seca para o solo. Então, formam-se as cinzas e, quando chove, esse material que está nas cinzas, esses elementos, nutrientes etc. solubilizam, passam para o solo, e as raízes se utilizam desse material.

Então, o fogo é superimportante para facilitar essa ciclagem de nutrientes.



Quem já teve a oportunidade de cavucar no Cerrado, viu batatas, xilopódios, raízes tuberosas, enfim, várias estruturas subterrâneas que têm gemas. E quando o fogo passa, ele retira toda a vegetação — a vegetação herbácea, que é a vegetação fina —, mas os xilopódios, as batatas ficam lá, embaixo do solo, cheias de gemas. E essas gemas são estimuladas pelo calor a rebrotarem. Então, tem-se o rebrotamento muito rápido, logo após o fogo. Também se verifica, por exemplo, a liberação de sementes. Vários frutos ficam pendurados. Com o dessecamento do fogo, eles abrem e as sementes são liberadas.

Esses são só alguns exemplos, mas há uma infinidade de adaptações das plantas e também da fauna, com o ciclo de vida adaptado às queimadas. Muitos animais se enfiam debaixo do solo — os tatus, por exemplo — ou em cupinzeiros, para se abrigar do calor, e não sofrem nenhum dano.

O fogo é muito importante para manter a biodiversidade do Cerrado, sendo que a maioria das plantas do estrato herbáceo, do estrato rasteiro, além de muitas plantas lenhosas — as árvores — é adaptada. Elas precisam do fogo para a sua sobrevivência.

Aí eu pergunto: só há um tipo de fogo? Não, na verdade, o que temos é o regime de queima. Você diz: “Ah! Queimou!” Mas isso não é suficiente. Para sabermos qual o efeito do fogo, temos que saber qual foi o tipo de fogo. Por exemplo: a favor do vento ou contra o vento? É um fogo que pega a copa das árvores ou só pega as herbáceas? Que tipo de fogo é esse? Qual a frequência? Todos os anos, a cada 2 anos, 5 anos, 10 anos? Em que estação do ano ele aconteceu — no começo da época chuvosa, no meio dela ou na época seca? Com que intensidade esse fogo ocorreu? E essa intensidade vai variar, de acordo com aqueles três fatores, além de vários outros.

Chamamos a isso de regime de queima. Conforme o regime de queima aplicado, temos efeitos muito diversos na vegetação. Você pode ter, inclusive, efeitos antagônicos se você usa um ou outro regime de queima. Isso é bom. Pensando do ponto de vista do manejador do Cerrado, é ótimo, porque você consegue brincar com esses diferentes regimes para atingir os objetivos que deseja na área que está manejando.



Só para dar uma ideia aqui do que está acontecendo, hoje temos o que chamamos de regimes alterados de fogo, porque os fogos antropogênicos, feitos pelo homem, geralmente são para pasto ou para queima de restos de cultura agrícola.

Esses fogos, geralmente, são feitos na época seca, principalmente, para provocar a rebrota do estrato herbáceo, do pasto, para o animal ter o que comer. São fogos frequentes, anuais ou bianuais. Como eles ocorrem na época seca, são mais intensos. E eles varrem aquela vegetação seca em grandes áreas.

Nesse tipo de regime de fogo, vamos ter o favorecimento do estrato herbáceo, em detrimento do estrato lenhoso, porque, se o fogo for muito frequente, as árvores não terão tempo de formar o súber, aquela cortiça grossa, para os seus filhotes sobreviverem. Então, a cada 1 ano, 2 anos, você acaba tendo grande mortalidade de árvores e o Cerrado fica cada vez mais aberto.

Os fogos naturais, que são causados por raios, já acontecem num outro regime. Bom, quando é que vai haver raio? Quando chove. Então, eles começam no início da época chuvosa. E eles podem se estender durante toda a época chuvosa, inclusive, no meio dela, quando temos semanas de veranico. São aquelas semanas em que não chove — fica 1, 2, 3 semanas sem chover e, em alguns lugares, é capaz de pegar fogo se cair um raio.

Então, os fogos naturais têm um regime bem diferente. Eles ocorrem em outra época, quando existe umidade maior tanto atmosférica como da vegetação, a intensidade é mais baixa e se dão em pequenas áreas. Cai um raio aqui, queima, mas já vem a chuva e apaga.

Este é um mosaico de áreas queimadas e não queimadas. Isso é muito melhor para favorecer a biodiversidade de plantas. Inclusive, as plantas que estão mais adaptadas ao fogo se dão bem neste lugar do mosaico, porque nele há diferentes frequências de fogo acontecendo.

Para os animais é muito bom também, porque eles têm um lugar para fugir, o que é diferente do outro fogo, que varre tudo e não permite que os bichos tenham para onde escapar. Aqui, não. Eles sempre vão ter um cantinho que não está queimado para se abrigarem, se não conseguirem se enterrar, por exemplo.



Outra prática que ocorre muito nas Unidades de Conservação é a tentativa de exclusão do fogo. Eu digo tentativa, porque se pode tentar por 1 ano, 2 anos, 3 anos, 5 anos, mas ele não aguenta e queima, porque o Cerrado é um ambiente dependente do fogo. Se não há fogo durante 1, 2 ou 5 anos, o que acontece? Há acúmulo dessa biomassa. E eu disse para os senhores que a biomassa do estrato herbáceo leva tempo para se decompor. Não é de um ano para o outro que tudo é decomposto e remineralizado.

Então, o que vai acontecer: essa macega vai se acumular e, em 4 ou 5 anos, haverá uma biomassa enorme e fogos muito mais intensos. Lembro que, cada vez menos, vamos conseguir segurar o fogo, porque, com as mudanças climáticas que estão ocorrendo, a tendência é haver cada vez raios na região central do Brasil. O que ocorre? Os fogos, quando se seguram por 5 ou 10 anos, uma hora vão acontecer e serão de muita intensidade, com mortandade muito grande de animais.

Temos várias fotos aqui. Elas são de 2010, um ano terrível, quando quase todo o Parque Nacional das Emas e vários outros parques tiveram queimadas de grande proporção. Mas isso não se deu só em 2010. Até 2 ou 3 dias, o Parque da Chapada dos Guimarães estava queimando, ficou mais de 10 dias queimando. Isso acontece, não tem jeito. O que temos que fazer? Manejo de fogo. O homem tem que se adiantar antes que o fogo tenha início sem controle.

Agora, vamos ver o que vai acontecer nas Unidades de Conservação em relação àqueles quatro problemas apontados.

Com relação à perda de hábitat, existe um trabalho bem recente, divulgado meses atrás, cujos autores analisaram o desmatamento das 285 Unidades de Conservação do Brasil — federais, estaduais e municipais — que têm Cerrado. Nessas Unidades de Conservação, observou-se algo interessante: a maioria das Unidades de Uso Sustentável não está cumprindo o seu papel de proteção. Eles demonstraram que os dados em relação ao desmatamento nessas unidades, na grande maioria, foram iguais àqueles de fora delas — iguais tanto dentro como fora. Não estão cumprindo o seu papel. Os autores desse estudo constataram também que o cumprimento desse papel de proteção de muitas Unidades de Conservação estaduais e municipais é menor que o das federais.



Outro problema apontado é a questão do isolamento. Observa-se que há poucas manchas grandes de Cerrado hoje. Tirando as Unidades do Jalapão, Emas e outras poucas que sobraram, há manchas pequenas e muito isoladas, porque em volta dessas áreas só há agricultura. Pena que os senhores não conseguirão ver, mas nesta foto está um veado andando no meio de uma cultura de soja e lá atrás está o Parque Nacional das Emas. Há também o problema de mortandade de animais dos parques. Eles saem do parque, porque não há zona tampão, vão comer a soja e se intoxicam por herbicidas e outros “cidas” da agricultura.

Vemos que, com relação à perda de habitats, está muito ruim a situação.

Com relação à invasão biológica e aos regimes de fogo, o que vimos até hoje foi uma política de não ação, salvo raras exceções. Ainda bem que hoje estamos vendo algum movimento no sentido de buscar formas de lidar com esses problemas, mas, até pouco tempo atrás, na maioria das Unidades de Conservação, o que havia era uma política de não ação. E essa não ação, muitas vezes, não é nem por falta de vontade, mas por falta de estrutura. Por esse motivo, não se pode fazer manejo de fogo em lugar nenhum. É preciso ter estrutura, carro-pipa e gente.

Que ações poderíamos citar? Em uma breve pincelada, vou falar de um assunto sobre o qual poderíamos discutir durante muitas horas: o desmatamento zero.

Alguém disse aqui de manhã que a preservação das áreas de Cerrado que existem hoje ou o uso bem mais sustentável desse bioma não vai alterar a produtividade, porque se podem utilizar áreas que estão improdutivas. Existe um trabalho bonito da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz — ESALQ, da USP, mostrando isso.

A questão das invasoras, no meu ponto de vista, é o pior problema, porque sobre ele ainda não há nada muito estabelecido, mas alguns tratamentos estão sendo tentados com sucesso.

Eu só queria salientar que o uso de herbicida, muitas vezes, é necessário. Temos um preconceito enorme — “*não posso usar herbicida em Unidade de Conservação*” —, mas depende de como se usa. Se ele for usado com todo o cuidado e de forma calcada na precaução, não tem problema e, em muitos casos, é a única forma.



O manejo de fogo é necessário para que não aconteça aquilo que vimos: fogos descontrolados, matança de animais etc. O homem tem que se adiantar e fazer o fogo da forma como ele deve ser feito.

Deve haver também usos mais calcados na utilização dos serviços ecossistêmicos que o próprio Cerrado provê, e não na destruição desses serviços.

Antes de terminar, eu queria lembrar algo muito importante: o Cerrado ainda não é totalmente compreendido, porque hoje temos um conhecimento muito maior sobre as florestas, e o Cerrado não é floresta. Ele tem uma dinâmica muito diferente e, por conta disso, é muito mal preservado, muito mal conservado.

É isso. Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Profa. Vânia.

Antes de passar a palavra ao próximo orador, quero registrar a presença do Deputado Federal Pedro Uczai, parceiro do Cerrado, apesar de ser de Santa Catarina. Registro também a presença do ex-Deputado Pedro Wilson, de Goiás.

Informo a todos que este seminário está sendo transmitido pela Internet e pelo canal alternativo nº 16.

A realização deste seminário é iniciativa da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, da Frente Parlamentar Ambientalista e da Ecodata, com o apoio do EcoCâmara, da WWF-Brasil, da Mais Cerrado, da SUDECO e do BRB.

Informo também que se encontra à disposição dos senhores, na entrada deste auditório, uma coletânea de legislação ambiental, elaborada pela Consultoria Legislativa desta Casa, para quem queira retirar um exemplar.

Com a palavra o Sr. Reuber Albuquerque Brandão, Professor da UnB e Coordenador do Laboratório de Fauna e Unidades de Conservação daquela universidade, por 15 minutos.

O SR. REUBER ALBUQUERQUE BRANDÃO - Boa tarde a todos. Eu queria agradecer a esta Comissão o convite e a presença de todos.

Aqui todos já falaram bastante sobre a importância e o valor do Cerrado. Não há dúvida de que o Cerrado é um enorme patrimônio. A questão é: como nós estamos lidando com esse patrimônio? Como é que lidamos com a biodiversidade do Cerrado?



Sou da Universidade de Brasília e o símbolo do Laboratório de Fauna e Unidades de Conservação é um sapinho.

(Segue-se exibição de imagens.)

Para não chover no molhado, o que é o Cerrado? Todo o mundo sabe que o Cerrado é a maior savana tropical do planeta, é a savana onde mais chove, e isso tem uma consequência direta sobre a biodiversidade e a formação dos rios. Por isso, o Cerrado é o famoso berço das águas, é o *hot spot* mundial de biodiversidade.

Nesse aspecto, começamos a falar de valores globais. Estamos tratando de uma categoria ambiental e do reconhecimento global a áreas do planeta que são especiais sob o ponto de vista da biodiversidade. Os *hot spots* são reconhecidos pela comunidade científica internacional como as áreas com a maior parte da diversidade do planeta correndo o risco violentíssimo de se perder, por conta de usos inadequados.

Praticamente, todo o Cerrado está dentro do Brasil, o que faz com que o nosso País tenha uma responsabilidade enorme sobre a conservação desse patrimônio importante em âmbito global. Quando falamos de conservação do Cerrado, falamos principalmente de uma decisão política do povo brasileiro, da sociedade brasileira em relação ao uso que vai ser feito dele.

No entanto, o uso que fazemos do Cerrado é ainda meio “lambão”. Segundo dados do Ministério do Meio Ambiente — e isto não é novidade nenhuma —, mais de 50% do Cerrado já tinha sido desmatado até 2008. A taxa de desmatamento do Cerrado é de aproximadamente 1% ao ano. O Cerrado está sendo perdido duas vezes mais rápido do que está sendo a Amazônia. Fala-se muito sobre desmatamento da Amazônia, mas não se vê a velocidade do desmatamento no Cerrado, e temos que lembrar que ele tem a metade da área da Amazônia.

É muito fácil desmatar o Cerrado, porque ali há solos profundos e sua vegetação não apresenta muitos obstáculos para o desmatamento. Por exemplo, o uso de tecnologias de alto nível, como tratores de esteira D8 com correntes de âncora de navios, fazendo arrastão no Cerrado, consegue uma eficiência assustadora na remoção da vegetação, criando cenários como esses em pouquíssimo tempo.



A taxa de desmatamento do Cerrado hoje é equivalente à perda de quatro Distritos Federais por ano. Diariamente, são 10 mil hectares. Portanto, enquanto estamos aqui conversando, e eu estou aqui contando essas histórias para os senhores, estamos perdendo áreas de Cerrado. E por que estamos perdendo o Cerrado? Porque temos uma visão errada do que é esse bioma.

A ferramenta mais importante para garantir a conservação do Cerrado são as Unidades de Conservação. Nós temos 12 categorias de Unidades de Proteção Integral e de Unidades de Uso Sustentável.

Praticamente, toda a proteção do Cerrado é baseada em APAs — Áreas de Proteção Ambiental e parques nacionais. Temos sorte de ter no Cerrado paisagens belíssimas e terem sido criados parques nacionais, que somam um pouco mais de 1,7% da superfície do bioma. Somando-se todas as áreas protegidas do Cerrado, tem-se apenas 3% da superfície, mas essa distribuição da proteção é muito assimétrica.

Estas áreas em verde são as Unidades de Conservação e de Proteção Integral do Cerrado — Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, região do Jalapão, nascentes do Parnaíba, Parque Estadual do Mirador, Parque Nacional das Emas — e em vermelho estão as áreas de uso sustentável, as APAs e outras. Se se retirarem as APAs, vê-se que a proteção do Cerrado é insuficiente. Há algumas áreas importantes protegidas aqui na região do Jalapão, mas a maior parte do bioma carece de proteção efetiva.

A Profa. Vânia já falou um pouco sobre o trabalho que fizemos — a Tatá, eu, o Prof. Pacheco, que está ali, e o Prof. Ricardo.

Temos 3% de áreas protegidas. Criar uma Unidade de Conservação requer um esforço político alto. É preciso, muitas vezes, desapropriar áreas. Esse trabalho envolve mudanças na geopolítica regional e investimentos em recursos humanos e financeiros.

Onde é melhor investir o dinheiro do povo brasileiro para a conservação da biodiversidade? Que tipo de Unidade de Conservação garante a proteção? A nossa pergunta foi: quais são as melhores Unidades de Conservação?

Vamos compará-las em três aspectos: em relação à jurisdição, à categoria e ao uso de proteção integral sustentável.



Um fato nos chamou a atenção: quando se sobrepõe a cobertura de área natural à cobertura das Unidades de Conservação totais no Cerrado, tem-se um pouco mais de 8% do Cerrado em Unidades de Conservação. Quando se analisa o que efetivamente há de remanescente, verifica-se que o percentual é bem menor.

Isso acontece basicamente porque, comparando desmatamento dentro e fora de Unidades de Conservação em diferentes categorias, diferentes usos e diferentes jurisdições, o que protege o Cerrado é a Unidade de Conservação de Proteção Integral federal. São essas Unidades de Conservação que garantem o não desmatamento.

Então, se existe uma preocupação em investir em conservação do Cerrado e em mobilizar a sociedade e mobilizar valores, política, econômica e socialmente, é muito mais importante investir em Unidades de Conservação de Proteção Integral com desapropriação do que em Unidade de Conservação de Uso Sustentável, porque há outra política que tem que ser tomada em relação a essas Unidades de Conservação de Uso Sustentável, especialmente na melhor qualidade da gestão do território.

É interessante ver a meta da CDB — Convenção sobre Diversidade Biológica, um órgão colegiado da ONU, do qual o Brasil foi o primeiro signatário. A CDB, na sua última reunião, em Aichi, no Japão, estabeleceu que 17% do Cerrado, 17% das grandes unidades de paisagem do planeta, 17% dos grandes biomas devem ser protegidos para a posteridade, para o futuro.

No Brasil, apenas 3% do Cerrado estão realmente protegidos com Unidades de Conservação de Proteção Integral, mas no relatório que é mandado pelo Brasil para a ONU consta que por volta de 11% dele é protegido, o que é maior do que as Unidades de Conservação. Isso acontece porque eles incorporam no relatório outras áreas que não são Unidades de Conservação como se fossem políticas de conservação. De certa forma, o Governo brasileiro mascara informações que repassa para a ONU.

O que é uma espécie? Quando falamos da preocupação com a conservação de uma espécie, queremos dizer o quê? Uma espécie é uma solução evolutiva para a sobrevivência. Quando falamos de futuro, de água, de comida, de terra e de qualidade de vida, estamos falando de sobrevivência.



Na verdade, os mecanismos de sobrevivência dos organismos nos dizem muito sobre como nós podemos utilizar essas ferramentas evolutivas para garantir a nossa sobrevivência.

Esta imagem mostra uma perereca do Cerrado que eu descrevi há alguns anos, uma espécie endêmica. Os sapos, anfíbios em geral, respiram muito pela pele. Então, não podem ter doenças na pele. O que esse bicho, por pressão evolutiva, desenvolveu? Desenvolveu uma toxina na pele que mata o *Trypanosoma cruzi* e não é tóxico para as células de mamíferos, ou seja, uma pequena pererequinha do Cerrado, um bicho de 3 centímetros, que está nas nascentes das áreas altas do Cerrado, tem uma substância com um potencial de uso fenomenal! Que valor damos para isso? Que importância tem isso?

A doença de Chagas é crônica, atinge 18 milhões de pessoas no planeta, sendo 4 milhões só no Brasil, e não tem cura — atinge principalmente populações pobres. O que fazemos com o sapo? Poluímos a água dele, acabamos com a nascente em que ele vive ou simplesmente não lhe damos valor, porque sapo é feio e nele temos que jogar sal.

O que é pior: se observarmos a distribuição desse bicho hoje e a modelarmos para o futuro, veremos que esse anfíbio vai perder 20% da sua área de ocorrência. Isso é muito interessante, porque aproximadamente 20% é o que se espera que vamos perder de pluviosidade no Cerrado em 2050. O IPCC — Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas prevê para 2050 20% menos de chuva na região do Cerrado. Os senhores imaginam a importância que tem um sapinho como esse para nos mostrar onde a água está acabando?

Este é o trabalho de doutorado da Renata Françoso, que mostra outra questão importante: o Cerrado tem quase o tamanho da Argentina, é enorme e não é homogêneo, todo o mundo sabe disso.

Como lidamos com essa heterogeneidade do Cerrado? Esse é um trabalho feito com localidades e plantas, determinando zonas biogeográficas do Cerrado. Ela recuperou sete regiões biogeográficas do Cerrado que são diferentes do ponto de vista de composição de espécies de plantas. Só que essas sete regiões biogeográficas, que estão aqui em linha preta, têm histórias diferentes em relação ao desmatamento.



Na verdade, há áreas que têm menos de 11% de remanescentes naturais com menos de 1% de área protegida na forma de conservação de proteção integral. Isso significa, na verdade, que há regiões do Cerrado que eram insubstituíveis do ponto de vista biológico, comunidades naturais insubstituíveis, e que foram removidas pelo desmatamento por conta da dinâmica desse processo. “*Vamos criar 1 milhão de hectares de áreas protegidas no Maranhão!*” Excelente, maravilhoso! No entanto, o que você vai conservar no Maranhão não é o que foi perdido no sul de Goiás, porque essas regiões do sul do Cerrado já foram perdidas, várias comunidades, e há pouquíssimas oportunidades de conservação. Enquanto em áreas de remanescentes, com 70% ainda, especialmente no norte e nordeste do Cerrado, você tem regiões que estão realmente em situação grave.

Outro fato interessante: onde você faz Unidades de Conservação? Criá-las talvez seja uma das ações mais perigosas para uma carreira política, porque é muito fácil levantar uma oposição muito forte ao seu nome, porque você defende a conservação, e isso envolve terras e uma série de conflitos.

Geralmente, as áreas protegidas estão localizadas onde não há interesse nenhum, com solos pobres e rochosos, em lugares muito isolados. Só que nós sabemos — este também é um trabalho da Renata —, na evolução das espécies, que espécies evoluíram para solos ricos e solos pobres. Só conservar solos pobres não conserva o Cerrado. Só conservar pedra não conserva o Cerrado. Se você está preocupado com biodiversidade, é preciso conservar áreas de solo rico, que são as primeiras áreas que desaparecem. Só que essas áreas têm comunidades características que se vão quando você dá outra destinação para elas.

Isto aqui é o limite do Cerrado, com as Unidades de Conservação. Está muito ruim a projeção. Sabemos que a cobertura de área protegida não está eficiente. Aqui estão as Unidades de Conservação de Proteção Integral estaduais e federais e aqui estão as cidades. Se nos aproximarmos, com calma, da tela e colocarmos nossos ouvidos nela, vamos ouvir os últimos suspiros do Cerrado. Dizem que há muita área para conservar no oeste da Bahia, que não há cidades, mas essa é a região que mais desmatou o Cerrado de 2006 até hoje. Dizem que há muita terra em Mato Grosso do Sul, mas há cinco cabeças de boi nelore para cada habitante. E por aí vai.



Na verdade, se não tomarmos uma decisão de sociedade, uma decisão de Nação, vamos assistir ao desaparecimento do Cerrado em poucos anos. (*Palmas.*)

Isso não é alarmismo nem força de expressão. Essa é a realidade. Se não entendermos isso agora, os nossos filhos e netos terão problema com a falta de água e carência de acesso a recursos naturais importantes. Há uma decisão de acabar com o Cerrado e substituí-lo por outros usos que não levam em consideração os valores incorporados nessa paisagem. Isso tem que ser rapidamente mudado.

Estas são as moedas de centavos de cruzeiro da década de 70: 1 centavo, 2 centavos e 5 centavos. Todas elas tinham um mantra, *Alimentos para o mundo*, e imagem de cana-de-açúcar, soja e carne — isto aqui não é boi, não, é carne.

Na verdade, nós mudamos muito pouco o nosso entendimento do que é o Cerrado e de qual é o uso perfeito, o uso responsável dessa riqueza. Temos dificuldade de evoluir. Nós temos os elementos, o entendimento da academia, a ciência, os movimentos sociais, temos diversas fontes de informação, mas continuamos fazendo o que fazíamos há 40 anos. Temos a mesma mentalidade.

Não dá para entender por que certos segmentos da sociedade têm tanta má vontade com a conservação. Parece uma questão muito mais ideológica do que técnica, porque há muita terra. Há muita opção de conservação ainda. Há muita área no Cerrado que podemos usar de diferentes formas. Há 300 milhões de hectares de cerrado degradado, que pode receber agricultura, pode receber criação de gado, pode receber várias coisas. Agora, existe terrível má vontade! “*A commodity do Cerrado é barata, é competitiva.*” Isso ocorre porque no seu preço não está incorporado o valor da água nem o da biodiversidade. “*A hidrelétrica degrada. A mineração é terrível.*” Mas a mineração e a hidrelétrica são acompanhadas de perto, são muito fiscalizadas. O controle está muito próximo. O desmatamento, a monocultura, a agricultura industrial muitas vezes não respeitam Área de Preservação Permanente — APP, muitas vezes não respeitam Reserva Legal. E isso não tem nenhum tipo de consequência, porque parece que o entendimento do que é o valor de propriedade, o direito de propriedade ultrapassa qualquer outro tipo de valor moral, ético e qualquer tipo de responsabilidade com a coletividade.



Esta é a imagem de um livro muito interessante: *Não verás país nenhum*. É um livro dos anos 80. Começa interessantemente na cidade de São Paulo, onde não havia água. Vale a pena ler este livro.

Era isso o que eu tinha a dizer.

Obrigado pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Prof. Reuber, pela aula. Esse tema é motivo de muita preocupação para nós.

Passo a palavra ao próximo expositor, o Sr. José Felipe Ribeiro, pesquisador da Embrapa Cerrados, por 15 minutos.

O SR. JOSÉ FELIPE RIBEIRO - Boa tarde a todos.

Já que o Reuber levantou a bola, vou continuar o jogo aqui. Nós estamos num seminário falando sobre normas de conservação, critérios de proteção do Cerrado. Várias vezes ele disse as palavras “conservação”, “preservação”. Então, a primeira coisa que eu quero fazer é diferenciar esse conceito, para que possamos entender aonde vamos chegar e o que estamos fazendo aqui.

Antes de este prédio ser construído, havia aqui uma área de Cerrado. Alguém tomou a decisão de desmatá-la para poder ocupar a área. Como é que nós podemos fazer alguma coisa com a visão preservacionista, como foi dita, e assumir o papel da espécie *Homo sapiens* — há integrantes dela aqui dentro — naquilo que se está chamando de visão conservacionista? Que critério nós temos, em relação ao Cerrado, para mudar, entender isso e realmente tomar uma decisão? Esta é uma Casa de tomada de decisões. Já que nós tiramos o cerrado que estava aqui embaixo, vamos ver agora a forma de conservar o Cerrado como um todo. Isso está na mão de quem? Nós falamos como se essa resposta estivesse na mão de outros. Como é que nós vamos para frente quando dizemos o que é Cerrado?

A Vânia falou sobre aquela preocupação. Muitas pessoas acham que o Cerrado é só aquele bando de árvores tortas. O que é o Cerrado? Os campos e as florestas estão envolvidos nesse contexto? Então, nós temos que fazer essa pergunta e entendê-la, para tomar conta, para estabelecer critério de conservação, para saber o que nós estamos falando dentro desse troço, o que nós entendemos, a fim de podermos realmente estabelecer critérios ecológicos para conservação desse



troço. Qual é o nosso papel? O que cada um de nós entende da nossa obrigação, do nosso papel quanto a essa conservação?

Quantos somos? Biogeografia. Isso foi falado aqui.

Grupos fitogeográficos. O Reuber trouxe isso para nós. Riqueza para quê?

Em termos de biomassa, nós, como mamíferos, estamos aqui, perto dos outros que convivem conosco, das outras espécies bióticas.

Vários números foram citados aqui. Como nós estamos com o que é conhecido, o que é estimado para a biodiversidade brasileira, e como está o Cerrado dentro dessa biodiversidade?

Eu vou focar a minha conversa aqui em plantas. O Reuber trouxe assuntos sobre animais, a Vânia falou a respeito do fogo. Como está esse cerrado, como está esse endemismo nas plantas, como está esse endemismo nos animais? O que nós estamos querendo conservar? O que proporciona essa biodiversidade? Se nós não entendermos isso, não teremos critério. Se estivermos fazendo errado, como consertaremos esse troço aqui?

Falamos da distribuição espacial, de onde está o Cerrado e onde estão dentro do Cerrado. Sai do equador e vem para baixo do trópico, para essa gama de paisagens que existem aqui. Isto é uma savana? Isto é um cerrado? Nós compartilhamos isto aqui com outras regiões do planeta. Por que nós o compartilhamos? Quais são os critérios? O que faz essa vegetação existir aqui?

Clima. Inverno seco e verão chuvoso. Abaixo do equador, exatamente nesta época do ano, começa a chuva. É claro que, acima do equador, onde há savanas também, ocorre o inverso. Lá vai acabar a chuva agora. Dentro dessa região, ocorre um grande inverno seco. Quanto mais perto da Caatinga, mais secura. Quanto mais longe, no lado da Amazônia, mais chuva, quase 2 mil milímetros.

Tudo isso está condicionando a presença de determinadas espécies. Nós temos que entender esses critérios para saber por que dá certo num determinado lugar o que plantamos para recuperar o Cerrado e em outros não dá. Temos que entender as regras desse jogo.

Água. Não vou falar muito sobre esse assunto, porque o Jorge já abordou isso pela manhã. Eu quero só destacar o que são aqueles 30% a mais que têm de ser ali jogados. Para cada 130 litros de chuva que cai no Cerrado, só chegam 100



ao Pantanal. Isso já se perde no meio do caminho. Vejam a importância da área do Cerrado. São 47% para captar 94% da água que está chegando ao São Francisco, de que já se falou bastante.

Solo. Donizete falou sobre isso. Vamos ver o que quer dizer isto aqui. Nós temos uma disputa clara, um *trade-off*, como diz a ciência. Aqui estão as vegetações que nós classificamos e aqui está o tipo de solo em que ela ocorre. Só que existe uma disputa com a agricultura. Cem por cento da agricultura acontecem neste tipo de solo, os solos mais profundos, os solos mais ricos, terra roxa e areia quartzosa. Nós estamos falando sobre esta região do lado da Bahia.

O que acontece com esta vegetação que está aqui? Acham que ela é preservada? Acham que ela é conservada? De jeito nenhum! Ela some.

Então, quando falamos em observar o que está acontecendo nessas áreas, que critério temos para conservar esse troço, nós precisamos entender essa competição que temos com a agricultura, entender o local para onde foi embora esse tipo de vegetação. Não é todo tipo de espécie que acontece nesse tipo de solo. Se aconteceu num local, não quer dizer que vai acontecer aqui também, como já foi dito pelo Reuber, como já foi dito pela Vânia. Nós temos que entender como funciona esse sistema para podermos realmente conservar a vegetação.

Vejam a gama de formações florestais, formações savânicas e formações campestres que nós temos. Está difícil ver essas imagens, mas eu tentei lhes mostrar aqui a parte em que falamos de floresta, em que falamos de savana e em que falamos de campo.

Eu já vi muita gente dizer assim: “*Vamos recuperar o Cerrado*”. Isso aqui é campo. “*Vamos plantar árvore aqui?*” É isso o que queremos fazer? Plantar árvore onde era campo? Há nascente onde não existe árvore, e as pessoas querem plantar árvore ali.

Eu agradeço o convite que recebi para tentar clarear alguns pontos aqui. O que nós estamos querendo trazer de volta? O que nós temos que pensar como critério para tomar determinadas decisões nesses ambientes? Vejam só, 100 anos atrás, Warming achava que o Cerrado tinha 2.400 espécies. Depois de 100 anos, Filgueiras e Pereira mostraram que, só no Distrito Federal, já havia esse número de espécies.



Quando nós falamos nas 12 mil espécies a que estamos chegando hoje, é preciso dizer que há um grande *input*, um grande trabalho de equipe para se chegar a esses números. E faremos o que com eles? Que critérios nós temos para manter 12 mil espécies dentro desse bioma, nessas condições? Nós verificamos que as espécies que ocorrem aqui têm similaridades, mas são diferentes das que ocorrem na savana e das que ocorrem na floresta, para chegarmos a esse número de 12 mil.

Na teoria ecológica, uma espécie faz falta? Não sendo eu, como *Homo sapiens*, estou muito feliz. Esse é o nosso pensamento. Quanto mais espécies houver na ecologia, melhor. É o que achamos. Se bem que sempre fazemos esta brincadeira, dizemos que o Titanic afundou e ajudou algumas espécies lá. Afundou por falta de rebite bom.

Todas as espécies são iguais? Eu gosto de mostrar esta foto. Se olharem esses carros que estão aqui embaixo, vão ver que cada um foi feito para um determinado ambiente, com uma determinada expectativa. Nós sabemos disso. Havia critérios para selecionar determinados carros a fim de que se alcançasse o sucesso num determinado ambiente. No caso da planta, ela também tem um motor e tem determinado comportamento nesse ambiente.

Quando nós falamos em conservação, portanto, temos que entender essa ecologia, a biologia dessas espécies. Assim estaremos fazendo a coisa certa. Um tamanho só não serve para tudo.

Nós temos que saber, como tomadores de decisão, como vamos fazer isso, para escolhermos o melhor lugar para estabelecer um parque, por exemplo. E não podemos deixar o papel de conservacionista para o agricultor da propriedade rural. Nós temos que entender esse papel, saber como podemos ajudar nesse entendimento da conservação de qualquer ambiente.

Temos que lembrar, como já foi dito pela Vânia, pelo Reuber, daquele negócio inverso. Vejam só o trabalho da Janine, professora nossa lá. Vejam quanto um pé de pequi, com 10 centímetros acima do solo, tem para baixo. Vejam estas espécies de mata seca, a bolota que a raiz dá, o que ela tem para poder sobreviver num ambiente seco. Vejam como são as raízes em cabeleira das matas ciliares.



Estas são adaptações que essas espécies fazem. Se queremos conservá-las, nós temos que entender a biologia dessas espécies, para sabermos que papel elas estão ocupando num determinado lugar e se esse papel está nos ajudando.

A espécie humana não pode ficar de fora desse sistema. Por isso o Reuber abordou o papel da preservação. Eu estou acumulando o papel da conservação. Nós, como espécie, precisamos entender o nosso papel junto com essas que estão aí.

Fertilidade do solo, água no solo, luminosidade. Como é distribuída essa vegetação? Não é tudo igual. Nós aprendemos o seguinte: adubando, dá. É isso o que nós temos na agricultura. Não é verdade, Donizete? Não é verdade, João? Eu vi aí.

Quando nós falamos na Confederação Nacional da Agricultura, é porque queremos trabalhar juntos. Eu trabalho numa empresa de pesquisa agropecuária. Para colocarmos a espécie no lugar certo, nós temos que entender como esse ambiente é, entender, exatamente nesse caso, como fica na época seca, como é a época de dispersão dessas plantas. Elas se estabelecem nesse ambiente de acordo com essa situação.

Muita gente fala: *“Ah, eu tenho pequi, eu tenho araticum, que não crescem, não germinam de jeito nenhum”*. Nós precisamos entender essa dormência que algumas espécies têm para ter sucesso para passar, porque ela é dispersa no final da estação chuvosa. Elas passam a próxima estação seca em forma de semente. Isso faz parte da biologia dessas espécies. Nós temos que entender cada espécie, para termos sucesso nessa conservação.

Biogeografia. Reuber já falou sobre a distribuição de espécies. Andamos por este Brasil afora, fizemos levantamentos rápidos da curva espécie-tempo, para sabermos, no caso de cada distribuição, quais são as espécies que ocorrem no Brasil inteiro em termos de Cerrado e quais são aquelas que ocorrem só em determinados lugares. Se eu quero conservar, eu tenho que entender isso.

Reforço aquilo que o Reuber falou. Não adianta alguém achar que está conservando o Cerrado mantendo só uma arezinha ali na parte norte do Cerrado. Nós temos espécies comuns. Estão aqui os nomes científicos delas. Eu não vou querer que ninguém os guarde, mas o que eu quero dizer é isto. Várias dessas



espécies, aqui há 38 — vocês não estão conseguindo enxergá-las porque aqui está escuro —, são comuns. Essas espécies teriam que estar em qualquer viveiro, porque elas ocorrem no Brasil inteiro.

Espécies distribuídas. Isso está no *site*. Eu posso saber, por Estado, por local, a ocorrência dessas espécies. E vamos então saber o que conservar.

As espécies alimentares. Ali está uma foto — Clóvis, quantos anos tinha nessa época, 20, 18 anos? Esta outra foto foi tirada em Canarana. Isto aqui não é manga, é pequi, com quase um centímetro e meio de polpa. Assim como nós selecionamos variedades de soja, nós estamos selecionando variedades de pequi. São espécies nossas. *(Pausa.)* Sem espinhos, exatamente. *(Riso.)*

As espécies ornamentais. São 12 mil espécies. Eu estou lhes mostrando algumas. Espécies alimentares são mais de 60 que já conhecemos hoje. Há as artesanais, as medicinais. Como conservá-las? Essa é uma grande pergunta. Nós temos que entender o papel da nossa espécie. Como eu falei, trabalho numa empresa agropecuária, junto com a academia. Como nós vamos conservar isso? Nós temos as fisionomias. Precisamos entender que cada espécie é de um jeito. Como elas estão em relação à fertilidade do solo, à água no solo? Quais são as espécies oriundas da mata, as oriundas do Cerrado?

Aqui estão os capins, as espécies ornamentais. Como nós fazemos? Quando formos recuperar, é preciso entender a propriedade rural. Não se deve entender isso como um problema. Isso pode ser uma solução para nós também. Como eu faço? Ofereço estratégias de agricultura ruins para deixar uma área bem preservada? Vocês estão vendo um preto ali, mas eu lhes garanto que há uma propriedade muito bonita ali.

Essas demandas por informações sobre critérios ecológicos estão na ciência acadêmica, na agricultura. O Pacto da Mata Atlântica, por exemplo, está atrás desses critérios ecológicos. No Projeto Biomas, que temos com a CNA, nós estamos atrás de informações a respeito de soluções tecnológicas que usem critérios ecológicos para conservarmos a vegetação do Cerrado. Além disso, é preciso haver uma solução econômica para esses proprietários rurais que estão querendo conservar o Cerrado. Há também o PLANAVEG.



Essa grande preocupação nossa vem com isto aqui. Acho que muita gente já leu sobre isto. O nosso planeta tem 4,6 bilhões de anos. Se colocarmos isso numa escala de 46 anos, nossa espécie, essa que está procurando entender como fazemos a conservação, estaria aqui há apenas 4 horas. A Revolução Industrial teria ocorrido há 1 minuto. E, nesse tempo, falamos quantas vezes em dados de 50% no caso do Cerrado? É isso o que nós queremos? É isso o que procuramos fazer?

Foi feita uma pergunta na comunidade, e a própria comunidade procurou responder isso para nós. Juntos, nós vamos trazer o Cerrado de volta. São esses trabalhos que estamos fazendo com comunidades, em favor do Cerrado no Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, José Felipe Ribeiro, da EMBRAPA.

Vamos passar agora para a parte dos debates. Cada orador poderá fazer uso da palavra por até 3 minutos. Podemos combinar isso aqui.

Passo a palavra ao Deputado Pedro Uczai, companheiro do PT de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Deputado Nilto Tatto, que coordena esta Mesa, palestrantes, todos que participam desta reunião, primeiro quero cumprimentar os realizadores deste seminário. Quero elogiar este Parlamento, que permite este momento democrático de discussão sobre o futuro do Cerrado.

Eu sou leigo nesta área, não conheço muito a experiência relativa ao Cerrado, mas estou interessado em compreender a dimensão da importância estratégica desse bioma.

Eu quero considerar duas direções, para fazer uma pergunta. Quanto à conservação, está muito forte a questão das unidades. Eu estava ouvindo aqui declarações sobre a necessidade de outras unidades. Pergunto aos pesquisadores em solo rico se já existe alguma proposição que pode virar política pública, no sentido de ampliar Unidades de Conservação em solo rico, além dos solos pobres, que, em grande parte, hegemonomizam as Unidades de Conservação.

No caso da preservação, acho que esse é o grande desafio. O que vai tomando conta é a supressão da vegetação, devido ao cultivo de produtos agropecuários, de soja, à criação de animais. Qual é a solução econômica para



quem tem 500 hectares de terra, 1.000 hectares de terra e deixasse de criar gado, produzir, com veneno, soja? Qual é a alternativa econômica? Uma coisa é discutir com os pequenos, os nativos, os pequenos agricultores que convivem com uma diversidade enorme. Mas o que fazer com quem tem 1.000 hectares de terra e quer adotar uma solução econômica sustentável?

Outra questão. Existe toda a perspectiva da biodiversidade e a discussão que se faz sobre financiamento. O Governo Federal financia a agricultura de baixo carbono, contrapondo-se à agricultura aparentemente tradicional, convencional. Eu pergunto: a agricultura de baixo carbono, que junta pecuária, floresta e lavoura, é sustentável no Cerrado? Essa é uma alternativa? Aparentemente, é uma opção boa. O que pensam sobre a agricultura de baixo carbono? Na agricultura de baixo carbono se quer vegetação, mas, se formos ao Tocantins, só vamos encontrar eucaliptos e seringueiras. O financiamento voltado à agricultura de baixo carbono no Tocantins é para o plantio de seringueiras e eucaliptos. Eucalipto é uma coisa boa para a agricultura de baixo carbono? Com toda essa biodiversidade que foi apresentada aqui, como fazer? *(Palmas.)*

A política pública está incentivando a destruição da riqueza do Cerrado e a colocação de vegetações exóticas no Cerrado? Como é que eu compreendo isso? Onde há dinheiro, o povo vai atrás do dinheiro. *(Palmas.)* Se há crédito, o pessoal vai pegar crédito. No Tocantins, havendo crédito, vão plantar eucalipto, porque o Governo Federal banca o plantio de eucalipto, de seringueira.

A EMBRAPA, uma empresa agropecuária, que fez aqui essa belíssima exposição, poderia nos ajudar a construir outra política pública de crédito, de financiamento, para se subsidiar o que efetivamente vai dar a dimensão da biodiversidade no Cerrado.

É isso o que tem incomodado o humilde companheiro lá do Sul do País.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Deputado Pedro.

Alguém mais gostaria de fazer perguntas? *(Pausa.)*

Vamos em frente então. Os membros da Mesa podem responder às perguntas do Deputado Pedro Uczai e também fazer suas considerações finais



O SR. JOSÉ FELIPE RIBEIRO - Deputado Pedro, obrigado por essa pergunta. Eu acho que esse é um desafio *per se*.

A agricultura hoje é feita basicamente no caso de espécies anuais. O primeiro desafio que enfrentamos é o de como vamos incluir as espécies perenes. O conhecimento de espécies perenes, principalmente nativas, demora 10, 15 ou 20 anos. Estamos atrasados nisso. O que nós fizemos? O que chamamos de índices técnicos nessas produções. O banco empresta dinheiro quando sabe que aquilo vai dar certo.

Falamos aqui hoje, pela manhã, sobre a importância da emoção. O que estamos falando agora é sobre a importância da razão. Daí essa nossa parceria com a CNA, a Confederação Nacional da Agricultura. Como podemos ter esse delta, esse “T”, esse tempo, para que possamos estabelecer os índices técnicos de modo que seja possível consorciar, por exemplo, grãos para subsidiar o plantio do primeiro até o quinto ano e depois ter espécies intermediárias, semiarbusivas. Pode ser até abacaxi. O Código Florestal permite. Nós estamos testando consórcios dessa maneira para, no final, esperar essas espécies que crescem primeiro para baixo e não toleram adubação. No caso do plantio de pequi — o Clóvis está aqui e não me deixa mentir —, se alguém fizer adubação, vai matar o pequi.

Temos que entender a ecologia e a biologia dessas espécies e construir um índice técnico. Assim, quanto ao empréstimo que o produtor fez no banco, vai se saber quando ele vai poder começar a pagá-lo. Esse é o desafio que o BNDES está cobrando de nós. Esse é o desafio que os bancos estão cobrando de nós como técnicos. Esse é o acordar que a ciência tem que ter para poder sair do emocional e ir para o racional, para a razão. Eu acho que esse é o desafio que temos agora. Como empresa de pesquisa agropecuária no Cerrado, esse é o desafio que compramos. A chefia da unidade está bem ciente da necessidade desse tipo de informação. Nós temos que trabalhar com os bancos. Não adianta termos essa informação e não terem paralelo conosco os bancos para que entendam que o produto tem mercado e que, em 5 ou 6 anos após o plantio, o produtor terá um produto para entregar ao mercado e poderá pagar a sua conta.

A SRA. VÂNIA REGINA PIVELLO - Eu queria complementar o que o Felipe disse, no sentido de que, além da procura de espécies que sejam nativas e



produtivas, existe a questão de o Cerrado ser o suporte para outros plantios. A manutenção de fragmentos de cerrado em volta de plantios tradicionais pode ser uma coisa muito importante — não só cerrado, mas também vegetação nativa. Já vimos no caso da manutenção da água como isso é fundamental.

Outro exemplo que eu trago aqui em relação a isso é o do café *gourmet* plantado nas regiões altas de Minas Gerais. Percebeu-se que manter áreas de cerrado em volta da área de plantio é extremamente importante para a produção. Por quê? Porque existem os polinizadores. Sem os polinizadores não haverá o fruto do café. Os polinizadores quem são? São os insetos do Cerrado. Além da produção em si, existe essa função de suporte, o que eu acho que também devemos considerar.

O SR. REUBER ALBUQUERQUE BRANDÃO - Quero só complementar a parte da conservação. Há um tempo, eu passei 1 mês no campo, no norte de Mato Grosso, em uma região de avanço de monocultura. Eu estava com um grupo grande de pesquisadores e tinha que comprar comida e levá-la para esse povo. Eu ia ao mercado da cidadezinha, Gaúcha do Norte, e não havia abóbora, não havia banana, não havia tomate, não havia folhas, apesar de ser uma região agrícola. Lá havia uma grande revendedora de tratores, uma grande revendedora de colheitadeiras, mas não se achava banana no mercado. Esse é um grande problema.

Na verdade, o que essas propriedades grandes produzem são *commodities*. Elas não produzem alimentos. Empregam pouco e vendem *commodities* a baixo custo porque têm vários custos associados ao *commodity* que não são incorporados ao preço final, como, por exemplo, o da biodiversidade.

Várias coisas podem ser feitas. A valorização de produtos locais é algo importante para manter inclusive os pequenos proprietários na terra. Menciono também o incentivo aos produtores que têm áreas interessantes. Muita gente gosta de natureza. É impossível falar em conservação no Brasil hoje sem envolver quem está na terra, quem está produzindo. Muita gente preserva parte de suas propriedades. Por que não incentivar mais a criação de reservas particulares nessas áreas? Por que não incrementar o uso turístico? Por que não criar, como se fosse um produtor de água, um serviço de pagamento para quem mantém a floresta? Essas não são coisas difíceis de fazer. Existe muita terra no Brasil ainda. Há muita



área que pode ser utilizada. A questão é tratar com seriedade a destinação dessa terra.

Eu concordo, a conservação é importante. É importante pensar nos recursos naturais para o ser humano, mas existem lugares especiais que precisam ser preservados de qualquer tipo de uso econômico. Tem que prevalecer, no caso, o uso turístico, o educativo, o científico. Temos demonstrado, com nossas informações espaciais, que existem áreas que, se não forem cuidadas, vão desaparecer mesmo. Elas vão empobrecendo aos poucos. Isso é uma coisa que acontece muito na natureza. A natureza empobrece aos poucos, e não se percebe o que está sendo perdido. É como um tecido desfiando. Quando alguém percebe, vê que ele não tem mais estrutura de tecido, virou um trapo.

A questão é como lidar com a mentalidade daquele que vê a natureza, vê o ambiente natural como inimigo. Como lidar com a mentalidade de quem vê o Cerrado como prova de preguiça? Como lidar com o INCRA, que considera uma terra coberta de vegetação nativa como área improdutiva, que pode ser colocada como área disponível para reforma agrária. *(Palmas.)*

Existem certas esquizofrenias institucionais no Brasil que precisam ser corrigidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado.

Antes de chamar a coordenadora do próximo painel, gostaria de dizer que o recado que fica é o de que estamos perdendo o Cerrado. Dos biomas brasileiros, é o mais ameaçado, acho. E, como foi visto aqui, é o bioma mais rico do ponto de vista da biodiversidade. O recado que fica é o de que a nossa geração não tem o direito de acabar com o Cerrado.

Um dos expositores abordou a dificuldade, principalmente dentro desta Casa, de buscarmos os mecanismos para a proteção dessa biodiversidade. Imaginem a dificuldade para um político de propor a criação de Unidade de Conservação na atual conjuntura, seja na sociedade, seja nesta Casa especificamente, a Câmara. É esse o desafio que está colocado, inclusive para os ambientalistas.

No caso, estou falando isso com quem conheço, com quem eu tenho relação. Às vezes deixamos para os outros a responsabilidade de fazer política. Se apenas os outros fazem a política, ocorre a configuração que existe nesta Casa. Deveria



haver a preocupação de se avançar cada vez mais na conservação dessa biodiversidade que está em risco ou de buscar alternativas de desenvolvimento que trabalhem a perspectiva da conservação, mas ao mesmo tempo considerando-se o uso econômico nessa estratégia de conservação. Isso é possível. Há várias oportunidades, há várias demonstrações de que é possível.

Estamos num momento em que corremos o risco de perder o que é uma conquista do povo brasileiro, uma conquista dos ambientalistas, o que está configurado na legislação ambiental. Corremos o risco de perder isso a cada dia, neste Parlamento, na conjuntura que estamos vivendo principalmente na Câmara dos Deputados. Acho que é a lição que fica deste painel.

Agradeço à Profa. Vânia Regina Pivello, ao Prof. Reuber Albuquerque Brandão e ao pesquisador José Felipe Ribeiro a contribuição ao painel que tratou do tema *Crítérios ecológicos para a proteção do Cerrado. (Palmas.)*

O próximo painel abordará o tema *Desmatamento: situação atual do Cerrado.*

Convido a Consultora Legislativa Roseli Senna para assumir a coordenação dos trabalhos. *(Palmas.)*

A SRA. COORDENADORA (Roseli Senna Ganem) - Boa tarde a todos.

Vamos rapidamente dar início a este painel, para evitar perda de tempo, porque já estamos com o horário um pouco adiantado.

Tenho a honra de coordenar o painel temático *Desmatamento: situação atual do Cerrado.* É um dos temas mais importantes e mais polêmicos em relação às políticas públicas de conservação e uso sustentado do Cerrado atualmente.

Informo aos inscitos neste seminário que, ao final das apresentações deste painel, iniciaremos os debates. As perguntas deverão ser dirigidas aos expositores e entregues aos servidores que se encontram neste auditório.

Convido para tomar assento à mesa o Dr. John Landers, Diretor Honorário da Associação de Plantio Direto no Cerrado e Vice-Presidente da Federação de Plantio Direto e Irrigação; o Sr. Francisco Oliveira, Diretor do Departamento de Políticas para o Combate ao Desmatamento da Secretaria de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente; o Sr. Rodrigo Justus de Brito, Consultor Ambiental da CNA — Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil e representante da



Associação dos Produtores de Soja, e o Sr. Sérgio Leitão, membro do Instituto Escolhas.

Passo a palavra ao Dr. John Landers.

O SR. JOHN LANDERS - Boa tarde a todos.

Agradeço muito a esta Casa a oportunidade de apresentar o ponto de vista do agricultor brasileiro. A minha convicção é a de que nós todos temos que cuidar do meio ambiente.

O que vou apresentar é uma chamada para juntar esforços de ambientalistas e agricultores, para o bem da Nação.

Eu pedi, com o objetivo de reforçar um pouco a minha fala, para distribuir o meu grito para o consenso sobre a conservação do Cerrado, juntando os ambientalistas e os agricultores. Nós temos que entender que a biodiversidade, a conservação, isso é responsabilidade de todos que consomem os produtos que emanam da agricultura. Não é só do agricultor. O consumidor, o crescimento populacional, esses são os motores de incremento e expansão da agricultura. O agricultor não é o vilão sozinho nessa peça.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu estou pedindo uma nova visão. É isto o que eu estou querendo: uma nova visão, que integre o produtor rural à sociedade.

Vamos ver quanto a nossa agricultura no Cerrado tem progredido. Esta cena é de quando eu comecei a plantar soja, em 1977, em Morrinhos. Era isso. Depois de jogarmos o arado pela janela, porque estava causando erosão, nós chegamos a esta outra situação. Onde há o PD, no final, não se vê água estancada.

Isto é o que nós temos hoje: uma agricultura sustentável, reconhecida em todo o mundo como o maior avanço em agricultura sustentável nos trópicos. Isso ocorreu graças aos pesquisadores e aos agricultores pioneiros brasileiros.

Eu vi área de cerrado sendo vendida a 5 dólares ou menos por hectare. Hoje, está valendo mais de 5 mil dólares, mais ou menos. Por quê? A ciência pegou o solo do Cerrado e o tornou altamente produtivo. E uma parte disso se deveu à descoberta do plantio direto, que é a solução básica de sustentabilidade do Cerrado. A maquinaria também acompanhou isso. Nós temos maquinaria de nível mundial hoje.



A genética. A genética nos tirou da situação de uma cultura por ano e nos passou para a de duas culturas por ano.

Peço desculpas ao meu amigo Reuber. Não há mais monocultura. Nós temos safrinha de milho, e a maior parte da soja é seguida de milho. As exportações de milho no Brasil estão crescendo muito rápido. Esse avanço ocorre graças aos geneticistas.

Quando eu plantei soja, eram 155 dias de ciclo. Agora nós temos menos de 100 e maior produtividade.

Uma outra coisa que está acontecendo no Brasil é que nós estamos fazendo avançar bastante a tecnologia de controles biológicos. Com controles biológicos, nós podemos reduzir a carga de químicos para produzir os alimentos. Essa área precisa ser protegida e incentivada. E nós não podemos ver mais uma empresa como a Agrocere, líder de sementes no Brasil, ser comprada por multinacionais. Nós temos que ter empresas brasileiras grandiosas para competir e manter a ordem do mercado para os nossos produtores.

Qual o potencial que nós temos para o futuro? Nós temos que intensificar o uso da terra. Nós temos que ter uma tecnologia que nos permita dobrar a produção, mais que dobrar a produção com irrigação, com uma integração lavoura-pecuária. Nós podemos aumentar a produção mais de duas vezes com integração lavoura-pecuária-floresta. Nós podemos “sequestrar” 6 toneladas de carbono por hectare por ano. Essa é a importância da integração lavoura-pecuária-floresta, uma importância muito maior em termos de metas de sequestro de carbono do que em termos da agricultura.

Nós precisamos entender muito mais da biologia do solo. Há muitos segredos aí que podemos utilizar para aumentar nossa produtividade. Por exemplo: por 25 anos estamos usando fósforo, fósforo, fósforo, muito mais do que necessita a planta e que é retirado, porque fica fixado no solo. Se tivéssemos o bacilo, a bactéria para liberar esse fósforo preso, nós teríamos uma economia muito grande. E está acontecendo.

Nós precisamos, no fundo, no fundo, reduzir a pegada da agricultura em termos de utilizar, com muito mais eficiência, os insumos que nós temos com o uso dos recursos. E o nosso movimento de plantio direto, por mais de 15 anos, está



dizendo que não precisa desmatar mais. (*Palmas.*) Nós temos a tecnologia. Para intensificar o uso da terra, só precisamos de incentivos e reconhecimento disso.

Aqui nós temos uma situação que não é incomum. Nós podemos converter isso numa coisa produtiva.

A integração lavoura-pecuária foi uma redescoberta de uma tecnologia inglesa do século XVIII. Não importa. Isso é muito importante e indica que o Brasil está na liderança tecnológica da agricultura sustentável no Cerrado. Esse sistema é fantástico, e nós podemos aumentar a intensificação do uso da terra por 2, 3, 4 meses assim, fato esse que reduz a demanda de desmatamento. Com isso, se se fizer suficiente em certificação, a demanda de desmatamento para expandir a produção agropecuária pode ser zero. Mas teremos que entender que isso custa mais.

Nós temos controles biológicos. O Palmtop da lavoura marca as populações dos insetos e indica quando é para liberar as vespas parasitas ou outros produtos biológicos. O controle biológico está havendo e precisa de apoio, porque nós temos tecnologia e com pouco e pouco trabalho ela pode se tornar corriqueira, normal, e reduzir muito a quantidade de químicos aplicados.

Isso é o que eu falei no início, antes de dizer onde estamos nós. Esta foi a Declaração do Primeiro Congresso Internacional sobre Plantio Direto. Eu não vou ler, mas é muito óbvio, é axiomático que o consumidor tenha a última responsabilidade em termos da expansão da agricultura, porque, se não houvesse incremento de demanda, não precisava a agricultura expandir. Portanto, vamos dividir a responsabilidade, que não é só do agricultor.

Isso aqui está mostrando o que o agricultor faz com a adoção de plantio direto, em que você praticamente elimina a erosão e reduz os custos de tratamento de água. Há muitos outros benefícios do plantio direto: reduz as inundações, porque aumenta a infiltração do solo. Nós estamos reduzindo o custo dos alimentos, sendo mais e mais eficientes, exportando mais, mas a quantidade de expansão, em termos de área, é muito menos do que a expansão em termos do total da produção agropecuária. Estamos intensificando o uso da terra, mas podemos fazer mais. Temos 49 milhões de hectares de pastagens subutilizados no Cerrado. Então,



vamos usá-los de forma mais intensiva. Não precisamos desmatar; precisamos incentivar a intensificação do uso da terra.

Eu gostaria de propor esta nova visão. Não vamos ver mais o produtor como o vilão do meio ambiente, por favor. Ele cuida das reservas de águas e perda de eletricidade nas suas fazendas. Pela lei, ele observa isso. Ele tem singularidade de propósito para com a sociedade, alimentos com biodiversidade.

Cidadãos, vamos ver o nosso produtor rural como o aliado número um da conservação, por favor. Ele é o guardião dos nossos recursos naturais, ele é ubíquo do espaço rural; ele é o elemento natural para fazer o papel de conservação e preservação em prol da sociedade. Portanto, ele não pode ser inimigo, ele é nosso amigo.

A SRA. COORDENADORA (Roseli Senna Ganem) - Dr. Landers, o senhor dispõe de até 3 minutos para concluir, por favor.

O SR. JOHN LANDERS - Então esse aliado número um tem feito todas essas coisas que estão listadas aí. O produtor rural dá muita contribuição para a sociedade e não recebe a recompensa, o reconhecimento.

Eu calculei, muito por baixo, os benefícios que o agricultor, através de plantio direto, está gerando em 2 bilhões de dólares por ano para a sociedade, isso muito subestimado. Por que parte disso não pode ser devolvida para aqueles que estão conservando de verdade, para reconhecer o esforço deles? Ninguém quer responsabilidade de graça. A responsabilidade de cuidar da biodiversidade na sua propriedade, muito bom, o agricultor tem, mas vamos ver uma pequena recompensa, não precisa ser grande coisa.

Muitos agricultores que eu conheço realmente cuidam da biodiversidade e ficam tão indignados quando são colocados no mesmo balaio que os vilões lá da fronteira, onde não se governa. Isso virou um mito popular na imprensa brasileira e internacional. Realmente, esses agricultores ficam indignados e com razão. Por que nós passamos isso para eles? Vamos reconhecê-los como aliados, por favor!

O desmatamento zero é perfeitamente possível. Temos a tecnologia, mas a intensificação do uso da terra custa mais. Quanto vale preservar o Cerrado? Alguém tem a conta? Eu nunca vi. Todo mundo fala em conservação, mas ninguém fala em custo. Não existe almoço de graça nesse mundo. Então, vamos fazer jus ao



agricultor. Se ele está fazendo bem para a sociedade, quanto vale? Vamos ser honestos.

A solução que eu queria ver é engajar o produtor rural como aliado número um da conservação, e vamos acabar com esse embate infrutífero entre ambientalistas e agricultores. Não adianta jogar pedra dos dois lados. Nós precisamos criar uma pororoca de razão de gente moderada para levar uma solução à frente.

A SRA. COORDENADORA (Roseli Senna Ganem) - Dr. Landers, o senhor poderia concluir, por favor?

O SR. JOHN LANDERS - Sim, eu vou deixar o pessoal ler isso, porque são as sugestões de incentivos.

Agradeço a atenção da plateia, pois acho que deixei aqui uma mensagem. Espero que não tenha sido indelicado, mas foi forçoso.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Roseli Senna Ganem) - Nós registramos a presença do Dr. Rômulo Mello, ex-Presidente do IBAMA e Superintendente da Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal.

Chamo agora, para fazer o uso da palavra, o Dr. Francisco Oliveira, Diretor do Departamento de Políticas para o Combate ao Desmatamento, da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, do Ministério do Meio Ambiente. O senhor dispõe de 12 minutos.

O SR. FRANCISCO OLIVEIRA - Boa tarde a todos! Participar de um evento como este é sempre um prazer, e poder compartilhar o conhecimento e aprender, como eu já aprendi um pouquinho na sessão anterior, é algo que nos ajuda muito a compreender e a encontrar os caminhos certos para o Cerrado.

Coube a mim aqui trazer um pouco do que vem acontecendo com o desmatamento no Cerrado. Eu vou, ao final, propor algumas ideias, alguns caminhos sobre os quais temos de pensar. São desafios que temos pela frente, muitos deles colocados com muito mais propriedade, com muito mais profundidade em cada uma das sessões propostas aqui e pela qualidade dos expositores. Eu acho que quem está aqui pode sair aprendendo muito do que está acontecendo com o Cerrado.



Eu vou ser bastante breve na minha apresentação. Está aqui um cenário ainda de 2010 com um desmatamento do Cerrado acumulado em 47%, e essa é a distribuição do que existe de remanescente de área nativa do Cerrado em cada um dos Estados que compõem o bioma Cerrado. Não vou entrar em muitos detalhes, mas não é muito difícil perceber que temos uma ocupação mais intensa na parte sul do Cerrado, com remanescentes de Cerrado menos evidentes e um remanescente — imagino que todos já conheçam um pouco o MATOPIBA, Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia — onde há um conjunto maior de áreas nativas ainda do Cerrado.

Muito bem, isso aqui é mostrando, por Municípios, como que isso se comporta, ratificando um pouco do que eu já disse anteriormente. Inicialmente aqui, temos o desmatamento até 2010 por Municípios, valendo muito olharmos as manchas. O vermelho diz que há uma intensidade de área já mais desmatada do que nas partes verdes. Percebemos, então, que de fato existe uma ocupação mais intensa na parte sul.

Aqui, mostramos outros períodos e também como se dá essa distribuição e os remanescentes também, que é quase o negativo do que temos lá: quanto mais escura a cor, indica aqueles Municípios que ainda têm remanescente de vegetação nativa do Cerrado maior.

Aqui temos um mapa um pouquinho diferente. Ele mostra como a dinâmica vem se dando. Então, de novo, a cor é mais intensa. Ali eu estava mostrando o que eu já perdi até o presente momento e aqui eu estou mostrando onde a atividade está mais intensa. Aqui, de 2002 a 2008, vê-se que era um pouco mais distribuída essa atividade de perda da cobertura do Cerrado. Quando se olha só o ano de 2009, vê-se que ela já começa a se direcionar mais ao norte. Aí já estamos indo para a região que é conhecida como o MATOPIBA. Algumas pessoas a chamam de MAPITOBA, mas é MATOPIBA. E aqui continua mantendo esse padrão, no ano de 2010.

Quando se tira do gráfico espacial e se começa a colocar os números relativos a isso, a primeira coluna é um acumulado até 2002. Então, aqueles eram os quatro Estados que tinham a maior representatividade, ou seja, 75% do que aconteceu de perda de vegetação nativa do Cerrado aconteceu até 2002 naqueles quatro Estados. E aí vemos essa tendência que eu mencionei, de que, de 2003 a 2008, ela já começa a migrar para essa região aqui, do MATOPIBA, e se



intensificam e se mantêm em um nível razoavelmente alto as perdas que acontecem.

É claro que a intensidade das perdas é outra história. Aqui, até 2002, estava-se com uma perda de aproximadamente 14 mil quilômetros quadrados, e hoje já se está na faixa de 6 mil, 7 mil quilômetros quadrados. É muita coisa ainda? É muita coisa ainda. Mas nós já estamos a menos da metade. Então, nós temos que relativizar aqui esses números.

Está bem. Estou olhando as regiões e tal. E, agora, como é que eu olho isso do ponto de vista dos Municípios? Quais são aqueles Municípios que têm uma intensidade maior de ocupação? Há uma lista, não preciso entrar em detalhes em cada um desses Municípios, mas está lá: Formosa do Rio Preto é onde se vem tendo uma intensidade maior de perda de cobertura da vegetação do Cerrado.

Aqui eu já estou olhando mais especificamente. Eu estou fazendo vários recortes que são do interesse das diferentes áreas, de quem está produzindo, de quem está conservando. E aqui eu estou olhando as Unidades de Conservação. Do lado de lá, quanto mais escura a cor, obviamente, maior a intensidade de desmatamento nessas unidades. E, do lado de cá, eu estou olhando uma outra questão, um ponto importante, sobre o qual a Vânia falou bastante hoje, que é a questão do fogo. Então, do lado de lá, eu estou olhando o desmatamento e, do lado de cá, eu estou olhando a questão do fogo, que atinge algumas Unidades de Conservação com maior intensidade. E lembro que, quanto mais vermelha a cor, maior a intensidade dessas atividades.

Então, aqui se tem uma distribuição que é um pouco mais espalhada, há áreas lá do alto do Maranhão até São Paulo com uma intensidade maior de perda de cobertura. Já o fogo, não. O fogo está mais característico ali no MATOPIBA. Ali na região Tocantins, Bahia e Maranhão, o fogo tem uma intensidade maior, do ponto de vista de atingimento das Unidades de Conservação. Aqui eu estou olhando especificamente para o universo das Unidades de Conservação.

Aqui fica evidente quais são os tipos de unidade que estão mais sujeitos ao desmatamento, e não é difícil imaginarmos que seriam as Áreas de Proteção Ambiental. As dez primeiras Unidades de Conservação do Cerrado que têm maior quantidade de desmatamento são Áreas de Proteção Ambiental, são as APAs.



Para as terras indígenas, temos a mesma coisa: do lado de lá, são as terras indígenas que têm mais desmatamento e, do lado de cá, aquelas que têm maior intensidade de fogo. Então, há algumas unidades de terras indígenas com uma grande intensidade de desmatamento, e, do lado de cá, vemos que há uma grande intensidade de focos de calor em grande parte das terras indígenas.

De novo, esse é o *ranking* das dez terras indígenas, e aqui o nome de cada uma delas, e a localização delas está aqui no eslaide anterior. Então, nós conseguimos observar o tanto de desmatamento nessas duas colunas aqui, a quantidade de quilômetros quadrados e o percentual que isso representa da área, e aqui a quantidade e densidade de focos de calor.

Aqui, vemos o desmatamento em assentamentos. Esse gráfico fica um pouco diferente, porque tenta mostrar os desmatamentos que acontecem nos assentamentos. E do lado de cá, temos a intensidade de fogo que acontece nos assentamentos. Há uma intensidade maior de fogo nos assentamentos do Maranhão, de Mato Grosso e da área mais central da Bahia. Por outro lado, o desmatamento segue, mais ou menos, o mesmo padrão.

Temos aqui cada um dos assentamentos que têm maior intensidade de desmatamento e de densidade de focos de calor.

E, por fim, quando fazemos todas essas análises, quando verificamos o comportamento do desmatamento e das queimadas, que é uma dinâmica muito importante para o Cerrado, conseguimos estabelecer algumas prioridades do ponto de vista da ação. Quando olhamos para o Cerrado, nos mesmos moldes do que fizemos ao olhar para Amazônia, construímos um plano de prevenção e controle de desmatamento e queimada para o Cerrado, no qual tivemos que priorizar alguns Municípios, porque não conseguimos trabalhar com todos os Municípios. Priorizamos utilizando dois critérios, pelo que tem desmatamento superior a 25 quilômetros quadrados e uma representatividade maior de vegetação nativa.

A partir desses critérios, conseguimos elencar os 52 Municípios que têm mais prioridade do ponto de vista de ação, para permitir e garantir a manutenção do Cerrado, dentro de um conjunto de ações muito grande que passam por várias das questões que estão aqui. Elas passam por fomento a atividades sustentáveis, por



ordenamento territorial e por monitoramento e controle, que são os três eixos principais, quando falamos de plano de ação de governo.

Para fechar — e aqui, talvez, eu gaste um pouquinho mais de tempo —, temos desafios. Talvez a primeira pergunta que façam para mim seja: *“Como está o desmatamento depois de 2010?”* E aí temos estrutura por monitoramento periódico do bioma. Nós já estamos auditando os dados do ano de 2011 e, para 2013, estamos fazendo um mapa muito importante, que é de uso e cobertura do solo do cerrado, para que possamos entender algo que já começamos a fazer na Amazônia, que é muito importante para entendermos a dinâmica do que está acontecendo. Uma fotografia que você tira uma vez ajuda a ter uma compreensão, mas, se a cada 2 anos, eu puder fazer um mapa de dinâmica de uso da terra, como já venho fazendo na Amazônia, isso ajuda sobremaneira a entender quais são os desafios que tenho que enfrentar. Já estamos produzindo esse dado do Cerrado, ele deve ficar pronto até o final do ano, e é um dado bastante importante.

Segundo ponto, implementação do Código Florestal. Acho que o John Landers trouxe algo muito importante. Nós temos um Código Florestal e temos que olhar para ele sob várias facetas. Há o Cadastro Ambiental Rural, sobre o qual ele não teve tempo de falar, mas eu vou usar o eslaide que ele apresentou. Informo que 59% do CAR já foi implementado. Então, temos que olhar isso como um grande desafio, o que mostra uma integração muito grande da área ambiental com a área da agricultura.

Para quem não sabe, no começo deste ano, houve uma reunião em fevereiro, para a qual a Ministra Izabella Teixeira e a Ministra Kátia Abreu chamaram todos os Secretários de Meio Ambiente e de Agricultura para tratar da implementação do Cadastro Ambiental Rural. Ele vem com uma força muito grande, é muito importante para a implementação do Código Florestal e traz grandes oportunidades para fazermos algo de que o Landers estava falando, que é fazer uma integração que temos entendido como conciliar a conservação com a produção. Acho que isso é perfeitamente possível.

Temos um discurso antigo, no qual temos, de um lado, o extremo de produção a qualquer custo, e, do outro, o extremo de proteção a qualquer custo. E está aqui o Landers mostrando que existe um grupo bastante interessado em não



ser colocado no mesmo saco daquele que, ao extremo, quer produzir a qualquer custo, mas que também não está no outro extremo da proteção a qualquer custo. Tem que ser feita a aproximação desses dois extremos, e existe algum ponto aqui no meio que ainda não encontramos, mas eu tenho certeza de que vamos conseguir encontrar, com a boa vontade do Governo Federal, dos Governos Estaduais, dos Municípios, da sociedade, dos produtores. Então, eu acho que há um caminho e um grande desafio no Cerrado que temos que trazer.

É importante pensarmos na importância e na necessidade do comando e do controle. Existem ações de comando e controle que são necessárias, porque ainda existem pessoas que insistem em não respeitar a legislação. Com esses, temos que trabalhar de forma diferente. Mas há aqueles que seguem o que está posto na legislação, aqueles que buscam produzir de forma correta, tentando melhorar sua produção, tentando usar o que têm e ainda assim buscar aumento de produtividade. Acho que, com o exemplo da fala que antecedeu a minha, não preciso me alongar muito. Existem pessoas que estão dispostas a fazer isso no setor privado, que são os produtores, e acho que o consumidor também tem um papel muito importante, o de colocar pressão e dizer que não quer que o que ele consome ou aquilo que é produzido seja associado a desmatamento.

Então, acho que temos um caminho bastante interessante a percorrer.

Vou parar por aqui, porque já me pediram para encerrar.

Agradeço a oportunidade. Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. COORDENADORA (Roseli Senna Ganem) - Obrigada, Dr. Francisco.

Gostaria de dar a palavra ao Dr. Rodrigo Justus, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil — CNA.

O senhor dispõe de 12 minutos.

O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO - Boa tarde a todos! Inicialmente queria agradecer nesta oportunidade o convite para discutir esse espinhoso e apaixonante tema que é o desmatamento do Cerrado.

Em primeiro lugar, eu queria dizer que a CNA, na condição de representante dos produtores, é favorável à aplicação do que está previsto na lei a todos aqueles que praticam ilícitos e descumprem a legislação. Dessa forma, nós entendemos que



não há desenvolvimento sem ordem e cumprimento da lei. Se nós temos uma legislação, todos os esforços para cumpri-la devem ser envidados.

A Constituição indica o desenvolvimento sustentável como a nossa ferramenta para que, no futuro, tenhamos a garantia de qualidade de vida para a presente e as futuras gerações. Nós temos, com base nisso, os pilares conhecidos como *triple bottom line*, que são a sustentabilidade social, a econômica e a ambiental.

A agricultura moderna, tão atacada, trouxe, por um lado, o aumento de produtividade, ou seja, a produção por unidade de área. Se hoje nós produzimos seis vezes mais produtos na mesma área agrícola do que há 50 anos e temos quase dez vezes mais produção pecuária, isso significa que, se estivéssemos no nível tecnológico de 50 anos atrás, nós teríamos, talvez, destruído 100% da Amazônia — inutilmente, pois boa parte das terras da Amazônia não possui aptidão para a agricultura —, e os 50% da vegetação nativa do Cerrado que hoje se encontram conservados também teriam sido desmatados. Então, a intensificação da produtividade reduziu a pressão sobre o avanço de áreas nativas.

Quando verificamos a dinâmica de desmatamento no Brasil, especialmente o do Cerrado e o da Amazônia, nós vemos que houve períodos de forte pressão econômica internacional, aumento de preço de alimentos, de demanda, da população. Então, houve picos de aumento de preços e de demanda por alimentos que impulsionaram a abertura de novas áreas.

Infelizmente, ocorre que, apesar de a nossa legislação, desde o ano de 1964, prever que caberia ao Governo Federal estabelecer um zoneamento agroecológico, visando delimitar as terras aptas e necessárias à produção, bem como aquelas necessárias à conservação — faço essa ponderação —, esse zoneamento nunca foi feito. Em alguns casos, foi uma oportunidade perdida, pois o Brasil deixou de fazer a coisa de forma organizada. Há hoje áreas degradadas em regiões que não eram aptas à atividade ali instalada, o que ocasionou prejuízos ambientais àqueles que tentaram implementar essas atividades nesses locais.

Não existe, por parte do setor, como ouvi hoje, de modo até um tanto apaixonado, Prof. Reuber, a decisão de acabar com o Cerrado. Na verdade, é uma questão de uso e ocupação do solo pela humanidade. Na Europa, por exemplo,



99,5% da vegetação nativa foram devastados. Inclusive, o Prof. John Landers publicou um livro em que escreveu que a madeira da floresta do Robin Hood foi convertida em navios para que os ingleses viessem ao Brasil explorar e levar embora nossas riquezas. O senhor nasceu na Inglaterra, mas reconheceu isso. Nós não chegamos a esse nível de devastação e temos a conservação dos biomas.

Não há, portanto, qualquer decisão de acabar com o Cerrado. A natureza não é inimiga do produtor. O produtor é dependente da qualidade da água, da qualidade do ar e da estabilidade climática. Nós precisamos disso. Por outro lado, há uma legislação que determina que, se o produtor não abrir suas terras, sofrerá desapropriação para a reforma agrária. Vejam que, de um lado, a legislação ambiental privilegia a proteção, a conservação, a preservação e o uso sustentável dos recursos naturais. De outro lado, a legislação agrária diz que aquele que não abrir suas terras as perderá para o Governo. Então, há um choque de legislação, e o produtor é refém desse sistema jurídico perverso que nenhum país do mundo adota. Nenhum país do mundo tem regras como as do Brasil.

Dessa forma, a taxa de desmatamento do Cerrado se encontra um tanto estabilizada. É preciso, de forma concreta, desenvolver mecanismos, instrumentos e políticas públicas voltadas à intensificação do uso da terra, além de programas específicos para as regiões onde há baixa produtividade — e nós temos terras abandonadas.

Nós vemos hoje o País numa séria crise econômica, com juros altos. O Programa ABC já foi uma vitrine de atratividade. Hoje, os juros são de 8% — dobraram de um ano ao outro —, e exige-se seguro e mais uma série de coisas.

A recuperação de áreas degradadas, do ponto de vista econômico, se torna um tanto inviável face à política econômica hoje vigente. O pagamento de serviços ambientais seria uma forma de compensar aqueles que detêm vegetação nativa passível de supressão perante a legislação. É preciso viabilizar isso, mas é necessário dinheiro. Não adianta apenas instituímos programas.

Nos Estados Unidos, conforme a *Farm Bill*, a carta que regula a questão de financiamentos e fomentos no setor agrícola, 1 bilhão e meio de dólares são aplicados, por ano, em serviços de conservação e recuperação de áreas. Quanto



nós investimos nisso efetivamente? Muito pouco. Além disso, os juros dos empréstimos são extorsivos.

Quanto à criação de Unidades de Conservação, eu entendo que a conservação de áreas pelo setor privado é mais barata e mais efetiva. E se saberá a quem responsabilizar, no caso em que nada seja feito ou em que as áreas sejam abandonadas, destruídas ou de alguma forma degradadas.

O Orçamento da União está totalmente a cada ano... Isto não é uma característica desse Governo, do Governo anterior ou de outros governos: é histórico no Brasil haver contingenciamentos. Não há recursos para implementar as Unidades de Conservação de forma efetiva no Brasil. Excetuando Foz do Iguaçu e mais algum outro exemplo, nós temos mais de 110 milhões de hectares de Unidades de Conservação criadas.

Por esses dias, veio uma equipe de agricultores e membros do Departamento de Conservação de outros países aqui, e nós não tínhamos onde levá-los para verem um parque efetivamente funcionando, que estivesse implementado, que tivesse o centro de recebimento ao visitante, que tivesse cerca, que tivesse fechadura na porta. É desse tipo de coisa que precisamos na questão da conservação.

E a educação? A educação é a chave. Não adianta juntarmos um monte de dinheiro, se é que vamos conseguir fazer isso tão logo. Nós temos que educar. O produtor precisa melhorar a sua *performance*, aquele que não tem a efetiva noção ou meios para aplicar corretamente os insumos. Existe uma porção, uma parte que necessita de assistência técnica, de extensão, e devemos deixar de tratar a gestão ambiental como uma fábrica de autos e infração.

A questão é que o setor produtivo junto com o Governo precisam virar a página em relação a questões do passado, em que o produtor vê, muitas vezes, o Governo como um carrasco, e o Governo vê o produtor como um inimigo da natureza. Nós precisamos sentar à mesma mesa e acabar com esse passado, em que houve acertos e erros de ambos os lados, mas, para progredirmos, precisamos avançar de outra forma.

Então, eu agradeço aqui a participação e fico à disposição.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



A SRA. COORDENADORA (Roseli Senna Ganem) - Obrigada, Dr. Rodrigo Justus de Brito.

Passo a palavra ao Sr. Sérgio Leitão, do Instituto Escolhas. V.Sa. dispõe de 12 minutos.

O SR. SÉRGIO LEITÃO - Boa tarde, é um prazer estar aqui. Quero agradecer o convite feito pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em especial pelo Deputado Sarney Filho; cumprimentar a amiga Roseli, digna Consultora Legislativa desta Casa, e dizer que estou aqui em uma condição um tanto diferente daquela que usualmente me trazia aos embates e aos debates nesta Casa, porque alguns aqui me conhecem pela minha militância profissional durante 10 anos no Greenpeace. Então tive aqui a oportunidade de travar vários debates intensos com o próprio Rodrigo, justamente sobre todos esses pontos que giram na definição do que seriam os nossos desafios para superação do problema, como disse o produtor John Landers, entre a questão do produtor e do meio ambiente.

E, após 10 anos de Greenpeace — permitam-me aqui rapidamente uma explicação de onde estou —, eu cheguei à conclusão de que estávamos precisando, de certo modo, colocar uns elementos novos na conversa sobre a questão do meio ambiente no Brasil, que passavam fundamentalmente por dotar a discussão de números, de dados econômicos, que pudessem levar aquilo que foi colocado aqui, na primeira exposição, a essa superação das dificuldades de conciliação das visões entre o mundo da produção e o mundo da sustentabilidade, ou o mundo do meio ambiente. Com um grupo de pessoas, de economistas — eu não sou economista, nem sei fazer contas —, resolvi criar um instituto, que tem o nome de “Escolhas”, que se propõe justamente a fazer isto: colocar números na conversa.

Eu acho que boa parte das discussões, infelizmente, leva a uma solidificação de posições — e isso não é uma crítica a ninguém, é específica a todos, inclusive a mim —, leva a uma solidificação de posições em que coloquemos elementos na mesa que permitam superar o impasse, ou seja, há uma discussão parecendo carro quando atola: cada vez que se aperta o acelerador, ele só joga lama para quem está atrás. Se você não colocar alguma coisa lá que permita uma tração, ele vai só afundar, afundar e afundar.



Acho que, nos últimos anos, alguns dos nossos embates, que não foram debates, levaram a isso. Se formos verificar, sequer a própria superação da discussão do Código, a sua votação, permitiu que disséssemos que acabou o problema. Não acabou, porque se olharmos a maneira que ainda se fala, parece que todas as questões estão colocadas tal e qual estavam colocadas antes da discussão do Código.

Em relação ao Cerrado, parece-me que esse ponto se manifesta de uma forma ainda mais intensa do que até no caso da Amazônia. Primeiro, o Cerrado tem uma característica específica que é ser celeiro de produção. Se fôssemos verificar pelos dados apresentados aqui pelo Francisco — permita-me chama-lo assim, Francisco, em nome da nossa velha relação de companheirismo —, poderíamos dizer: *“Vamos para casa, porque ainda tem muito o que desmatar do ponto de vista legal. Não tem por que estarmos aqui conversando”*. O Cerrado perdeu 50% da sua área. Se ele pode ser desmatado em até 80%, temos, portanto, mais 30%. Se imaginarmos o Cerrado em termos de Amazônia Legal, temos pelo menos mais 15%, porque, na Amazônia, a área de reserva legal é ainda maior.

Então, poderíamos dizer o seguinte: *“Encerrou a conversa. Voltemos daqui a alguns dias, quando isso estiver devidamente dado”*. Mas o problema não está só aí. O problema é o fato de que nessa região do MAPITOBA ou MATOPIBA, como queiramos chamar, ainda há ali aquilo que a produção do Brasil, de forma absolutamente legítima — não estou aqui fazendo nenhuma caricatura —, diz que é o lugar para onde ela precisa expandir. É ali que vai estar a área de expansão da agricultura brasileira.

Então, poderíamos fazer a seguinte pergunta: é possível um acordo em torno dessa área que se quer expandir, nessa região do Maranhão, Piauí, Bahia e Tocantins, onde, por exemplo, aquilo que foi falado pelo produtor John Landers, em relação à questão do desmatamento zero, entrasse como um ponto de negociação? Essa é a pergunta número um. Vamos à pergunta número dois: pegando os dados trazidos pelo produtor John, quanto vai custar, então, esse acordo do ponto de vista dos incentivos econômicos, do ponto de vista da capacitação que o Brasil não tem e precisa adquirir ou do ponto de vista daquilo que é a grande questão em termos de produtividade hoje, no Brasil, que está na pecuária? Não é nem na questão da



produção agrícola em si, que já tem níveis de excelência suficientes a que pouco se pode acrescentar.

No caso da pecuária, temos menos de um boi por hectare — todo mundo sabe disso. Podemos chegar a 1,5 boi ou até 5 bois, dependendo da intensificação com todos os problemas, mas isso custa dinheiro. Eu estou, no meu atual momento de vida, justamente querendo os números. Estou querendo produzir os números para que possamos conversar, porque eles nos dariam o quê? A condição de trazer, por exemplo, para esta Casa, que faz o Orçamento, que delibera sobre o Orçamento e que, portanto, elege as prioridades, aquilo que seria necessário construir em termos de um entendimento, para que isso se projete em termos de política pública, no tempo e no espaço, para que resolvamos as três coisas que são fundamentais em termos de política ambiental no Brasil hoje: o como, o quando e o quanto.

Eu não preciso falar para ninguém aqui nesta sala da importância do meio ambiente, mas as pessoas querem, do ponto de vista legítimo, e os produtores também querem, saber quando eu vou ter que fazer isso, como eu vou ter que fazer isso e quanto vai custar isso.

Eu tenho dito para os meus amigos ambientalistas — até mesmo porque eu não deixei de assim me atribuir, senão eu estaria renegando todo o meu passado e eu não tenho do que dele me envergonhar, pelo contrário — que, se não respondermos a essas três questões, essa pressão sobre a legislação ambiental e todo esse arcabouço maravilhoso que o Brasil construiu nos últimos 25 anos, a partir de 1988, vai desabar. Ele não se sustenta, ou seja, temos aí uma nova equação de arranjo produtivo entre ambientalistas, entre produtores, entre Governo, entre a classe política, para que, definitivamente, essas questões que foram levantadas, tanto na parte da manhã como na parte da tarde de hoje, possam encontrar algum grau de superação, com algum grau de actualidade que nos permita indicar quais são os rumos que a discussão entre política agrícola e política ambiental no Brasil vai ter de tomar.

A segunda questão é que, quando olhamos para o problema do Cerrado, para além desse grande ponto que é o acordo quanto ao tamanho da possibilidade de expansão que o agronegócio ainda precisa ter, *vis-à-vis* com a impossibilidade de



não fazemos mais isso por já termos área suficiente, isso implica um custo que temos arbitrar. Quanto custa, então, zerar esse desmatamento?

Em 2007, um grupo de organizações fizemos um estudo — eu estava, naquele momento, já no Greenpeace —, mas os valores obtidos estão hoje sobejamente defasados. Nós precisaríamos atualizá-los, e essa é uma das minhas intenções, dentro dessa minha nova organicidade institucional.

O que precisa ser resolvido como segundo ponto? Se examinarmos o que se fez na Amazônia e que levou à queda do desmatamento em 2007 e 2008 — Francisco, você tem toda a liberdade para me corrigir, para dizer que estou errado, porque esta é minha visão, mas é bom sabermos se ela não estiver correta —, veremos que a sociedade brasileira e o próprio setor do Governo que cuida da questão ambiental não tiveram força política para reproduzi-lo com igual intensidade no Cerrado, ou seja, os instrumentos que foram criados não foram feitos de modo a incidir sobre o Cerrado. Por exemplo, nós não temos até hoje o monitoramento — ele parou em 2010: o que todo mundo fica sabendo em tempo real sobre a Amazônia não se sabe sobre o Cerrado.

É uma questão técnica? Acredito que não, porque, se se conseguiu fazer isso para a Amazônia, pode-se muito bem fazer para o Cerrado.

Então, a primeira questão é: o que podemos fazer para superar esse buraco do ponto de vista do monitoramento?

A segunda questão: os instrumentos pensados para a Amazônia, do ponto de vista do PPCDAm, não foram repetidos no PPCerrado. O crédito, por exemplo, não ficou condicionado ao atendimento de boas práticas de proteção do meio ambiente ou da regularidade ambiental. O decreto sobre os Municípios também não tem a mesma dimensão que tem sobre a Amazônia.

Isso é resultado de uma maldade intrínseca do Governo? Claro que não, não existe essa maldade. Vamos eliminar essas considerações que afirmam que o produtor é ruim e que o ambientalista é bom; o ambientalista é burro, o produtor é inteligente; um sabe ganhar dinheiro, o outro só faz atrapalhar o País. Isso não resolve o nosso problema.

A questão é saber, além dos instrumentos econômicos que precisam ser criados, além das destinações de recurso que precisam ser feitas dentro do



Congresso, porque é aqui que se celebra o Orçamento, qual o grau de institucionalidade do ponto de vista das ações de comando e controle que nós vamos pactuar e que vão subsistir ao final desse entendimento, se ele for possível.

A Roseli me mandou, de maneira muito gentil, um projeto que fala justamente sobre o Cerrado. Há nele toda uma configuração criando os corredores de biodiversidade.

Qual é, então, o poder que queremos conceder ao Estado para que as sobras daquilo que não ficar dentro do pacto político que pode ser celebrado sejam constrangidas dentro daquilo que é o poder do comando e do controle? Isso precisa ser feito, porque, em certa medida, com todos os questionamentos, com todos os embates, de certo modo, isso se fez em relação à Amazônia. Foi isso que fez o desmatamento na Amazônia cair de 29.000 quilômetros quadrados para menos de 5.000. Ainda é muito? Ainda é muito, mas não podemos negar que foi uma queda vertiginosa.

O que está acontecendo hoje? Pelo dado de 2010, o Cerrado está sendo desmatado mais do que a Amazônia.

Para encerrar esta primeira parte, agradecendo a generosidade de V.Sa., eu diria que temos duas questões muito simples para resolver. Questões simples e grandiosas que são projetos de Nação, não questões vinculadas ao Ministério do Meio Ambiente, que, inclusive, teve que aceitar ficar com a gestão do PPCerrado, quando o certo seria que pudéssemos deixar isso no âmbito da Casa Civil, porque isso é política de Governo como um todo, não é só da Agricultura, não é só do Ministério do Meio Ambiente.

Em primeiro lugar, precisamos resolver qual é a noção que nós criamos da real necessidade da expansão ainda da agricultura brasileira dentro desta área que ela considera que é fundamental.

Em segundo lugar, precisamos definir como iremos viabilizar um projeto de desmatamento zero. Esse é basicamente um projeto de produtividade agrícola, onde a intensificação que se vai fazer passa por superarmos uma série de gargalos tecnológicos que temos. Se quiséssemos hoje recuperar as florestas no Brasil, não haveria sementes nem técnicos para tanto. Pode haver dinheiro, mas faltam essas duas coisas básicas.



Em terceiro lugar, feito o acordo quanto à alocação de recursos, é preciso definirmos qual o comando e o controle que nós vamos passar a exercer.

Essas três condições são aquilo que talvez vá permitir, a despeito da onda de pessimismo que em alguns momentos do seminário nos dominou — reconheço isso como sendo absolutamente normal —, ao nos parecer que ao Cerrado só resta se encerrar, que o Cerrado possa viver.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Roseli Senna Ganem) - Obrigada.

Vamos passar às perguntas.

A quem tiver perguntas a fazer peço que venha até aqui e se identifique, para efeitos da gravação.

O SR. IAN CHAVES - Boa tarde, meu nome é Ian Chaves e sou engenheiro de meio ambiente. Minha pergunta é sobre o monitoramento do Cerrado.

Eu já vi estudos científicos que afirmam haver tecnologia suficiente para monitorar o bioma. Eu gostaria de saber qual é o impedimento técnico que justifica o não monitoramento do bioma Cerrado, diferentemente do que ocorre com as densas formações florestais da Amazônia. Áreas de floresta são mais fáceis de monitorar devido ao contraste da vegetação. No Cerrado, isso é um pouco mais difícil, segundo os estudos. Eu gostaria de saber qual a opinião sobre isso dos profissionais que lidam com a questão do desmatamento. O que o Governo tem a apresentar nesse sentido? Por exemplo, foi lançado agora o CBERS, um satélite brasileiro que possuiu boa resolução espacial. Eu gostaria de saber o que vai ser feito para se monitorar o Cerrado, como é monitorada a Amazônia, bem como o bioma Caatinga.

O SR. FRANCISCO OLIVEIRA - De forma bem objetiva, não existe impedimento. Acho que você colocou alguns pontos que são importantes de levarmos em consideração.

Quanto a monitorar o desmatamento na Amazônia, quem faz sabe que a separação da floresta da área desmatada corte raso é muito mais simples de ser feita. Isso é o que acontece na Amazônia.

O Cerrado tem as diferentes formações que o Professor Felipe Ribeiro mostrou aqui claramente. Há desde campo até área florestal, o que agrega



dificuldade, mas não impede que o monitoramento seja feito. Então, este é um ponto importante, monitorar o Cerrado é um pouco mais difícil, mas não é impossível, com a tecnologia que temos, como as imagens do CBERS, que você bem lembrou. Dessa vez o satélite foi e permaneceu no espaço — ano passado, ele quase não subiu.

Junto com isso, há o que já está em curso — o Sérgio também fez essa pergunta. Quando a 2011, nós já estamos auditando o dado e, quanto a 2013, estamos fazendo novo dado, porque surgiu uma tecnologia um pouco melhor, o LANDSAT 8. Então, nós estamos usando o dado de 2013, que vão ser para nós uma grande referência sobre todos os biomas — já falarei sobre a Caatinga.

Estamos também auditando esses dados: examinamos tanto a separação da vegetação nativa da área antrópica quanto a área antrópica, e nós a qualificamos — é um trabalho que fazemos no Ministério do Meio Ambiente, com o INPE e a EMBRAPA, qualificar a área antrópica, ou seja, dizer o quanto há de agricultura, o quanto há de pecuária, que são o uso do solo.

Feito isso, vamos examinar o ano de 2013. Estamos voltando aos anos anteriores e vamos voltar até o ano de 2000. Vamos, a cada 2 anos, ajustar os valores, baseados no dado de mais qualidade de 2013. Isso é feito olhando-se para trás, para se obter uma série histórica mais consistente. Para frente, a partir do dado de 2013 finalizado, estaremos com recursos disponíveis e faremos imediatamente os anos de 2014 e 2015. Daí em diante, seguiremos com o monitoramento anual.

Isso será feito para o Cerrado e também para todos os demais biomas que não a Amazônia, porque Amazônia já tem uma história bem mais longa de monitoramento.

Então, não há impedimento técnico. Estamos fazendo o monitoramento e auditando os dados agora, para que possamos entregar para a sociedade um dado de qualidade. O monitoramento é um tremendo instrumento para que possamos tomar as decisões certas e fazer as políticas públicas corretas, para enfrentarmos os desafios colocados aqui.

A SRA. COORDENADORA (Roseli Senna Ganem) - A hora já está bastante adiantada. Vou passar a palavra aos palestrantes, para que cada um deixe sua mensagem final.



Antes, vamos ouvir o Senador.

O SR. SENADOR DONIZETI NOGUEIRA - Hoje eu vi ser dito aqui uma coisa que há muito eu tentava expressar e não conseguia. Refiro-me a que — é o que eu penso — a dicotomia entre o ambientalista e o produtor é uma das razões pelas quais não conseguimos avançar mais na questão do desmatamento.

Na Rio 92, o mundo veio ao Brasil, preocupado com a Amazônia, o pulmão do planeta. Desde então, a questão da Floresta Amazônica passou a ser mais estudada, mais discutida. Hoje temos mais informações sobre a Floresta Amazônica do que sobre o Cerrado. O Cerrado ficou em segundo lugar, no meu entender — posso estar enganado, porque sou muito inexperiente nisso.

O fato é que falta conhecimento, faltam dados, e há as facilidades que o Francisco acabou de colocar: é fácil desmatar, é mais barato remover a vegetação. Via de regra, são terras bem planas, o que convida à se querer produzir.

Creio que o Cerrado precisa ser melhor estudado, e precisamos decidir o que fazer, porque o desmatamento continua, talvez com mais consciência, talvez com mais cuidado, mas continua.

Penso que essa iniciativa do MATOPIBA é importante. É a primeira vez na história do Brasil que se consegue pensar nisso. Agora é preciso colocar em prática, em execução, porque a expansão agrícola na região do Maranhão, do Tocantins, do Piauí e da Bahia está acontecendo. Ela começou a acontecer novamente há 2, 3 anos no meu Estado, o Tocantins, com a mesma força dos anos 70. Se não houver controle, se os dados que a EMBRAPA e outras organizações têm não forem levados ao conhecimento das pessoas, para que elas saibam que é possível continuar produzindo sem desmatar...

A tese do desmatamento zero é uma coisa que eu venho discutindo também, porque eu sei que há muita área degradada. Eu penso que é muito importante, no MATOPIBA, o Governo ter controle, do ponto de vista de evitar a degradação do meio ambiente e também a exclusão social, que é o que muitas vezes ocorre em questões relativas a áreas de fronteiras.

Eis a pergunta que tenho feito desde o dia em que cheguei ao Senado: que país queremos construir? Quanto custa esse país? Quem vai pagar a conta por isso?



Na discussão sobre o pacto federativo, está acontecendo o seguinte: querem dividir o bolo que já existe. Esta Casa é boa para gerar despesa, mas ninguém quer pagar o desgaste de gerar receita. Então, nós enfrentamos o problema de quem paga a conta. Eu penso que isso carece de planejamento de longo prazo, para saber que país queremos, quanto ele custa e quem vai pagar a conta.

Certamente há quem pode pagar conta porque já ganhou muito. Mas como fazer isso? Nós estamos discutindo dois projetos no Senado. Um é um projeto para tentar dar conta do marco regulatório e do pagamento dos serviços ambientais — ainda está dependendo de conversa com o ICMBio e o Ministério do Meio Ambiente. O outro, polêmico, propõe a instalação de hotéis e cassinos nas unidades de conservação, uma espécie de concessão em que quem for explorar fica responsável pela preservação da unidade de conservação. Cria-se uma taxa, uma espécie de CIDE Verde, para financiar o pagamento de serviços ambientais.

A produção de alimentos é necessária, mas ela não precisa degradar mais o meio ambiente. Acredito que, com o conhecimento que temos, podemos verticalizar mais a produção, como muito bem disse o Dr. John Landers.

Agradeço a oportunidade. (*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Roseli Senna Ganem) - Há mais alguém que quer fazer uma pergunta.

Peço que se identifique e que seja breve, por favor.

Depois, passaremos a palavra aos palestrantes, para que respondam e teçam suas considerações finais.

O SR. IAGO - Boa tarde. Meu nome é Iago. Eu concordo com a opinião do Sr. Rodrigo, de que temos que ser mais unidos — Governo, produtores, sociedade, população — para resolver esse problema.

O senhor disse que os produtores não desmatam, mas como conseguem terras? Ora, para produzir, é preciso terra. Não há como tirá-la do nada, tem que desmatar. Então, desmatam, sim.

Se, a partir de hoje, por exemplo, a terra não fosse mais desmatada, os produtores trabalhariam a terra para o melhor cultivo. Aí viria outra questão, relativa às pragas: para acabar com as pragas, é preciso agrotóxicos, que, além de ficarem nos alimentos que a população vai comer, vão para debaixo da terra até



encontrarem os lençóis freáticos. Como já foi dito hoje, o Cerrado é o berço das águas, que vão para os rios, que vão para o País inteiro. Portanto, polui-se a água e todos os biomas, além do Cerrado. Ou seja, além de se acabar com o Cerrado, acaba-se com os outros biomas.

Que solução o Governo poderia dar a esse problema?

A SRA. COORDENADORA (Roseli Senna Ganem) - Informo aos palestrantes que dispõem de 3 minutos para cada um.

O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO - Em relação à questão do desmatamento, acho que houve talvez uma dificuldade na transmissão aqui. O direito de abrir terras está previsto na legislação, mas ocorrem aberturas de áreas tanto legal como ilegalmente. O desmatamento ilegal tem que ser punido, mas o desmatamento feito de acordo com a lei é um direito.

Quanto aos agrotóxicos, eles são, sim, perigosos, tanto que não são vendidos livremente — é necessário uma receita, é necessário uma guia de aplicação. O produtor tem que usá-lo de forma responsável, porque, como a pessoa que toma um remédio em excesso, pode se intoxicar com ele. O País precisa monitorar melhor a questão da água, dos lençóis freáticos. É necessário investir em pesquisa e monitoramento, como é feito em outros países.

Atualmente não é possível a produção de alimentos em massa sem o uso de fertilizantes e agroquímicos. É necessário investir em ciência e tecnologia para buscar a redução do uso desses produtos, cujo custo equivale a 40% do custo de produção. Ou seja, para nós produtores, a melhor coisa do mundo seria uma tecnologia que nos permitisse não usar nada disso, porque haveria uma redução de 40% do custo da produção. Seria ótimo para o produtor e resultaria na redução do custo do alimento para toda a sociedade. Essa é a nossa posição é essa.

Nós temos que seguir no caminho do diálogo, da discussão, mas só isso não basta. É preciso investimentos em ciência, tecnologia, pesquisa. O Brasil investe pouco em pesquisa. Nós precisamos avançar bastante nesse campo. Precisamos mudar a forma de ver a pesquisa. Pesquisa não é despesa, pesquisa é investimento.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Roseli Senna Ganem) - Passo a palavra ao Sr. John Landers, para suas considerações finais.



O SR. JOHN LANDERS - Bem entendida a sua questão, gostaria de enfatizar que a periculosidade e toxicidade dos defensivos agrícolas, nos últimos 20 anos, têm baixado bastante. Os piores já foram banidos, e muitos têm vida curta. Por exemplo, o glifosato, que tem o movimento para banir, é absolutamente necessário para o plantio direto. Ele tem (*ininteligível*), quer dizer, potencial de lixiviação para o lençol freático. O menor de todos os produtos! Então, nós temos que avaliar cada produto, porque há uma grande diferenciação entre eles. A atrazina, por exemplo, lixivia. Mas outros têm vida muito curta, então não representam problemas. O que nós temos que ver é o incentivo aos controles biológicos. Nós fizemos testes em três fazendas, no ano passado, em (*ininteligível*), e estão indo muito bem.

Há agrônomos experimentados aqui, no Distrito Federal, que dizem que não é preciso mais inseticida para controlar lagarta em soja. Isso é um grande avanço! E há muito mais! Precisamos levar isso adiante.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. SÉRGIO LEITÃO - Serei rápido.

Algumas questões, nesse processo de entendimento que se quer construir, devem ficar claras e resolvidas. Por exemplo, o Brasil é um país que paga de Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural — ITR o que o Bairro do Leblon paga de IPTU. Alguma coisa está errada: ou o Leblon está pagando demais, ou as propriedades rurais estão pagando de menos. Isso é parte de um acerto desse processo de entendimento, para que possamos zerar não só o desmatamento, mas também essa eterna conflituosidade. Seria bom nós nos entendermos.

Outra coisa: o Brasil investe em agricultura, ele é generoso em relação à agricultura — é preciso também haver esse entendimento. Eu acho que nós precisamos dizer isso todos os dias ao homem do campo.

Eu não tenho nenhum problema em dizer isso. Meu pai era vendedor de tratores agrícolas. Paguei meus estudos universitários ajudando-o, durante minhas férias, na venda dos tratores: ele fazia a conversa, eu preenchia o pedido. Naquele tempo, não havia computador, e os pedidos eram preenchidos com carbono: uma grade, um arado, um ancinho, um destocador... Enfim, não tenho nenhum preconceito contra o setor rural, não vou reclamar de quem me ajudou a estudar e me formar.



Nesse sentido, eu acho que precisamos dizer obrigado ao homem do campo, mas precisamos também dizer obrigado ao Brasil, porque o Brasil permitiu que nós tivéssemos essa agricultura. Contamos com o incentivo na EMBRAPA, e hoje o País, em termos de pesquisa científica em produção animal, está em segundo lugar. Nós dominamos o ciclo da silvicultura de florestas plantadas, porque houve um investimento generoso. Então, nós somos Primeiro Mundo.

O que nós precisamos fazer? Precisamos fazer isso também para outras coisas. Não é uma questão de deixar de fazer, é uma questão de fazer mais. Nós precisamos entender que, em relação ao nosso PIB — não em relação ao PIB americano, que aí seria uma comparação perversa —, a destinação de 220 bilhões para o Plano Safra é uma senhora concessão de recursos que precisa ser também reconhecida.

Então, eu diria: *“Obrigado, produtor. Obrigado, Brasil”*.

Obrigado também a todos que estão aqui. *(Palmas.)*

O SR. FRANCISCO OLIVEIRA - Este é um debate muito intenso: há muitas coisas a fazer. Eu vou chamar a atenção para três pontos. Primeiro, eu acho que a solução para a conciliação, o meio-termo que temos que encontrar entre a área ambiental e a produção, está aqui. Nós ainda não chegamos a esse ponto intermediário, mas estamos caminhando fortemente para isso. Eu vejo que há muita boa intenção dos dois lados para chegarmos a esse ponto. Temos que continuar dialogando, para atingirmos a conciliação em curto período de tempo.

Sim, os olhos já se voltam mais para o Cerrado — temos notado isso. Fizemos, recentemente, um debate com o Governo alemão. Vimos que ele já não olha só para a Amazônia, olha também para o Cerrado. Os dois projetos mais recentes — pelo menos dos que tenho em meu departamento — são voltados exclusivamente para o Cerrado. Também o Banco Mundial tem um grande programa de investimento voltado para o Cerrado.

Então, estamos conseguindo a barreira que havia de não se olhar para o Cerrado. Esse bioma está sendo mais observado. O conhecimento acumulado que temos do Cerrado já é muito vasto. Precisamos continuar a estudá-lo, sim, mas acho que muita coisa que foi apresentada aqui e outras que ainda serão apresentadas



hoje podem nos ajudar. Há estudos bastante qualificados que já nos dão uma série de boas condições.

Para concluir, quanto à região do MATOPIBA, acho que é um lugar onde podemos fazer diferente. Fazer diferente significar pensar que temos um sistema de áreas protegidas tradicional, as unidades de conservação; temos terras indígenas como um segundo grupo; e temos as propriedades privadas com reservas legais e áreas de preservação permanente.

Eu imagino que a exposição do Ricardo, que será em breve, vai trazer um pouco do elemento que chamamos de ecologia da paisagem, em que se busca, na matriz que se está usando, criar uma condição... Como a Vânia disse aqui na Mesa anterior, as áreas naturais são necessárias, seja pela questão da água, seja pelos polinizadores. Então, essa combinação é necessária, e há uma grande parcela dos dois lados que entende isso.

Acho que é por aí que temos que caminhar. Precisamos olhar a paisagem, olhar o território de forma integrada, para conseguirmos chegar a um ponto de equilíbrio muito em breve.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Roseli Senna Ganem) - Agradeço a todos. Assim como o Deputado Nilto Tatto deixou aqui uma mensagem, acho que podemos extrair deste debate uma mensagem. Foi reiterado o dia inteiro que não é necessário mais desmatamentos para aumentar a produção de alimentos, que o Brasil tem tecnologia disponível para aumentar a produção de alimentos sem desmatar mais o Cerrado. Acho que isso precisa ser reafirmado.

O direito de desmatar não significa o dever de desmatar. Existem alternativas. A Europa desmatou tudo, mas nós não temos que imitar o Velho Continente. Muito pelo contrário, temos que valorizar o Cerrado e os nossos demais biomas, pelos serviços ambientais que eles prestam. São um patrimônio nacional, um patrimônio da população brasileira.

Tudo isso precisa considerado, e novos instrumentos precisam ser propostos. Muito se fala em PSA — Pagamento por Serviços Ambientais, instrumento que está sendo implantado — uma lei nacional deve surgir em breve sobre isso —, mas só um PSA não vai ser suficiente. É preciso instituir políticas de fomento de atividades



econômicas que mantenham o Cerrado em pé, como políticas extrativistas, turismo sustentável e outras.

Eu quero chamar a atenção de todos para o Projeto de Lei nº 25, de 2015, de autoria do Deputado Sarney Filho, que propõe uma política de conservação e uso sustentável do Cerrado e contém vários elementos já mencionados aqui. Por exemplo, a meta de 17% do bioma em unidades de conservação de proteção integral, desmatamento zero com exceções — locais onde seja possível promover o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento de política extrativista ou de turismo sustentável.

Peço que pesquisem esse projeto no portal da Câmara, na Internet, para que possam oferecer contribuições e fortalecer o debate.

Agradecendo a todos as contribuições, encerro esta Mesa de debates.

Chamo o Senador Donizeti Nogueira para coordenar a próxima Mesa.

O SR. DONIZETE TOKARSKI - Roseli, não sou Senador, mas me chamo Donizete também. Gostaria de dar rapidamente alguns avisos relativos aos trabalhos de amanhã.

A SRA. COORDENADORA (Roseli Senna Ganem) - Está O.k.

O SR. DONIZETE TOKARSKI - Primeiro, é muito importante que todos os presentes encaminhem aos amigos e conhecidos convites para estarem aqui amanhã, sexta-feira, de modo que possamos ampliar este debate tão importante sobre o Cerrado, contanto com diversas opiniões, o que enriquece nossa capacidade de criticar cada uma das posições e de formular nosso posicionamento com relação às políticas de conservação do Cerrado.

Amanhã à tarde, no encerramento, haverá um coquetel com produtos do Cerrado. Vai ser muito bom! Queremos agradecer ao Clóvis, do Frutos do Brasil, um guerreiro do Cerrado, o oferecimento dos picolés e sucos que estamos tomando aqui, feitos com produtos do Cerrado. Ele trouxe várias espécies do Cerrado empacotadas aqui em forma de picolé. Hoje já tivemos uma degustação desses produtos e teremos novamente amanhã.

Gostaria de pedir a todos que, ao final do evento de hoje, mantivessem o ambiente em ordem. Já que estamos aqui debatendo questões ambientais, é



perfeitamente adequado que todos façamos nosso dever de recolher todo o material que trouxemos para este auditório.

Por fim, pedimos que repliquem, compartilhem, discorram nas redes sociais sobre suas opiniões. Existe a página da Frente Parlamentar Ambientalista no Facebook, existe a página da ECODATA também no Facebook, e há diversos outros caminhos para compartilhar as informações que estão sendo prestadas aqui. Todas as informações que estão sendo aqui apresentadas são públicas, e todos poderão ter acesso a elas depois, pelo *site* da Comissão de Meio Ambiente da Câmara.

O Senador já está presente. Passarei a palavra a S.Exa., para que conduza a próxima mesa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Donizeti Nogueira) - Boa tarde a todas e todos.

Quero agradecer à organização do evento, em especial ao Donizete Tokarski, amigo de muitos anos que me incentivou a estar aqui. Infelizmente, os trabalhos do Senado nem sempre nos deixam participar de tudo. Certamente os que estão participando do seminário na íntegra são privilegiados em relação a muitos que não podem estar aqui.

Vou coordenar o painel temático *Emissões de Gases de Efeito Estufa no Cerrado*. Para participar da Mesa, convido a Sra. Danielly Godiva, Supervisora do Inventário Nacional de Gases de Efeito Estufa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Seja bem-vinda a esta Mesa.

Convido também a Sra. Mercedes Bustamante, professora do Departamento de Ecologia da nossa grande Universidade de Brasília.

Seja bem-vinda, professora.

O tempo para cada exposição é de 12 minutos. Darei um aviso à expositora quando faltarem 3 minutos e, depois, quando faltar 1 minuto, para que não tenham que interromper bruscamente a exposição.

Antes de passar a palavra às expositoras, gostaria de perguntar se alguém aqui já leu a encíclica do Papa Francisco? (*Pausa.*) Poucos leram. É preciso lê-la. Nela, o Papa Francisco fala sobre o cuidado que devemos ter com o que é a nossa



casa comum. Leiam a encíclica, que é algo maravilhoso. Independentemente de se concordar ou não com tudo o que ela diz, a encíclica dá uma contribuição muito importante para a sociedade.

Tem a palavra a Sra. Danielly Godiva, que falará sobre os gases de efeito estufa.

A SRA. DANIELLY GODIVA SANTANA MOLLETA - Primeiramente, gostaria de agradecer a oportunidade de participar deste evento com os senhores e agradecer a presença de todos aqui também.

Eu faço parte da equipe de Coordenação-Geral de Mudanças Globais de Clima do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e trabalho diretamente com a elaboração do Inventário Nacional de Emissões de Gases de Efeito Estufa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Donizeti Nogueira) - Vamos ouvir a exposição. Vamos fazer uma só reunião, não várias reuniões ao mesmo tempo: eu não consigo me concentrar, e acredito que muitos também não consigam, se houver reuniões paralelas. Peço a todos gentileza e respeito com a expositora. Obrigado.

A SRA. DANIELLY GODIVA SANTANA MOLLETA - Hoje eu vou apresentar alguns resultados sobre emissões de gases de efeito estufa no Cerrado. Para dar início, eu gostaria de contextualizar no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, da qual o Brasil faz parte.

Essa convenção estabeleceu todas as diretrizes para elaboração das comunicações nacionais dos países, bem como de seus inventários nacionais de emissões de gases de efeito estufa. Todos os países que fazem parte dessa convenção devem apresentar seus inventários nacionais de gases de efeito estufa utilizando metodologias comparáveis, que foram acordadas no âmbito dessa convenção.

O Brasil elaborou o seu primeiro inventário para o período de 1990 a 1994, quando, então, submeteu à Convenção do Clima a sua Comunicação Nacional Inicial, que foi submetida em 2004. A Segunda Comunicação Nacional do Brasil foi submetida no ano de 2010, e o seu inventário nacional de emissões contemplou o período de 1990 até 2005. Atualmente, nós temos a Terceira Comunicação Nacional do Brasil, que deverá ser submetida ainda este ano — no momento, está



aguardando a aprovação oficial do Governo brasileiro — e que contém um inventário de emissões de gases de efeito estufa de 1990 até o ano de 2010.

No âmbito da metodologia de elaboração de inventários nacionais, são contemplados cinco setores da economia: Energia; Agropecuária; Uso da Terra, Mudança do Uso da Terra e Florestas; Tratamento de Resíduos e Processos Industriais. As emissões do bioma Cerrado foram calculadas dentro do setor Uso da Terra, Mudança do Uso da Terra e Florestas, que avalia as variações de carbono, seja na biomassa aérea, seja no solo, e considera todas as transições possíveis entre os diversos usos do solo, as remoções de dióxido de carbono, bem como as emissões de CO₂ por aplicação de calcário em solos agrícolas.

Só vou fazer a ressalva de que os resultados que eu vou apresentar hoje aqui não contemplarão a aplicação de calcário em solos agrícolas, apenas emissões e remoções de gases nos biomas brasileiros.

Ainda no âmbito da Convenção sobre Mudança do Clima, o Governo brasileiro assumiu um compromisso nacional voluntário de redução de emissões de gases de efeito estufa para o ano de 2020. Então, a Política Nacional sobre Mudança do Clima oficializa esse compromisso voluntário do Brasil, que pretende, em 2020, uma redução de emissões de 36,1% a 38,9%. O decreto que regulamenta a Política Nacional sobre Mudança do Clima apresenta a linha de base de emissões para esse ano de 2020, indicando, inclusive, a redução correspondente de emissões de gases de efeito estufa, que deve ser, aproximadamente, entre 1,2 e 1,3 gigatoneladas de CO₂ equivalente, respectivamente.

Ainda nesse decreto, está estabelecida uma meta de redução em 40% dos índices anuais de desmatamento do bioma Cerrado, em relação à média verificada entre os anos de 1999 e 2008, a fim de contribuir para se chegar a 2020 atendendo a esse compromisso nacional voluntário.

No decreto, é possível observar os valores de taxas médias anuais de desmatamento para o bioma Cerrado no período de 1994 a 2002, que era de 18,02 mil quilômetros quadrados; no período de 2003 a 2008, cuja taxa média correspondia a 14,09 mil quilômetros quadrados. Então, calculou-se a média anual para o período de 1999 a 2008, que é de 15,7 mil quilômetros quadrados, definindo o valor estimado de desmatamento para o bioma Cerrado no ano de 2020. A partir



desse valor, foi possível, com base no valor médio de emissão de gás de efeito estufa por hectare do Segundo Inventário Nacional e no fator de equivalência de carbono para dióxido de carbono, estabelecer o total de emissões projetadas para o bioma Cerrado no ano de 2020, que fica em torno de 322 milhões e 994 mil toneladas de gás carbônico equivalente.

Atualmente, o que nós podemos identificar, em uma avaliação preliminar, é que, do período de 2008 a 2009 para o de 2009 a 2010, houve uma redução de desmatamento no bioma Cerrado e que essa redução do desmatamento, a princípio, atende ao compromisso de 2020. A projeção de 2020, de 15,7 mil quilômetros quadrados, com a redução de 40% desse desmatamento, daria um limite de desmatamento para o bioma de 9,42 mil quilômetros quadrados. Então, em 2010, que foi a última verificação, a última disponibilização formal desse dado de desmatamento, é possível observar que estamos abaixo do que, a princípio, se pretende com esse compromisso estabelecido em decreto.

No entanto, eu gostaria de ressaltar que a metodologia para a estimativa de emissões do setor Uso da Terra, Mudança do Uso da Terra e Florestas é bastante complexa e requer um contínuo aprimoramento na sua elaboração. Então, como orientação metodológica, é utilizado o *Guia de Boas Práticas para Uso da Terra, Mudanças do Uso da Terra e Florestas*, documento elaborado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática — IPCC em 2003, bem como foram introduzidas, nas últimas estimativas de emissões do Inventário, algumas atualizações do *Guia de Orientações*, também do IPCC, de 2006, como o teor de carbono em compartimentos de florestas e campos.

Então, o Brasil, desde o seu II Inventário, para os Países do Não Anexo I, como são considerados os países em desenvolvimento na Convenção sobre Mudança Climática, é pioneiro em fazer uma análise para elaboração de suas estimativas de emissões do setor com base na abordagem mais detalhada dessa metodologia, que exige análise de uso da terra e de mudança do uso da terra por observação espacialmente explícita, que requer análise de imagens de satélite — na verdade, uma análise detalhada para cada polígono de uso e definição da transição de um uso para outro, para todo o território nacional. Então, é necessário, realmente, investimento não só de recursos financeiros, como também de capacitação técnica,



para que possamos dar continuidade ao aprimoramento e desenvolvimento da metodologia.

Como aprimoramentos recentes, em especial para o bioma Cerrado, para esse último Inventário, foram regionalizados alguns dados por Estados. Então, obtivemos melhor distribuição da variação espacial da biomassa nas diferentes fitofisionomias do Cerrado. Conforme foi mencionado aqui anteriormente, o bioma Cerrado é bastante diverso e, por isso, para uma análise de uso da terra, é um dos biomas mais complexos que nós temos. Também houve revisão e atualização dos valores de biomassa, identificando um valor específico para as fitofisionomias do Cerrado, ou seja, quanto cada fitofisionomia do Cerrado retém de carbono, entre outros aprimoramentos recentes na metodologia, para que pudéssemos ter um resultado de emissões mais acurado e fiel à nossa realidade. Eu vou avançar rapidamente.

Como resultado desse trabalho, houve o mapeamento dos anos de 1994 a 2002, já presentes no II Inventário Nacional, que sofreram algumas atualizações e correções de seu mapeamento, e a geração do mapeamento do ano de 2010 para diferentes categorias de uso. Devido ao tempo, eu não vou me deter na explicação detalhada, mas, basicamente, esse mapeamento mostra a expansão de áreas de agricultura e pasto ao longo do Cerrado brasileiro. Com isso, o resultado de emissões de dióxido de carbono do Cerrado desse período, dessa transição de 1994 para 2002 e de 2002 para 2010, aumentou em 8%.

Então, como os senhores podem ver — espero que possam ver —, aqui nós temos a apresentação das emissões de dióxido de carbono para os seis biomas brasileiros. Em especial, é possível observar que, a partir do ano de 2004 até o ano de 2010, houve uma redução bastante significativa das emissões dos biomas. No entanto, ela está muito relacionada à redução de desmatamento do bioma Amazônia. E o que se tem, em termos de participação do Cerrado nas emissões anuais, em comparação aos outros biomas brasileiros, é uma porcentagem bastante significativa, que não pode ser desconsiderada. Portanto, chamo a atenção para o fato de que esse bioma também precisa da devida atenção e de programas que envolvam ações de mitigação adequadas, para que também possam promover a redução de emissões desse bioma.



Para finalizar, eu gostaria de apresentar o Sistema de Registro Nacional de Emissões — SIRENE, desenvolvido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, que visa disponibilizar os resultados de emissões e remoções de gases de efeito estufa para todos os setores do Inventário, bem como, na medida do possível, os resultados de emissões também por unidade federativa. E, no caso dos setores Uso da Terra, Mudança do Uso da Terra e Florestas e Agropecuária, esses valores serão já disponibilizados por Estado. Vai ser possível a todos acessar assim que a Terceira Comunicação Nacional for submetida à Convenção do Clima — imaginamos que, ainda nos próximos meses, até dezembro, os senhores poderão ter acesso.

A importância desse sistema é realmente promover conhecimento apurado acerca das nossas tendências de emissões e de remoções. Isso é de suma importância para que possamos efetivamente avaliar os esforços nacionais e subnacionais, bem como as nossas opções de mitigação, eficácia de políticas públicas, projeções de cenários de emissões de longo prazo e ainda fornecer conhecimento básico para o estabelecimento de esquemas de possíveis comércio relacionados às emissões.

Os senhores estão todos convidados a, num futuro próximo, acessar a plataforma do SIRENE para também ter acesso a esses dados.

Eu gostaria, mais uma vez, de agradecer a todos a oportunidade e a atenção, bem como de me colocar à disposição para possíveis dúvidas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Senador Donizeti Nogueira) - Obrigado, Sra. Danielly, do Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação.

Vamos agora ouvir a Profa. Mercedes Bustamante, da UnB.

A SRA. MERCEDES MARIA DA CUNHA BUSTAMANTE - Boa tarde a todos. Gostaria inicialmente de agradecer aos organizadores a realização deste evento tão importante e ao Senador Donizeti a coordenação deste painel.

Eu tive a oportunidade de conversar com a Dani antes da apresentação do painel, e nós dividimos um pouco as tarefas. A Dani apresentou os dados do III Inventário, que são realmente os dados mais atualizados, em termos de emissão, e



eu gostaria de abordar alguns tópicos que estão mais associados à questão da mitigação e adaptação das mudanças climáticas no âmbito do bioma Cerrado.

Aqui é importante primeiro remarcar — e já foi mencionada a encíclica do Papa Francisco em que ele aponta dois dos maiores desafios da humanidade, que seriam o de prover alimentos para algo entre nove bilhões e dez bilhões de pessoas até 2050 e também o de mitigar a mudança climática antrópica.

Esse documento é realmente muito interessante; ele aborda o ponto como um imperativo moral e ético para a humanidade. Quer dizer, trata-se muito mais de uma abordagem de valores até do que de uma abordagem científica, além da abordagem científica.

Esses são os dados do último relatório do IPCC. Eles apontam basicamente que as emissões globais de gás de efeito estufa aceleraram, apesar dos esforços globais de redução. Portanto, as emissões acumuladas de CO₂ mais do que duplicaram desde 1970, o que indica mais uma vez a urgência do tratamento do tema. A oferta de energia e a indústria continuam sendo responsáveis por três quartos do aumento das emissões, mas existe ainda uma grande incerteza associada às emissões de CO₂ provenientes do uso da terra e florestas, como a Danielly apontou — esse setor é realmente bastante complexo de se quantificar. Enquanto temos uma incerteza em torno de 8% em relação às emissões globais que vêm da queima de combustíveis fósseis, no setor Uso da Terra e Florestas, essas incertezas alcançam quase 50%.

(Segue-se exibição de imagens.)

Este gráfico mostra as emissões globais provenientes dos diferentes setores da economia. Esta grande faixa amarela aqui é o setor de energia, dividido no que chamamos de emissões diretas e emissões indiretas, mas percebemos a faixa verde do círculo, que são as emissões associadas à agricultura e a mudanças do uso da terra e florestas, que globalmente respondem por um quarto das emissões de CO₂.

Portanto, novamente se vê que o setor Agricultura, Florestas e Uso da Terra é de extrema importância, pois fornece uma série de outros serviços que são extremamente relevantes. É importante pensarmos que esse setor responde por um quarto das emissões globais de gases de efeito estufa.



Quando comparamos a tendência temporal das emissões globais — novamente, são dados do IPCC — para o setor de agricultura, florestas e uso da terra nas últimas 4 décadas, percebemos que é o único setor da economia em que essas emissões líquidas vêm caindo — caíram de 1990 até 2009 —, e essa queda está associada principalmente à redução das emissões líquidas que vem da redução do desmatamento de florestas.

Portanto, nesse sentido, o Brasil teve o papel fundamental de reduzir globalmente esse número, mas percebemos também que, na outra parte do processo, o lado da agricultura, as emissões na verdade estão aumentando.

Quando falamos de uso da terra, é difícil até dividir o que é floresta e o que é agricultura, porque os dois setores andam extremamente interligados, mas esse dado é interessante, pois mostra que vimos resolvendo bem um lado do problema; precisamos tentar resolver o outro também.

Então, o setor Agricultura, Florestas e Uso da Terra é único entre os setores da economia, no que diz respeito a emissões de gases de efeito estufa, porque a maior parte das emissões não é oriunda do uso da energia nesses setores, mas oriunda efetivamente do uso e do manejo da terra, e nós dependemos da terra para produção de alimentos e para vários outros serviços ecossistêmicos. Foi falado aqui de regulação de recursos hídricos, conservação de recursos hídricos, biodiversidade, etc.

É importante, então, que tentemos reduzir o que chamamos hoje de competição por terras para mitigação da mudança climática e para provisão de alimentos. Esse setor é importante porque ele emite, mas é responsável também pela remoção, ou seja, ele é parte do problema, mas é também parte significativa da solução. Ou seja, uma terra bem manejada é capaz de sequestrar carbono e minimizar o problema das emissões globais.

Quanto mais tempo demorarmos para atacar esse problema, mais caro ele ficará e mais difícil será de ser tratado. Então, o atraso nas ações de mitigação aumenta a dificuldade e reduz as opções disponíveis para limitar o aquecimento global a 2 graus centígrados.

Talvez muitos dos senhores estejam acompanhando as negociações da COP 21, que será agora no final do ano em Paris. Esta é a meta colocada pela



Convenção: não deixar a temperatura global subir acima de 2 graus centígrados em relação ao nível pré-revolução industrial. Há uma série de dificuldades associadas a isso, e uma delas é exatamente a de quanto mais tempo demorarmos, mais difícil vai ficar.

Observando-se os vários setores que hoje indicam como controlar a temperatura nesse nível de 2 graus centígrados, percebe-se que a maior parte dos cenários indica um enorme potencial associado a mudanças do uso da terra. Então, novamente é importante frisar que a forma como nós cuidamos das florestas e da agricultura é um componente essencial da solução do problema das mudanças climáticas, se nós quisermos manter a temperatura limitada ao aumento de 2 graus centígrados. Isso está associado tanto à questão do potencial de produção de bioenergia, como ao potencial de florestamento e de redução do desmatamento.

Logo, a base do desenvolvimento sustentável está muito associada às mudanças do uso e cobertura do solo, que por sua vez estão associadas ao manejo da terra e ao provimento de serviços ambientais, essenciais para o bem-estar humano, à biodiversidade, ao provimento de água e alimentos, a vários outros serviços de suporte e regulação e ao sustento de várias populações.

O desmatamento deixa de ter uma característica meramente local e passa a ter um impacto global. Então, o desmatamento é um vetor significativo da mudança climática global, e as taxas de desmatamento nos trópicos são particularmente importantes.

É nesse contexto que eu gostaria de trazer agora o problema da escala global para a escala do Brasil. Quando olhamos aqui a distribuição dos biomas brasileiros, percebemos que o Cerrado somado à Amazônia já corresponde a aproximadamente 73% do território nacional — a Amazônia, a cerca de 50% ou 49%, e o Cerrado, a quase um quarto do território nacional. Então, o que acontece em termos de uso da terra e desmatamento nesses dois biomas tem um impacto enorme nas emissões brasileiras associadas ao setor Agricultura, Florestas e Outros Usos da Terra.

Em particular com relação ao Cerrado, há alguns aspectos ecológicos que são importantes quando falamos em estoques de carbono. Um é a distribuição sazonal da precipitação, pois 90% da precipitação cai na estação chuvosa. Os solos, em geral, são de baixa fertilidade e muito profundos. As duas questões, chuvas



concentradas e baixa fertilidade dos solos, implicam a necessidade de um investimento muito grande em sistemas subterrâneos, como o Felipe mostrou. A ocorrência de queimadas também implica várias formas de proteção subterrânea da vegetação. Isso tudo implica um sistema que conserva muito o carbono e os nutrientes, com uma decomposição muito lenta — e grande parte desse carbono efetivamente está locada na parte subterrânea. Então, muitas vezes temos muito mais biomassa embaixo do que em cima, e por isso tratamos muito o Cerrado como uma floresta de cabeça para baixo, numa figura que é bastante utilizada.

Este gráfico mostra a distribuição dos estoques de carbono. Numa área de Cerrado quando eu considero a vegetação somada ao solo, até 1 metro de profundidade. Isto é matéria orgânica do solo. Se olharmos aqui, a matéria orgânica do solo tem quase 70% dos estoques de carbono do solo, e uma boa parte aqui está concentrada na parte subterrânea das raízes. O que isso significa? Quando eu falo do destino do carbono oriundo do desmatamento do Cerrado, não é só o que acontece no momento do desmatamento do Cerrado, porque muito do carbono está no solo. Então, o manejo que eu aplico naquela área após o desmatamento é igualmente importante para conservação desses estoques de carbono.

Aqui se vê um dado comparativo dos nossos dois biomas, em extensão. Como a Danielly comentou, o que entrou no decreto da Política Nacional sobre Mudança do Clima foi a taxa histórica de desmatamento, calculada em torno de 15.700 quilômetros quadrados por ano. A meta do decreto era uma redução de 40% dessa taxa, que era histórica, pegou o pico e também a descida do desmatamento.

Entre 2008 e 2009, cerca de 7.600 quilômetros quadrados foram desmatados; entre 2009 e 2010, a extensão caiu para 6.500 quilômetros quadrados desmatados. Hoje se comemora termos atingido a meta dos 40%. É inaceitável considerar essa uma meta razoável, com 6.500 quilômetros quadrados de desmatamento. (*Palmas.*) Isso indica claramente que temos um espaço enorme para trabalhar muito mais e precisamos definir uma meta muito mais ambiciosa do que a estabelecida pela Política Nacional sobre Mudança do Clima.

Seguindo aqui na comparação em termos de área desmatada do bioma, entre 2002 e 2008, a Amazônia perdeu 3,2%, e o Cerrado perdeu 4,1%. E há este dado aqui também, que é extremamente importante: a Amazônia ainda tem cerca de 80%



da sua cobertura original; o Cerrado já perdeu cerca de 50% da sua. Então, realmente isso indica, mais uma vez, a necessidade de olhar esse bioma, que até na elaboração da Política Nacional do Clima foi bastante negligenciado.

Outro aspecto importante que também diz respeito ao bioma Cerrado — e já foi mencionado aqui pela Profa. Vânia Pivello — é o fato de que o Brasil concentra 63% das queimadas da América do Sul. Desses 63%, 70% das queimadas que ocorrem no Brasil ocorrem no bioma Cerrado. Isso é importante, porque, quando queimamos a vegetação, emitimos CO₂. O CO₂ é reabsorvido quando a vegetação recresce, mas outros gases de efeito estufa não o são. Além disso, novamente, a queimada não tem só efeito local; ela tem efeito continental.

Isto que se vê aqui é a nuvem de biomassa que sai das queimadas do arco de desmatamento do Cerrado. Ela bate na Cordilheira dos Andes, gera poluição para os nossos vizinhos, como os habitantes da Bolívia, e cai parte no Sul e Sudeste do Brasil. Queimamos o Cerrado, retiramos nutrientes e carbono e os jogamos no meio do Atlântico. Essa é uma forma de fertilização dos oceanos bastante inovadora, mas perdemos matéria importante para cá.

Assim, quando falamos em termos de impacto da conversão do Cerrado, temos esta situação: saio de um Cerrado nativo; mudo o regime de queimadas; converto para pecuária e agricultura e basicamente transformo o sistema. Um sistema que tem dossel heterogêneo, cobertura heterogênea, raízes profundas eu substituo por um que tem dossel homogêneo e raízes superficiais. Tudo isso tem impacto direto no armazenamento de carbono, na troca de calor e energia com a atmosfera e na conservação dos recursos hídricos, como já foi bastante discutido aqui.

Quando falamos de emissões no Cerrado e as conseqüentes mudanças do clima, temos que pensar numa via de mão dupla. As atividades agrícolas somadas ao aumento da frequência de queimadas têm impacto direto sobre as emissões, como foi mencionado aqui pela Danielly. Isso gera mudança climática. Por outro lado, a mudança climática leva a mudanças de temperatura e de disponibilidade de água através da precipitação, que tem impacto, novamente, sobre a frequência de queimadas e as atividades agrícolas.



Este gráfico mostra muito rapidamente quais são os principais impactos projetados da mudança climática para o Cerrado. Basicamente, na porção nordeste do Cerrado, o que se projeta é uma redução de 50% a 70% na precipitação. Essa já é a porção mais árida ou mais seca do Cerrado e vai perder de 50% a 70% da precipitação. No norte e nordeste do Cerrado, haverá aumento da duração da estação seca. Na área de Tocantins, norte de Goiás, nordeste de Mato Grosso e centro de Minas Gerais — perdão, pois aqui ficou em inglês —, haverá redução do número de dias com chuva por ano. E na porção sul e centro-sul do Cerrado, haverá redução de 20% a 50% da precipitação. Isso indica que a principal atividade econômica do Cerrado, a agricultura, vai ser a principal impactada exatamente pelas mudanças do clima.

Isto aqui é um modelo — será muito rápido, também não vou entrar em detalhes, porque temos pouco tempo — que mostra que isso também tem interação com a cobertura nativa do Cerrado. Basicamente, com menos precipitação e aumento da duração da seca, tendemos a transformar a vegetação de sempre-verde a decídua ou brevidécida e a aumentar a intensidade de queimadas, o que vai substituindo a vegetação lenhosa pela vegetação graminosa. Então, tanto a atividade econômica relacionada à agricultura, quanto à conservação das áreas nativas vão ser impactadas pela mudança do clima.

Portanto, a realidade que temos para o Cerrado nas próximas décadas é de aumento, acirramento da concorrência entre os diversos tipos de usos da terra, porque as pressões vão aumentar para se produzir alimento, combustível, fibras, para um número maior de pessoas. Além disso, teremos várias interações entre as mudanças ambientais globais e as mudanças ambientais locais.

Mas o Cerrado é muito mais do que carbono. Nós estamos discutindo isto aqui hoje o dia todo. Ele é um *hotspot* de biodiversidade e é importante na geração e conservação de recursos hídricos. Outro aspecto muito importante é que ele é detentor de menor diversidade social. Nós temos aqui várias etnias indígenas, grupos quilombolas e comunidades rurais tradicionais que têm uma longa história de interação com esse meio ambiente.



Portanto, ele é um bioma bastante ameaçado, mas também é um bioma estratégico, o que nós não podemos esquecer, em termos de demanda por produção de carne e grãos e de expansão da própria bioenergia.

Bom, e por que o Cerrado é um caso único? Ele o é por sua relevância ecológica e pelas rápidas e intensas mudanças no uso da terra. Ele tem relevância econômica e social pela segurança alimentar e energética, mas ele tem uma estrutura fundiária bastante particular em relação à da Amazônia.

É muito mais fácil o Governo atuar com medidas de comando e controle na Amazônia, onde boa parte das terras é pública, porque tais medidas não se adequam necessariamente ao Cerrado, onde boa parte da propriedade é particular. Isso exige efetivamente do Governo um novo tratamento com relação às questões ambientais no âmbito do bioma Cerrado.

Há relevância das florestas dentro de estabelecimentos agrícolas. E se nós olharmos o senso agropecuário entre 1995 e 2006, verificaremos que vimos perdendo tanto florestas quanto campos naturais dentro das propriedades rurais.

Vou acelerar um pouco aqui. Isso não significa que não existam opções. Existem hoje várias opções que estão associadas à mitigação da emissão de gases de efeito estufa que colaboram para a conservação. Pelo lado da produção, essas opções são manejo da pecuária e da cultura e implantação de sistemas integrados com a silvicultura e bioenergia; pelo lado da demanda, mudanças na dieta, melhoria na cadeia de alimentos e uso de produtos madeireiros.

Como esse tópico foi colocado, eu queria ressaltar que as medidas que estão no gráfico têm potencial econômico. Então, é possível gerar recursos, mitigando as mudanças do clima. E há também enorme sinergia entre as ações de mitigação, no que se refere ao setor Agricultura, Florestas e Uso da Terra, ou seja, é possível reduzir as emissões e ao mesmo tempo contrabalançar os impactos negativos das mudanças climáticas. Eu trabalho também o lado da adaptação.

Então, diversificação de sistemas de produção ajuda na mitigação e na adaptação; integração de sistemas de produção ajuda na mitigação e na adaptação; novas práticas e tecnologias de manejo ajudam na conservação do solo, por exemplo, o uso de semente de qualidade; redução de queimadas e resíduos ajuda na mitigação e adaptação. Assim, nós conseguimos cobrir conservação e



restauração de ecossistemas, outra vertente bastante importante. Com essas medidas dentro do setor, nós conseguimos matar dois coelhos com uma cajadada só.

Por fim, esse cenário todo é um desafio para a coordenação de políticas. Nós precisamos olhar as políticas de agricultura e de meio ambiente de forma coordenada. Ambas demandam maior informação e tecnologias apropriadas para que nós possamos ter uma paisagem com sistemas multifuncionais e diversificados. Ao mesmo tempo, nós precisamos identificar quais são os incentivos adequados para reduzir o desmatamento e gerar benefícios para pessoas cuja subsistência dependa diretamente dos ecossistemas naturais.

Então, resumindo, esse seria um pouco do quadro e do contexto, em termos da situação ecológica, do uso e da ocupação, do contexto socioeconômico e político-institucional, e dos principais desafios, de forma sintetizada.

Como considerações finais, eu gostaria de deixar aqui a mensagem de que as políticas que regem as práticas na agricultura, na conservação e no manejo florestal precisam considerar tanto a mitigação quanto a adaptação. E esses problemas que nós enfrentamos no século 21 são extremamente desafiadores, não só do ponto de vista técnico e científico, que nós já discutimos aqui, mas também ético e moral. E as políticas que abordam os vários objetivos, na verdade, são mais necessárias do que nunca.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Donizeti Nogueira) - Obrigado, professora. Parabéns pela excelente exposição!

Nós vamos abrir espaço para as perguntas. Serão 3 minutos para considerações e perguntas. *(Pausa.)*

Penso que a exposição foi muito clara. Professora, diz-se que, quando ninguém quer perguntar nem falar, os alunos querem ir embora porque está na hora do almoço, ou entenderam tudo ou não entenderam nada, mas eu acho que aqui entenderam tudo, porque foi muito bem exposto.

Concedo a palavra ao Sr. Donizete Tokarski.

O SR. DONIZETE TOKARSKI - Boa tarde a todos, Senador, Sras. Danielly e Mercedes. Eu vou ser breve.



Na realidade, nós estamos percebendo que um grande problema que está sendo colocado para todos nós aqui é ainda a falta de informações sobre o Cerrado. Nós estamos trabalhando com informações de 2010, mas estamos em 2015, e, em relação ao processo de aceleração do desmatamento nesse período, nós podemos ver a olhos nus o que está acontecendo no Cerrado.

Então, é preciso que o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Governo Federal, enfim, demonstre imediatamente a necessidade de se expor à sociedade o que realmente está acontecendo com o Cerrado. É grave a situação.

Nós estamos perdendo a cobertura vegetal, como foi dito pela Profa. Mercedes. É vergonhosa a meta estabelecida pelo Brasil. Isso nós não podemos aceitar.

Senador, o senhor, como membro do Congresso Nacional, poderia até fazer interferência no Ministério do Meio Ambiente, solicitando que os dados sobre desmatamento do Cerrado sejam feitos em tempo real, para que, 5 anos depois, nós não estejamos discutindo aqui sobre dados que já estão ultrapassados.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Senador Donizeti Nogueira) - Mais alguém?

O SR. BRUNO DOURADO - Obrigado, boa tarde a todos. É uma imensa satisfação estar aqui nesta discussão rica sobre normas e usos sustentáveis para o Cerrado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Donizeti Nogueira) - O seu nome, por favor?

O SR. BRUNO DOURADO - Perdão, meu nome é Bruno Dourado. Eu sou engenheiro florestal e consultor autônomo fundiário e ambiental.

A pergunta seria para as duas. Primeiramente, o que me veio como curiosidade é o seguinte, Sra. Danielly: eu acompanhava, algum tempo atrás, as questões das mudanças climáticas, e havia a questão da adicionalidade nos projetos — a senhora falou dessa atualização, que achei superinteressante, de fazer pelos extratos ou pelas diferentes formações. Então, a pergunta é: quais são os principais desafios que existiram e que ainda existem em relação a essa atualização de metodologia, depois até dos novos encontros do Protocolo? Está havendo uma discussão tanto política, quanto técnica em relação às metodologias. Então, quais eram e quais são os principais desafios?



Quero parabenizar as duas pelas palestras, que achei riquíssimas.

Outra questão que nós também trabalhamos e sobre a qual eu gostaria que a Profa. Mercedes abordasse mais um pouco diz respeito à estrutura fundiária ligada justamente ao uso da terra. Nós sabemos que é diferenciado mesmo, mas é só para abordar um pouco mais isso, porque eu acho que é uma coisa que realmente é polêmica e está ligada à terceira pergunta que eu vou fazer para as duas sobre a integração dos dados, pegando o gancho do Sr. Donizete.

Eu vejo que um grande desafio é o lado tecnológico de integração de bancos de dados geoespaciais com bancos de dados tabulares, e o desafio é justamente o da programação disso nos diversos órgãos e o da integração dos dados de mudanças climáticas com o CAR — Cadastro Ambiental Rural, que desde 2010 tem imagens mapeadas do Brasil inteiro, vinculadas a isso — os mapeamentos são diferentes, um usa satélites de mapeamento meteorológico, mas são integrados também.

Então, peço para falarem um pouco sobre a dificuldade dessa integração e o que as senhoras veem como tendência.

Tentei ser breve.

O SR. PRESIDENTE (Senador Donizeti Nogueira) - E foi.

A SRA. DANIELLY GODIVA SANTANA MOLLETA - Gostaria de agradecer o interesse e a pergunta.

Quando falamos em adicionalidade de projetos, estamos nos referindo principalmente a projetos no âmbito do mecanismo de desenvolvimento limpo, do Protocolo de Kyoto.

No caso, o inventário que eu apresentei sai um pouco dessa esfera e, de fato, tem inúmeros desafios em relação à aplicação das metodologias. Essas metodologias são desenvolvidas pelo Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima, o IPCC, e muitos dos fatores e da própria metodologia de escrita ali são provenientes de trabalhos científicos desenvolvidos por países do hemisfério norte, países desenvolvidos.

Então, enfrentamos muito o desafio de justamente adequar a metodologia e, principalmente, os dados e fatores de emissão para a realidade do nosso País, que tem dimensão continental, que tem uma diversidade muito grande, não só biológica,



mas também climática, o que exige, realmente, um esforço muito grande da comunidade científica para conseguir adequar a emissão de gases de efeito estufa do Brasil com as atividades que nós temos, com o tipo de gado que nós temos, com os biomas que nós temos, com toda a sua diversidade. Para todos os setores, mas, sem sombra de dúvidas, para o setor ligado ao uso da terra, à mudança do uso da terra e da floresta, esse é o grande desafio.

Eu gostaria de enaltecer o grande empenho, o esforço realizado pela Rede Clima, que é uma rede de pesquisadores especialistas em mudança do clima, nas diversas áreas. Para atender à demanda desse terceiro inventário, realmente, eles se empenharam. Em pouco tempo, cerca de 2 anos de trabalho, empenharam-se, exaustivamente, para conseguir avançar metodologicamente, para que nós, neste momento — apesar de não ser tão atual quanto se gostaria, pois o limite só vai até 2010, de resultados de emissões —, pudéssemos oferecer um resultado mais acurado e o mais preciso possível, de acordo com as nossas atividades.

Eu gostaria de passar a palavra à Profa. Mercedes, para complementar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Donizeti Nogueira) - Com a palavra a Profa. Mercedes Bustamante.

A SRA. MERCEDES MARIA DA CUNHA BUSTAMANTE - Obrigada pelas perguntas.

Eu concordo com a Danielly: o inventário é um exercício constante de aprimoramento, e eu acho que se avançou muito do segundo para o terceiro. E, como a Danielly disse, eu acho que foi no sentido de caracterizar muito mais a realidade e os dados dos biomas brasileiros.

Então, realmente, é importante que haja um incentivo também para que se façam as perguntas, para que a ciência corra atrás das respostas.

Acho que conseguimos avançar um pouco mais, efetivamente, e poderíamos avançar ainda muito mais.

Com relação à estrutura fundiária que mencionei — seria necessário um outro seminário —, é interessante notar a predominância da média e da grande propriedade. Por exemplo, na Mata Atlântica, há predomínio da pequena propriedade, o que torna as ações de conservação no âmbito das propriedades rurais muito mais pulverizadas, mas isso abre um espaço para que se trabalhe no



Cerrado com um número menor de produtores e se consiga atingir uma área muito maior. Acho que esse é um dado interessante.

Você mencionou um aspecto importante, a integração de dados. O Cadastro Ambiental Rural vai ser uma ferramenta importante, porque vamos conseguir ter uma visão melhor da situação das áreas de Reserva Legal e de APPs dentro das propriedades.

Hoje, temos um percentual muito baixo de Cerrado protegido por Unidades de Conservação. Porém, tem-se de 20% a 30% — dever-se-ia ter — de áreas protegidas dentro das propriedades rurais.

Se conseguirmos trazer esse capital natural e conservá-lo, acho que será um ponto muito positivo.

Portanto, entender como essas propriedades estão distribuídas, onde estão essas áreas de Reserva Legal e de APPs será um ponto essencial para trabalharmos a agricultura e a conservação de forma bem coordenada.

Sobre a integração de dados, que você menciona também, essa é uma questão em que o País como um todo precisa avançar muito. E você falou em imagens de satélite. É difícil que se tenha um único sensor — não é canivete suíço — e uma imagem que sirva para tudo, mas poderíamos trabalhar certas questões com um pouco mais de integração.

No que se refere à integração, a dificuldade não é o dado, mas quem trabalha com esse dado. Se existe a disponibilidade do técnico e das instituições em ajudar para que haja a integração de dados, ela acontece.

Eu acho que esta é uma demanda grande: que o Brasil realmente organize a sua base de informações, a sua base de dados ambientais — sobre biodiversidade, recursos naturais, recursos hídricos —, com as variações da dinâmica temporal dos sistemas, porque não há planejamento que resista à ausência de boas informações.

Se há uma política que realmente deve ser incentivada é essa política de total transparência, abertura e disponibilização das informações ambientais do Brasil, talvez não em tempo real — muitas vezes, os sensores não permitem isso —, mas em tempo quase real.



Eu também gostaria de parabenizar o Ministério pela iniciativa do sistema de informação, por disponibilizar todos os dados de forma pública e transparente. Eu acho que esse é o passo que efetivamente todas as instituições deveriam dar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Donizeti Nogueira) - Obrigado, professora.

Nós estamos participando do Seminário *Bioma Cerrado — Normas de Conservação e Uso Sustentável*, fruto do Requerimento nº 20, de 2015, do Deputado Sarney Filho, aqui na Câmara Federal.

Eu queria encerrar dizendo o seguinte: do que vi até agora, eu penso que a nossa Casa comum exige, há muito tempo, que nós nos entendamos, que nós deixemos de ser colonizadores ou alienígenas, que não estejamos aqui para explorar e, depois que acabar tudo, partir. Essa ideia de que o colonizador vem para cá, explora tudo e vai embora não existe para nós. O nosso planeta é este. Nós não somos alienígenas — muito embora, às vezes, eu pense que nos comportamos como colonizadores e alienígenas.

Eu disse aqui que todos devem ler a encíclica do Papa Francisco. E disse isso porque, como bem explicou a professora, trata-se de um documento que, embora não tenha a cientificidade necessária, tem valores extraordinários para nos orientar.

Eu me despeço de vocês, porque tenho uma reunião no BNDES, mas lhes deixo esta mensagem: não sejamos colonizadores nem alienígenas. Este é o nosso planeta, nós devemos amá-lo como se não houvesse amanhã. Temos que amá-lo hoje, agora. Isso é urgente. Sem amor e sem paixão por este planeta, nós não vamos conseguir salvá-lo e nem garantir nele a qualidade de vida e a continuidade da nossa existência.

Obrigado. Uma boa tarde a todas e a todos. Eu agradeço à organização o convite. (*Palmas.*)

Tenho que chamar os integrantes da próxima mesa — eu estava me esquecendo disso.

Convido o Sr. Rômulo Mello, Secretário de Meio Ambiente do Distrito Federal, para ser o próximo coordenador. Rômulo já foi Presidente do IBAMA — Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e, certamente, vai saber coordenar esta Mesa melhor do que eu.



O SR. COORDENADOR (Rômulo Mello) - Acho que vai ser um desafio fazer isso, dado o nível da sua coordenação, Senador.

Boa tarde a todos. Por uma coincidência, o Deputado Alessandro Molon teve uma dificuldade, e a organização me convidou para participar da coordenação desta Mesa. Terei um desafio dobrado, porque terei como participantes um grande colega de trabalho e o meu próprio chefe.

Vou fazer um pequeno ajuste aqui: eu sou Rômulo Mello, estou Subsecretário de Áreas Protegidas, Cerrado e Direitos Animais da Secretaria de Meio Ambiente do Governo de Brasília e tive a oportunidade de ser Presidente do IBAMA e Presidente do Instituto Chico Mendes, do qual o camarada Maretti agora é Presidente.

Para começar, eu gostaria de chamar o primeiro palestrante, o Dr. Cláudio Maretti, Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade — ICMBio. O nosso segundo palestrante é o camarada Ricardo Bomfim Machado — perdoe-me pelo “camarada” —, professor do Departamento de Zoologia da Universidade de Brasília, mais conhecido por todos como Pacheco. O terceiro palestrante é o camarada Júlio Cesar Sampaio da Silva, coordenador do Programa Cerrado-Pantanal no WWF-Brasil.

Nós estamos no painel temático *Criação de Unidades de Conservação e Corredores de Biodiversidade no Cerrado*.

Quero comunicar aos componentes da Mesa que o evento está sendo gravado, para posterior transcrição das notas taquigráficas. Por isso, solicitamos que todos falem sempre ao microfone.

Pedimos aos expositores que assinem autorização para publicação e utilização, pela Câmara dos Deputados, de suas imagens e vozes gravadas no decorrer do evento.

Este evento está sendo transmitido ao vivo pela Internet. Convidamos todos os colegas, parceiros e familiares a nos assistirem.

Cada palestrante dispõe de até 15 minutos.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. COORDENADOR (Rômulo Mello) - A coordenação do evento está sugerindo que eu negocie com vocês a redução do tempo para 12 minutos. Pode ser? *(Pausa.)*



Doze minutos. Esta Casa permite uma ampla negociação, e nós conseguimos negociar o tempo da Mesa.

Vamos começar pelo Presidente do Instituto Chico Mendes, Dr. Cláudio Maretti, que coordena uma das instituições de maior importância para o Brasil na perspectiva da conservação — é óbvio que ele vai falar mais dela para vocês do que nós — e tem o desafio de gerenciar 8,5% do território nacional.

Eu costumo dizer que, se não são as maiores, são as mais bonitas e mais representativas áreas da biodiversidade brasileira.

Concedo a palavra ao Dr. Cláudio Maretti, por 12 minutos.

O SR. CLÁUDIO MARETTI - Boa tarde. Agradeço à organização o convite. Obrigado, Rômulo.

Eu diria que tenho orgulho de presidir o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, e por alguns motivos. Um deles é o fato de eu suceder o Rômulo, que foi o primeiro Presidente dessa instituição.

Eu acho que o ICMBio é, na verdade, uma história de sucesso. Ele tem muito caminho pela frente, mas acho que tem avançado muito. Como o Rômulo vinha dizendo, em termos nacionais, hoje nós gerenciamos diretamente 320 unidades de conservação, que representam 75 milhões de hectares, aproximadamente, e temos a responsabilidade, também, de fazer diagnósticos da biodiversidade para a definição do estado de conservação, entre outras atividades.

Dentro das Unidades de Conservação federais existem pouco menos de 650 reservas privadas, as RPPNs — Reservas Particulares do Patrimônio Natural, que são geridas por privados, pessoas, organizações, empresas registradas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza — SNUC em nível federal, não contando aí as reservas privadas reconhecidas no âmbito estadual. Essas reservas privadas são propostas pelo proprietário, aprovadas pelo nível governamental respectivo e, a partir daí, têm uma responsabilidade, um compromisso de perpetuidade, com supervisão e apoio do ICMBio. Portanto, não são de gestão direta nossa, mas compõem o conjunto de Unidades de Conservação federais.

No que se refere às Unidades de Conservação federais do Cerrado, o último levantamento que eu tenho aponta 43 Unidades de Conservação federais, 13 parques nacionais, nove áreas de proteção ambiental, seis florestas nacionais, seis



reservas extrativistas, cinco estações ecológicas, uma reserva biológica, um refúgio da vida silvestre, uma área de relevante interesse ecológico, uma reserva de desenvolvimento sustentável, dez reservas privadas e dez reservas particulares do patrimônio natural. Isso perfaz cerca de 8,21% do território do Cerrado, segundo a informação organizada e coletada pelo Instituto.

Nas áreas de uso sustentável, demandadas pelas comunidades ou naquelas feitas para apoiar o uso sustentável das comunidades ou que são adequadas a eles, nós temos uma estimativa de 1.317 famílias. São elas as unidades de Mata Grande, Extremo Norte do Tocantins, Chapada Limpa, Lago do Cedro, Terra Ronca, Ciriaco e Geraizeiras.

Eu acho importante refletirmos, em primeiro lugar, sobre qual é a nossa meta. A nossa meta é a proteção de 17% do território em termos de conservação da biodiversidade. Essa é uma das metas definidas pela Convenção da Diversidade Biológica na Conferência das Partes de 2010, em Nagoya, entre as chamadas Metas de Aichi. Só que esses 17% têm que ter algumas características: em primeiro lugar, representação ecológica; em segundo lugar, efetividade de gestão; em terceiro lugar, conectividade; em quarto lugar, integração na paisagem, ou seja, fazer parte das suas sub-regiões; e, em último lugar e muito importante, equidade. Ou seja, elas têm que representar uma postura preocupada com a justiça social, em termos de custos e benefícios.

Essa mesma meta se fez refletir na meta brasileira, depois de um debate significativo que ocorreu, pré e pós-Conferência de Nagoya, por decisão da Comissão Nacional da Biodiversidade — CONABIO. Entretanto, é uma compartilhada pelos Governos Federal, Estadual e Municipal.

É muito importante termos em mente, quando pensamos na necessidade de conservação, não só a perspectiva de demandar do Governo Federal, no caso, a responsabilidade de gestão pelo ICMBio, mas também a possibilidade de que haja um envolvimento maior dos Governos Estaduais e locais, a fim de completar esse esforço do Sistema Nacional de Meio Ambiente e do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Essas áreas, feliz ou infelizmente, pela redação, não são só compostas de Unidades de Conservação, mas, pela definição internacional, que se reflete na



definição nacional, há responsabilidade de se proteger 17% do território nestas características: em Unidades de Conservação ou outros espaços de conservação efetiva. No caso brasileiro, tem-se considerado, por exemplo, as reservas legais, as áreas de proteção permanente, terras indígenas e outras áreas.

É muito positivo reconhecer a proteção da biodiversidade dessas áreas, mas não é necessariamente positivo incluí-las na conta. Entretanto, essa foi a decisão internacional, a qual é refletida no rebatimento nacional.

É importante considerar que 17% não podem significar uma devastação de 83% do território. Não é essa a perspectiva. A perspectiva é que os 17% de Unidades de Conservação sejam áreas especialmente protegidas para fins de conservação da biodiversidade.

Eu gostaria de aqui reforçar a perspectiva do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, não pela lei somente, mas pela sua lógica de gestão. O sistema de unidades de conservação significa que nós temos que trabalhar com um conjunto de áreas que protegem um conjunto de características espalhadas pelo território. Esse conjunto de áreas tem uma complementaridade em função daquilo que protegem, mas também tem uma complementaridade em função dos seus objetivos e, na prática, tem uma adequação a cada realidade local. Todas as Unidades de Conservação devem ter por objetivo principal a conservação da biodiversidade, ainda que a conservação da biodiversidade esteja a serviço da sociedade. Esse é o seu objetivo principal.

Ao definir as categorias, nós temos, normalmente, os objetivos complementares. Portanto, da forma mais clássica, podemos dizer que um parque nacional tem como objetivo a conservação da biodiversidade e a visitação ou o turismo, ou o uso público, como queiramos chamar.

Da mesma forma, uma estação ecológica complementa o objetivo principal de proteção da biodiversidade pelo fato de ser um local de pesquisa científica, e a reserva extrativista, um local de uso sustentável dos recursos naturais por comunidades locais que ali vivem ou que usam esses recursos normalmente com uma organização social mais coletiva.

Ora, é óbvio que podemos fazer visitação em várias Unidades de Conservação, assim como se deve fazer pesquisa em todas elas, mas esses



objetivos complementares significam que nós temos sistemas sobrepostos. Em um sistema de pesquisa, nós temos, obviamente, universidades e laboratórios, que, podíamos dizer, brincando, *ex-situ*, manipulam os materiais, mas as Unidades de Conservação acabam representando laboratórios vivos de estudo da biodiversidade.

Portanto, uma Unidade de Conservação dedicada à pesquisa tem em si essa sobreposição de dois sistemas: o das Unidades de Conservação, que visa à proteção da biodiversidade, e outro que extrapola esse sistema e que visa ao conhecimento científico.

Da mesma forma é com o turismo, em que precisamos de transporte, alojamento, alimentação. E assim também são as comunidades locais tradicionais. Não é possível que imaginemos proteger todas as populações tradicionais, que têm, provavelmente, o legítimo direito de reivindicar um desenvolvimento diferenciado, uma proteção ao seu conhecimento tradicional, à sua forma de uso, às suas tradições culturais. Nem tudo isso deve ser considerado Unidade de Conservação. Outro sistema deve haver — e o Ministério do Meio Ambiente luta para que haja, assim como outros órgãos governamentais — que proteja as populações tradicionais, parte delas em Unidades de Conservação.

Eu tenho que encerrar, mas acho importante deixar duas mensagens.

Primeira mensagem: nós temos interesse em completar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação — ele não está completo —, porém não será possível completá-lo só com o Governo Federal e não será possível geri-lo só com os Governos. É fundamental que tenhamos parcerias, de forma expressa, por exemplo, nas reservas privadas, ou nas comunidades, nas reservas extrativistas, ou outros tipos de parceria, para darmos conta dessa imensidão que é essa tarefa.

Segunda mensagem: todos nós estamos afetados pelas mudanças climáticas. Portanto, urge entendermos qual é a vulnerabilidade dessa biodiversidade que nós protegemos e qual é a adaptação que nós gestores e parceiros do Sistema Nacional de Unidades de Conservação devemos fazer. O que devemos fazer para nos adaptar, para que possamos continuar a conservar a biodiversidade, mas também continuar a prestar os serviços que os ecossistemas oferecem à sociedade? Seja a água, sejam as espécies silvestres de interesse para a agricultura, seja um conjunto



de outras coisas, como o turismo, a proteção cultural etc., isso tudo está sendo afetado pelas mudanças climáticas.

Então, cabe a nós — e é previsão do ICMBIO — entrar nessa discussão sobre a vulnerabilidade da biodiversidade e sobre como nos adaptarmos às mudanças climáticas.

Muito obrigado.

Fico à disposição para o debate. *(Palmas.)*

O SR. COORDENADOR (Rômulo Mello) - Obrigado, Maretti.

Com a palavra o camarada Ricardo Bonfim.

O SR. RICARDO BOMFIM MACHADO - Obrigado pelo convite e pela oportunidade de poder falar sobre Unidades de Conservação do Cerrado.

Eu procurei trazer para vocês alguns problemas associados ao trabalho com Unidades de Conservação do Cerrado e também uma compilação do que eu acredito serem alguns problemas talvez mais solucionáveis por esta Casa, a Câmara dos Deputados, e pelo Congresso Nacional como um todo.

Eu trabalho com conservação há 31 anos. Meu sobrenome não é compatível com conservação, é Machado, mas vamos em frente. *(Risos.)*

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu sempre gosto de começar pelo começo. E começo por lembrar por que nós devemos conservar.

Na nossa Constituição existe a obrigação de o Estado promover a conservação, o que também é um dever do cidadão. Se o Estado é omissivo, o setor privado ou a sociedade devem assumir a função. E essa leitura diz que não existe a possibilidade de não se conservar o Cerrado, não existe a possibilidade de se ocupar todo o Cerrado para produzir *commodities*. Não existe essa possibilidade. Nós temos obrigação constitucional de promover essa conservação. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto, já mencionado pelo Maretti e também no início, na abertura, pelo Deputado Sarney Filho, é que nós temos o compromisso de proteger 17% do Cerrado. De onde surgiu esse número? O que significam 17% do Cerrado? Nós não vamos entrar nesse mérito, mas existe essa meta, e o projeto de lei do



Deputado Sarney Filho visa exatamente criar a obrigação de esse percentual ser protegido.

Para se proteger 17% do Cerrado em Unidades de Conservação, o que é a meta brasileira, é preciso avaliar como está a proteção dos diferentes biomas, e o Cerrado está aqui nessa segunda barra.

Usando meus dados — o Maretti os recebeu —, ou seja, os dados do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, o Cerrado hoje possui 8,2% de sua extensão original sob a forma de áreas protegidas, incluindo as de proteção integral, como parques e reservas, e as de uso sustentável, que, no caso do Cerrado, correspondem a 5,1% dessa proteção. Então, basicamente, 96% dessas áreas são Áreas de Proteção Ambiental — APAs. E eu chamo isso aqui de pedalada ambiental, se quisermos considerar isso aqui como um valor a ser protegido. (*Palmas.*). Nós vimos alguns estudos, inclusive um trabalho que nós publicamos, que foi mencionado pelo Reuber e pela Vânia, e eles mostram que existe uma fragilidade nas Áreas de Proteção Ambiental.

Se nós quisermos atingir a meta, vamos ter que criar, de 2016 até 2020, cerca de 3,5 milhões de hectares em áreas protegidas. Isso é um desafio muito grande, mesmo que nós consideremos as reservas legais, etc., porque isso não vem acontecendo no Cerrado da forma que nós gostaríamos. E para alcançarmos o objetivo, temos que levar em consideração os desmatamentos.

Publicamos, em 2013, numa revista especializada em biologia de conservação, um trabalho que tenta avaliar as oportunidades de conservação do Cerrado. Para fazê-lo, nós utilizamos um modelo de ocupação do Cerrado, um modelo de desmatamento que prevê o desenho de cenários futuros. Esse modelo, que na nossa estimativa tem 83% de acerto, considera esse limite do Cerrado, que é o oficial, segundo dados de 2004 do IBGE.

No período pré-europeu, o Cerrado tinha 100% da sua cobertura vegetal. Em 1994, isso já tinha se reduzido, e, assim por diante. O Cerrado vem sendo ocupado, e as projeções indicam que ele deve chegar a limites críticos, se nós não fizermos nada.

Então, isso aqui é a ocupação normal.



Um dos estudos que está sendo feito por uma aluna de doutorado indica que, se não houver controle do desmatamento, nós não vamos conseguir atingir a meta de proteção. A criação de áreas protegidas no Cerrado tem evoluído, mas não na velocidade que nós gostaríamos.

Este aqui é um gráfico que mostra a evolução da área protegida no Cerrado. Nós temos o eixo X, que indica anos, e o eixo Y, que mostra a área acumulada. Nós podemos perceber que, nos últimos 9 anos, há quase 1 década, estamos vendo um quadro de estagnação na proteção do Cerrado. Esse quadro de estagnação é resultado de uma resistência muito grande, especialmente dos ruralistas, para a criação de Unidades de Conservação.

Então, nós estamos praticamente parados nesse aspecto, e isso porque existe esta visão sobre o processo de criação da unidade: a de que é um processo autoritário que congela o desenvolvimento local, gera desemprego e expulsa pessoas da terra. Isso não seria nada anormal exceto pelo fato de que todas essas frases vieram da exposição de motivos de um projeto de lei que queria modificar a lei do SNUC. Felizmente, eu acho que esse projeto está arquivado.

Mas esta é a visão normal das pessoas: Unidade de Conservação congela o desenvolvimento. Será que essa visão está correta? Será que realmente as Unidades de Conservação impedem o desenvolvimento?

Para tentar responder essa pergunta, para ilustrar essa resposta, eu fiz uma pequena análise comparando as 12 maiores economias globais, incluindo o Brasil, fazendo uma correlação entre o Índice de Desenvolvimento Humano, representado aqui no eixo X, e o número de unidades de conservação existentes nesses países. Podemos ver claramente que há uma tendência, e eu posso falar isso com 99,8% de certeza, de que os países que têm maior Índice de Desenvolvimento Humano são aqueles que têm mais Unidades de Conservação.

Essa linha representa o que seria esperado em número de Unidades de Conservação, considerando essa relação com o IDH. Nós vemos que alguns países, como Estados Unidos e Alemanha, têm incríveis 25 mil e 21 mil áreas protegidas em relação ao seu território. O Brasil está abaixo dessa linha. Nós temos menos áreas protegidas do que seria esperado, por essa relação.



Vocês podem me dizer: *“Mas o número de unidades de conservação não quer dizer nada, precisamos saber a área”*. Se calcularmos o valor médio do IDH para esses países — do lado direito, os países desenvolvidos; do lado esquerdo, os países em desenvolvimento —, nós vamos ver claramente que a área protegida do grupo de países desenvolvidos representa em média 39% de seus territórios, o que é mais do que o dobro da área média protegida pelos países em desenvolvimento.

Depois que olhamos o gráfico, podemos dizer que criar área protegida e proteger o território é coisa de país desenvolvido, educado e rico. Essa é a leitura que fazemos desse tipo de gráfico — os dados, a propósito, vieram da Base de Dados Mundial de Áreas Protegidas, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

O Reuber já mostrou anteriormente esse mapa do Cerrado com suas divisões. Ele é o resultado do doutorado de uma aluna minha, a Renata, e mostra que temos diferentes Cerrados em diferentes situações. Para definirmos estratégias de conservação do Cerrado, considerando isso, nós temos que ter ações regionalizadas. Então, eu acho que deveríamos — esse é o ponto de discussão —, nas áreas excessivamente ocupadas, promover a recuperação ambiental. A nossa estimativa, e isso está em um artigo que deverá ser publicado esta semana, talvez amanhã, é que, na parte sul do Cerrado, precisaríamos recuperar 5,4 milhões de hectares de áreas que foram excessivamente ocupadas, e, nas áreas já ocupadas, como já foi dito ao longo desse dia, teríamos que otimizar o uso dessas áreas.

Faz uns 15 anos que eu escuto este mesmo discurso: temos tecnologia para ocupar bem as áreas, não precisamos desmatar mais nada, podemos aumentar a produção. Até hoje, contudo, eu não vi esse tipo de discurso ser colocado em prática. O que vi foi desmatamento.

Para a outra parte do Cerrado, o recomendável seria aproveitar que existem áreas remanescentes e aumentar a proteção ambiental em áreas públicas ou privadas e, talvez, ter um novo modelo econômico de exploração do Cerrado em pé.

O mapa, no fundo, é o resultado do modelo econômico que a sociedade brasileira escolheu nos anos 70. Nós investimos dinheiro, buscamos dinheiro em agências de cooperação internacional, especialmente no Japão, para ocupar o Cerrado dessa maneira. Treinamos técnicos, mandamos pessoal fazer pós-



graduação no exterior para entender o Cerrado. O resultado do modelo é esse mapa.

Agora, o que fazer com a outra metade do Cerrado também deve ser fruto da escolha de um modelo de desenvolvimento. Área protegida não representa um ganho só para a natureza; representa também um ganho para a sociedade.

Vou mostrar rapidamente dois exemplos. Um deles é sobre serviços ecossistêmicos, os quais a Profa. Vânia mencionou de manhã, e o outro é sobre bioprospecção.

Estudo publicado por um colega da Universidade Federal de Goiás indicou que cafezais que estão próximos a áreas nativas são 14% mais produtivos do que os cafezais que não estão próximos de áreas nativas, porque as plantas com flores resolveram terceirizar a vida sexual delas e contrataram os polinizadores para fazer esse meio de campo, incluindo aves, insetos e morcegos.

Hoje, o aumento de produtividade em cafezais é conseguido colocando-se mais adubo e usando mais água, ou seja, com impacto químico e consumo maior de água. Se contarmos com a natureza, isso sai de graça e a produção aumenta sem precisar selecionar novas variedades.

Outro exemplo é o estudo recente publicado este ano por um colega da UNESP que descobriu que a *Polybia paulista*, uma vespa endêmica do Brasil, cujo habitat se dá na transição do Cerrado com a Mata Atlântica, no Estado de São Paulo, tem uma toxina que combate seletivamente células cancerígenas de próstata, bexiga e sangue — leucemia.

Esse exemplo mostra que, se essa espécie estivesse extinta, não teríamos acesso a esse tipo de benefício. Atualmente, podemos sair da quimioterapia e ir para a “picadaterapia”, usando esse tipo de serviço.

Eu acho que, primeiro, nós deveríamos discutir na Câmara dos Deputados a votação da PEC do Cerrado e, segundo, rever, como já foi mencionado pelo Reuber, a lei que define terra improdutivo. A terra que não cumpre a sua função social porque não é mais produtiva pode ser passível de desapropriação.

Mas a lei tem outro revés: uma área ultraprodutiva sem contribuir para a preservação também seria passível de ser desapropriada.



Como eu falei, devemos estimular um novo modelo econômico e ter uma nova política fiscal para punir os maus proprietários e beneficiar os bons, sem falar em renúncia fiscal, mas simplesmente em um sistema balanceado.

Os Deputados recebem anualmente o Orçamento Geral da União e cabe a eles definir como a sociedade deve aplicar o recurso do contribuinte para aquela outra área de conservação.

Era isso que eu queria falar. Agradeço a atenção. Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. COORDENADOR (Rômulo Mello) - Passo a palavra ao Dr. Júlio Cesar Sampaio da Silva, Coordenador do Programa Cerrado-Pantanal do WWF-Brasil.

O SR. JÚLIO CESAR SAMPAIO DA SILVA - Boa tarde.

Obrigado pelo convite para compor esta mesa fantástica de personalidades na conservação do meio ambiente.

A minha ideia é trazer um pouco de reflexão sobre o tema e apresentar o que o WWF vem fazendo em prol da conservação do Cerrado.

O Programa Cerrado-Pantanal é um dos programas regionais do WWF-Brasil que vem trabalhando ativamente na conservação do meio ambiente no País. Temos uma longa experiência com o tema de áreas protegidas.

O Cláudio pode me corrigir se eu estiver errado, por todo o histórico de envolvimento que tem com esse tema na Amazônia e com uma grande experiência no Cerrado.

Vou mostrar os projetos que o WWF-Brasil tem no Cerrado hoje.

(Segue-se exibição de imagens.)

Basicamente, temos três projetos. Um deles tem apoio do Banco do Brasil, com iniciativa da AgroBrasil. O outro projeto ocorre no Pantanal — é um projeto que eu também coordeno. O último é o Projeto Sertões, que atua especificamente na região norte de Minas Gerais, no Mosaico Sertão Veredas Peruaçu. Ele também tem envolvimento em todos os temas relacionados à conservação do Cerrado.

Numa passagem muito rápida sobre a nossa estratégia de conservação para o Cerrado, nós trabalhamos com seis grandes linhas estratégicas. A primeira linha estratégica está focada na questão relacionada aos ecossistemas aquáticos. Toda a questão de resiliência, a restauração de ecossistemas aquáticos, de nascentes, etc. está incluída nessa estratégia.



Trabalhamos também com a proposição de modelos sustentáveis de produção na pecuária e em algumas linhas da agricultura; com o planejamento territorial, que está apoiado no nosso grupo de ecologia de paisagens; com áreas protegidas, que é um tema muito forte para o WWF Brasil — temos uma estratégia focada em áreas protegidas não só no Cerrado, mas também no Pantanal; com educação, trabalho a que chamamos de sociedades sustentáveis; e com gestão e integração trinacional, em função da nossa interlocução com Bolívia e Paraguai no contexto, principalmente, do Pantanal.

Vou falar um pouco sobre as oportunidades de conservação.

O Cláudio e o Pacheco já falaram um pouco sobre o número de áreas protegidas no Cerrado, o qual, definitivamente, está muito aquém ainda das metas que foram estabelecidas. É preciso pensar em como aumentar essas áreas de conservação e nas diferentes formas de se conservar o Cerrado.

É estratégia do Governo brasileiro definir áreas prioritárias para a conservação, e esse, sem dúvida, é um tema que nos interessa bastante, porque ele vem sendo aprimorado nos últimos anos. O WWF sempre esteve envolvido nessa discussão sobre as áreas prioritárias. No último exercício feito, em 2012, definiu-se a atualização desse mapa de áreas prioritárias, que ainda depende de um lançamento oficial. O Governo brasileiro aguarda a atualização dos outros biomas para lançar um mapa completo de áreas prioritárias para conservação no Brasil, mas o exercício sobre o Cerrado já está praticamente concluído.

Quanto aos desafios e as oportunidades na conservação do Cerrado, no seu contexto mais amplo, uma variedade de fisionomias existem. Não só fisionomias, mas ecossistemas extremamente complexos ocorrem ao longo desses quase 25% do território brasileiro e uma grande diversidade de fauna e flora, que merecem e precisam ser conservadas, dada a sua importância do ponto de vista de serviços ecossistêmicos e a necessidade de conservação de espécies críticas. O desafio de conservação nessa área é enorme, e é necessário que se desenvolva, sim, uma estratégia robusta para essa conservação.

Entre os principais desafios dessa produção, cito: definir o que se quer proteger; e garantir a proteção do que já está protegido.



A gestão das Unidades de Conservação das áreas protegidas é um grande desafio. Existem diversos gargalos na gestão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, não só no âmbito nacional, mas também no âmbito dos Estados. E, sem dúvida, não dá só para criar uma unidade de conservação. É preciso gerir essa Unidade de Conservação.

São também desafios: definir prioridades de proteção; e promover a integração da paisagem do Cerrado.

O Pacheco falou um pouco sobre isso. Temos que repensar o nosso modelo de ocupação. O modelo que nós temos hoje — vou só reforçar a mensagem que o Pacheco nos deu — é resultado de uma decisão que foi tomada no passado, e vimos reafirmando esse posicionamento, avançando com as mesmas metodologias de ocupação, com os mesmos pensamentos de ocupação que adotamos lá atrás, na década de 70. É importante que se pense em um novo modelo de integração da paisagem no Cerrado e em se utilizar o Cerrado das formas mais diversas possíveis, incluindo esse componente que é tão importante, a conservação.

Esse foi o primeiro exercício desse processo de atualização de áreas prioritárias. Todas essas imagens, áreas em verde, foram definidas como áreas prioritárias para a conservação. As perguntas que foram feitas, nesse processo: o que conservar? O que se deseja conservar? Quais são os alvos de conservação que se devem ter para a proteção do Cerrado? O quanto se deve conservar? Se a gente for falar da dispersão de um anfíbio em um determinado ecossistema, a área para a conservação daquela espécie é uma; se a gente for pensar na conservação de um grande felino, como a onça, a área é, sem dúvida, muito maior. Então, o quanto conservar está intimamente relacionado com o que se pretende conservar.

Onde conservar? Essa é outra questão norteadora do processo de definição das áreas prioritárias. E a gente vem apoiando, através de uma metodologia de planejamento sistemático da conservação, esse pensamento sobre o quê, quanto, onde e como — qual a estratégia de conservação que precisa ser feita em determinada região para se conservar um determinado alvo de conservação.

E a metodologia que vem sendo utilizada, já desde 2001, e vem sendo aprimorada, é o que a gente chama de Planejamento Sistemático da Conservação. E, como resultado para o Cerrado, o exercício mostra estas áreas em vermelho com



extrema alta prioridade para a conservação. As outras muito altas, altas, e as demais áreas que já estão protegidas, que compõem todo o cenário de necessidade de conservação no Cerrado.

Essas informações não foram ainda totalmente divulgadas, publicadas. O exercício foi concluído. O WWF vai lançar o relatório desse exercício nos próximos 2 meses. Então, até final de outubro, início de novembro, a gente deve ter esse relatório, com todas as informações do processo de construção dessas áreas prioritárias.

É um processo que contou com uma base de dados gigantesca, cedida por diversos pesquisadores, de diversas universidades, especialistas em fauna, flora. A questão social também foi considerada aqui.

E a gente espera, assim como já houve iniciativas, no passado, de criação de unidade de conservação com base nesse mapa de áreas prioritárias, que esse elemento sirva para a tomada de decisão do que a gente espera que seja a expansão do sistema de áreas protegidas no Brasil, especialmente no Cerrado.

Era isso o que eu tinha para colocar. Eu agradeço-lhes a oportunidade de participar, e estou à disposição para o debate. *(Palmas.)*

O SR. COORDENADOR (Rômulo Mello) - Obrigado, Júlio.

Vou passar a palavra agora para quem quiser fazer perguntas.

O senhor poderia se apresentar antes da pergunta?

O SR. BRUNO - Boa tarde. O meu nome é Bruno, sou da Mais Cerrado.

A minha pergunta é para o companheiro do WWF e para o Prof. Pacheco.

Eu estive, sexta-feira agora, no Centro de Excelência Cerratenses, e o companheiro do WWF passou um número. Eu gostaria muito de acreditar nesse número, mas eu fiquei bastante inquieto.

Eu não sei se você lembra que você comentou que ainda temos 50% do bioma Cerrado preservado. Isso é um dado que preocupa, e o Ministério do Meio Ambiente vai considerá-lo oficial. Sabemos, pelas imagens de satélite, que as áreas de pecuária estão sendo consideradas Cerrado. Eu pergunto a todos que estão presentes aqui se um pasto com mil vacas e três árvores pode ser considerado Cerrado.



Nós vimos claramente no mapa do Prof. Pacheco as áreas remanescentes no Cerrado, que são muito poucas principalmente aquelas que têm alguma relevância. Nós temos muita pouca área no Cerrado que forma uma população de biodiversidade. E a grande maioria da área remanescente são pedaços fragmentados, onde não há qualidade de biodiversidade em relação a áreas onde há alguma população.

Então, eu passo a pergunta tanto para o representante do WWF, para que justifique esse 50% de área preservada, e para o Prof. Pacheco, para que justifique o mapa que ele apresentou aqui, porque essa é uma informação contraditória, e nós precisamos de uma resposta sobre esse assunto.

Eu falo em nome da sociedade civil, que está bastante preocupada com os dados corretos das áreas preservadas do Cerrado, que vão ser levados inclusive para outros países, para comprovar as metas de não desmatamento do Brasil.

Era isso que eu tinha a dizer.

A SRA. ROSELI SENNA GANEM - Boa noite! Meu nome é Roseli Senna Ganem. Eu sou Consultora Legislativa da Câmara na área de Meio Ambiente. Eu só queria pedir aos palestrantes que comentassem um pouquinho a criação de corredores de biodiversidade como uma estratégia de contenção do desmatamento, manutenção do Cerrado em pé, especialmente nas áreas onde há grandes remanescentes do bioma.

Obrigada.

O SR. COORDENADOR (Rômulo Mello) - Com a palavra o Donizete.

O SR. DONIZETE TOKARSKI - Meu nome é Donizete Tokarski. Eu queria perguntar ao Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade — ICMBIO, Cláudio Maretti, como está de fato o processo de ampliação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Eu sei que está havendo até audiências públicas lá. Diante do quadro que nós estamos enfrentando, existem de fato recursos para a desapropriação de áreas? Algumas áreas da região são sem titulação, mas algumas são privadas. Então, como se vai enfrentar isso?

A outra questão é sobre a Reserva da Biosfera do Cerrado. O que o ICMBIO está fazendo para que nós mantenhamos esse título, uma vez que pelos números



há um desmatamento muito grande inclusive na região do nordeste de Goiás, do sul do Tocantins e do Piauí, como foi demonstrado aqui.

O SR. COORDENADOR (Rômulo Mello) - Podemos passar a palavra para a Mesa? (*Pausa.*)

Vamos fazer um bloco de três perguntas? Ele responde a essas três perguntas, e nós passamos a palavra ao Plenário. Eu só peço que as respostas sejam objetivas e breves.

O SR. JÚLIO CESAR SAMPAIO DA SILVA - Obrigado pela pergunta. Eu quero só fazer um esclarecimento sobre a informação. Sempre que eu falo sobre desmatamento no Cerrado ou remanescente natural no Cerrado, eu digo mais ou menos 50%, segundo dados oficiais atualizados em 2010.

Então, infelizmente, como o Donizete já colocou mais cedo, é importantíssima a atualização dessas informações. Claro que a academia, como vem modelando e estudando a dinâmica de ocupação no Cerrado, com certeza vai ter números mais precisos. Mas, como instituição não governamental, eu sempre tento me basear no que nós chamamos de dados oficiais, aqueles que foram publicados pelo Governo. Em 2010, os dados eram mais ou menos esses.

Então, cerca de metade do Cerrado ainda tem remanescentes naturais. É claro que nós estamos falando de 6 anos de defasagem de informação. Sem dúvida alguma, esse número já foi reduzido. Naquela ocasião, lembro-me de eu falei muito bem sobre essa questão dos dados oficiais.

O SR. COORDENADOR (Rômulo Mello) - Tem a palavra o Prof. Pacheco.

O SR. RICARDO BOMFIM MACHADO - O modelo que eu demostrei aqui usa os mapas oficiais produzidos pelo Ministério do Meio Ambiente. O erro que está no mapa está sendo propagado no modelo. Por exemplo: existe área no mapa de remanescentes do Cerrado feito pelo Ministério que não é Cerrado. As matas de cocais do Nordeste estão sendo chamadas de Cerrado. Nós sabemos que essas são áreas muito alteradas e que foram feitas para produzir determinada palmeira.

Enfim, o que eu quero falar mais detalhadamente é que acho um grande erro nós pensarmos em estratégias para a situação do Cerrado ou em qualquer outro tipo de ação considerando somente o percentual. “O Cerrado tem 50%, tem 47%, tem



48%.” Esse número mascara quão desigual é a distribuição do Cerrado dentro do Cerrado e também o estado de fragmentação.

Eu estimo que de 25% a 30% do Cerrado que está no sul, espalhado na paisagem, é inviável biologicamente, se quisermos protegê-lo de imediato. Esses pequenos fragmentos teriam que ser manejados na paisagem, inclusive usando, como a Roseli mencionou, uma abordagem para ver os fragmentos em um sistema mais amplo, com os corredores de biodiversidade. Ou seja, há regiões em que se deve planejar a ocupação e, se for o caso, a restauração. É um erro muito perigoso traçar estratégias de conservação considerando o percentual, porque isso mascara muita coisa.

O SR. COORDENADOR (Rômulo Mello) - Tem a palavra Cláudio Maretti.

O SR. CLÁUDIO MARETTI - Obrigado. Eu acho que é importante nós entendermos o Governo como o representante da sociedade, que tem a responsabilidade própria de liderar, de puxar as ações, mas que não pode ir além de certos limites, o que se torna abusivo.

Quando falamos em corredores de biodiversidade, mosaicos e em áreas mais amplas, é muito importante termos em conta quais são os instrumentos legais que temos para atuar. Aproveitando para juntar as perguntas às minhas respostas, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade tem a responsabilidade pela gestão das unidades de conservação federais. Portanto, não há a responsabilidade, do ponto de vista concreto da gestão, pelas terras que estão entre as unidades de conservação nem pelas que estão incluídas em um mosaico ou em uma reserva da biosfera, além das unidades de conservação federais.

É importante termos outros programas que estimulem ou restrinjam atividades dentro do que for razoável legalmente. E esses outros programas, em termos de políticas públicas, normalmente são liderados pelo Ministério do Meio Ambiente. Obviamente, do ponto de vista técnico, eu acho absolutamente correto se trabalhar com corredores, mas não no sentido de reduzir o desmatamento, como uma barreira verde, o que, às vezes, funciona. Eu acho que, na Amazônia, isso funcionou em alguns casos. É muito mais no sentido de garantir a conectividade e de ter populações — apesar de eu não ser da área de ciências biológicas — ecologicamente viáveis, que possam ter relações de acasalamento, relações



genéticas e de descendência mais sustentáveis, bem como prestar serviços mais adequados à sociedade.

Novamente, para a lógica dos corredores ou das áreas, esses são termos que normalmente — pelo lado em que trabalho e milito, a gestão de áreas protegidas — são muito variáveis conforme quem cria, quem gera ou de acordo com a forma. No fim das contas, o que nós estamos dizendo é como agregamos ou conectamos várias áreas. É fundamental termos em mente que nós vamos lidar com áreas não protegidas algumas vezes ou com associações de áreas protegidas, algumas delas de unidades de conservação.

Eu diria que, do ponto de vista técnico, obviamente, temos que ser favoráveis a esse tipo de noção de corredor, de conectividade, de mosaicos, de regiões especiais, mas com o cuidado de não transformar as áreas de conexão em novas unidades de conservação, sem que a legislação, no caso das leis ou mesmo da definição da sua aplicação, através dos decretos, assim o tenham estabelecido. Há algum limite legal para a nossa atuação.

O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros está no processo de consulta pública, e hoje nós tivemos a terceira reunião pública. Eu não chamo de audiência pública, porque não se prevê uma conclusão da reunião que deva ser encaminhada.

A reunião é muito mais para explicar à sociedade a nossa proposta e coletar reações. Essas três reuniões públicas feitas localmente, nos três Municípios mais diretamente envolvidos — aliás, ainda falta um —, Nova Roma, Cavalcante e Alto Paraíso, começam o processo de negociação.

Nesse processo de negociação, vai caber a nós fazer um primeiro julgamento daquilo que é possível, o segundo julgamento será feito pelo Ministério do Meio Ambiente, e o terceiro, obviamente, pela Presidência da República, através da Casa Civil.

Nesses julgamentos, estarão em jogo não apenas rigor técnico que procuramos ter e às vezes nos escapa ou cometemos equívocos, mas também a tentativa de medir as forças sociais de uma forma que infelizmente é subjetiva.

É nossa perspectiva alocar recursos da compensação ambiental para regularização fundiária, não de forma imediata, não para todas as unidades de conservação de uma vez.



Portanto, de forma muito honesta, a ampliação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros deverá passar por um trabalho imediato de confirmação de títulos de terra e depois por um esforço de indenização — como obriga a lei —, o que deve levar alguns anos, com certo prejuízo inevitável ao proprietário que tiver o título claro e definitivo. Aqueles que não têm o título têm o direito a alguma indenização pelas benfeitorias das suas posses e assim por diante.

Um tratamento diferenciado é feito para as posses de comunidades carentes, sobretudo quando há uso relativamente harmônico com a sociedade. Nesse caso, em particular, há, sim, áreas a serem consideradas. Ainda que elas não tenham o título definitivo da propriedade, por razões históricas, culturais ou de opressão, no passado, deverão ter o respeito, uma consideração especial.

A área que foi proposta é relativamente ampla e inclui dentro dela algumas áreas que talvez devamos recortar, reduzir e ajustar, com maior facilidade do que ampliar áreas que não foram propostas ainda agora.

A negociação começou agora. Queremos receber contribuições e manifestações a favor e contra. Quanto mais específicas elas forem, melhor para nós podermos fazer esse julgamento que infelizmente será de alguma forma subjetivo.

Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Rômulo Mello) - Vamos passar a mais três perguntas. Só quero informar que no caso da Reserva da Biosfera do Cerrado, do Distrito Federal, estamos promovendo processo de discussão com áreas núcleo para produzir o relatório de avaliação que será apresentado à UNESCO.

O SR. BRUNO DOURADO - Boa noite. Sou Bruno Dourado, engenheiro florestal, consultor autônomo fundiário e ambiental.

O tema fomenta várias questões, mas tentarei ser breve em alguns pontos, como curiosidade para colaborar com o debate.

Em relação às unidades de conservação, gostaria que o Sr. Cláudio abordasse mais a regularização fundiária das unidades de conservação. Isso é histórico, eu sei. Mas o que eu vi também, acompanhando esses anos, na época em que eu também trabalhei como coordenador de unidade de conservação no início do IBRAM, é que, num primeiro levantamento fundiário, quando eu fui fazer Biologia da



Conservação, no Pantanal, pela Fundação Boticário, a visão de lá era que o primeiro recurso a ser utilizado, numa unidade de conservação, era para a questão fundiária para depois se pensar na gestão. Tudo bem, isso é uma coisa de muitos anos, mas eu venho me perguntando, todos esses anos, passando por unidade de conservação, em órgão gestor ambiental, estadual, FUNAI, INCRA, sobre a presença do INCRA nas discussões que são responsáveis pela malha fundiária.

Eu vejo que, no debate hoje aqui, por exemplo, falando em produtor rural e ambientalistas, eu me considero até nos dois gargalos, porque minha família, como a maioria aqui, tem vínculo com a área rural e, ao mesmo tempo, com a ambiental.

Por que estou falando isso? Eu vejo que há, também, na hora da questão, aproveitando o gancho do Bruno em relação às escalas de trabalho, porque temos que usar claro, como pesquisador, dados oficiais, às vezes, falta de discussão também, pensando no lado cartográfico, que usa a base de dados geoespaciais, a questão de escala. Esse dado foi até que escala é possível tirar aquela informação.

Então, era um pouco para abordar essa questão. Quando fomos mapear aqui no DF as unidades de conservação e a questão fundiária, vimos que só o Jardim Botânico tinha registro no cartório.

Na verdade, isso é só um desafio, eu não estou analisando, apenas para enriquecer a discussão no sentido dessa integração de fundiário e ambiental. Por critérios ambientais, existe vários, isso está sendo aprimorado, e perfeito, mas deve haver essa integração com a questão fundiária para chegar à gestão.

Finalizo a pergunta com o plano de manejo e zoneamento, que faz parte também do procedimento de regularização. Eu sei que é um grande desafio, só estou colocando a temática, não querendo penalizar ex-gestores, desafio atual, para apenas comentar um pouco essa questão que permeia por todas as áreas protegidas, até na reserva legal que vai gerar o CAR com a questão fundiária. O INCRA está se integrando com receita, com cartório. Na regularização fundiária, você acaba permeando por legislação de registro público, legislação ambiental e legislação do uso da ocupação territorial, como o PDOT.

Falei demais, já entendi. Um abraço.

A SRA. PATRÍCIA SILVA - Meu nome é Patrícia Silva, eu trabalho com safari de observação e fotografia. Eu queria entender o que para mim parece um



desperdício. A Costa Rica, que é um país tão pequeno, explora tão bem o turismo, e nós estamos desperdiçando o nosso gigantismo pela própria natureza.

Eu enfrento várias dificuldades, tanto no meu *hobby* que é de observação e fotografia de aves, como no meu trabalho com os turistas estrangeiros. Os parques só abrem às 9 horas, o passarinho tem que estar lá às 5 horas, 5h30min, quando o sol está nascendo. Para conseguirmos entrar num parque desses, nós temos que conhecer o administrador, temos que pegar uma autorização antecipada. É uma questão complicada.

A outra questão são os passarinhos do próprio Brasil, cuja discussão sei que já vem sendo conversada, a fotografia. O cara chega lá com uma câmera grande e é interceptado, não pode fotografar. Por que estou falando isso? O passarinho, o turista estrangeiro que vem, traz recursos e é um fiscal por natureza. Então, ele está ajudando na preservação.

Queria entender qual o olhar da CTNBIO para isso. Ele não tem olhar, não está preocupado com isso ainda, não tem como se preocupar ou tem planos de desenvolver o turismo nesse aspecto?

Obrigada.

O SR. FABRÍCIO TRINDADE - Meu nome é Fabrício Trindade, eu sou estudante da UnB, servidor do Departamento de Estradas e Rodagens e atualmente lotado na Secretaria de Gestão do Território e Habitação.

Falaram várias vezes, nesta Casa, hoje, sobre preservação e conservação. Um dado que o Prof. Pacheco levantou me chamou muito a atenção, porque, em nenhum momento, foi falado sobre educação. Em todo momento, foi falado que é necessário conhecer o bioma Cerrado para melhor conduzi-lo e achar um equilíbrio entre o meio social e o meio natural.

Os modelos de educação que nós temos hoje na educação básica, fundamental, média e até mesmo superior é um pouco desequilibrado quando se traz para esse ponto de vista. E foi isso o que me preocupou. O Prof. Pacheco deixou bem claro que onde estão as maiores unidades de conservação é onde o Índice de Desenvolvimento Humano é mais alto também.

Não sei nem se a pergunta seria para vocês. Eu acho que não tem nenhum Deputado aqui presente no momento nesta Casa, mas eu gostaria que fosse falado



da contrapartida em educação, o que tem sido investido na educação e da burocratização também. Um pesquisador brasileiro hoje para poder entrar na Amazônia é um deus nos acuda, mas um pesquisador norte-americano vem de fora e tem livre acesso.

Eu gostaria que alguém respondesse a essa pergunta.

O SR. COORDENADOR (Rômulo Mello) - Eu negocieei com o Pacheco para nós já darmos as respostas e fazermos as considerações finais nos 3 minutos de que dispomos para cada um. Pode ser?

O SR. CLÁUDIO MARETTI - A questão fundiária e unidade de conservação evidentemente é uma dificuldade no modelo mais clássico de gestão de unidade de conservação e uma necessidade dentro dessa perspectiva. Há um equívoco em supor que a maior parte das unidades de conservação depende de compra de terras privadas, porque o que temos na verdade, feliz ou infelizmente, é que muitas unidades de conservação são criadas em áreas marginais do ponto de vista da ocupação e do interesse e, portanto, do processo de apropriação privada das terras que não têm nada necessariamente de ilegal, mas podem ter em algumas situações.

Nossa perspectiva desses 85 milhões de hectares: uma grande parte disso supõe domínio público, no caso das unidades federais, algumas como as áreas de proteção ambiental não supõem e outras têm alguma flexibilidade. É provável que menos de 20% disso dependam de regularização com proprietários privados.

A regularização fundiária vai muito além disso, vai obviamente à questão de ter o domínio da propriedade controlado. Você falou até em cartório, mas, diria, o mínimo cedido para o ICMBIO, no caso, por exemplo, a partir da Secretaria do Patrimônio da União, ou também no caso da concessão real de direito de uso para as comunidades locais fazerem uso sustentável dos recursos naturais.

Eu não diria que, do ponto de vista do direito do proprietário que é afetado, ou daquela comunidade que não tem a sua atividade econômica respeitada ou com alguma dificuldade, aí, sim, pode ser uma prioridade. Para a unidade de conservação, a tendência nossa é entender que a primeira prioridade é a proteção.

Na verdade, na Amazônia, sobre o que eu trabalhei mais nos últimos 12 para 13 anos, vimos vários picos de degradação e desmatamento imediatamente antes e imediatamente depois da criação da unidade de conservação, numa tentativa de



resistir justamente, porque grande parte das áreas tinha a presença de pessoas sem título e, muitas vezes, com interesse de grilagem. Essa perspectiva é um pouco negativa, se eu ligar à pergunta posterior. Na verdade, eu acho que a prioridade deve ser a apropriação pela sociedade.

O Parque Nacional de Itatiaia, tão sabidamente conhecido como o primeiro parque nacional, porque neste modelo de fato foi, ainda não está totalmente regularizado. Na verdade, ele tem grande parte já cumprindo seus objetivos, porque todo mundo chama aquilo de parque nacional. Uma parte dele está sob gestão direta do órgão público e outra parte tem uma ocupação com algum nível de conservação, que é interessante.

Então, a regularização fundiária de uma área dessas permitiria talvez gerenciar diretamente mais um atrativo turístico. Mas eu não acho que seja o elemento fundamental para apropriação da sociedade. Eu acho muito mais grave quando a gente pega uma área que é usada pela sociedade, por montanhistas e por gente que vai buscar um rio ou uma cachoeira para tomar banho ou observar aves, e cria um parque nacional dizendo que vai desenvolver o turismo. Depois, são 2 a 3 anos para chegar à área e mais 2 a 3 anos para fazer um plano de manejo, além de 3 anos para poder regulamentar a visitação. Aquela área que era visitada e em que foi criada uma unidade de conservação com objetivo de visitação fica 10 anos com proibição de visitação.

Então, eu diria que a primeira atribuição é a apropriação pela sociedade. Acho que temos que flexibilizar algumas regras. Mas a questão fundiária é fundamental quando se trata, por exemplo, do desenvolvimento turístico. Eu não posso conceder uma área para que o setor privado instale uma lanchonete com custo próprio e receita dividida entre ele e o Governo para poder aplicar na conservação, se aquela área não for minha, se não for regularizada. Eu posso conceder alguns serviços de visitação, e isso tudo é discutível, mas é muito complexo se eu não tiver domínio de uma área em que o privado pode querer competir comigo.

Se um parque nacional é criado e existe um título privado em um atrativo turístico, eu acho que o privado tem todo o direito de explorar e cobrar por essa visitação mesmo dentro do parque nacional. Isso se faz em alguns casos. A



Chapada Diamantina, de certa forma, tem esse tipo de problema no nosso Cerrado, o que estamos discutindo aqui hoje. Então, a situação é um pouco mais complexa.

O plano de manejo seria outro debate que eu acho que não terei como abordar. Eu vou me permitir usar um pouquinho mais do meu tempo para responder mais diretamente.

Sim, existe o interesse de visitação das áreas permitidas. Em minha opinião, um parque nacional sem visitação não é um parque nacional em funcionamento. A proteção da biodiversidade é o objetivo número um, mas não é suficiente para ser um parque nacional.

Então, ou nós erramos ao qualificar aquela área como parque nacional, ou nós estamos errando agora na gestão. Mas também é verdade — e o Rômulo talvez me corrija como meu antecessor — que nós temos provavelmente 10% dos servidores que deveríamos ter. Então, para gerir 75 milhões de hectares de forma direta, a estimativa — não comparando com Alemanha ou Estados Unidos, mas com países vizinhos — é que deveríamos ter 20 mil servidores. Nós temos 2 mil.

É muita gente e é caro para o povo brasileiro. Se eu tivesse 10 mil reais e fosse o Presidente da República, eu não sei se eu colocaria 10 mil reais para contratar mais gente para gerir o parque. Eu acho que os colocaria na educação. Mas temos que reconhecer este limite. Ou seja, a sociedade demanda mil coisas. O nosso custo do sistema de saúde é enorme. É claro que precisamos melhorar a gestão e um monte de coisas, mas a dificuldade de fazer abertura dos parques passa também por essa dificuldade de pessoal para fazer regularização fundiária, plano de manejo, etc.

Não é proibido hoje fotografar em unidades de conservação, em áreas de uso público, com qualquer equipamento. Isso está na norma. Existe um ou outro caso de um erro de um gestor local? Pode existir, mas essa não é a regra. Desculpem-me. Esta é uma suposição. A regra hoje é que, na área de uso público, há livre acesso para a fotografia amadora. A fotografia comercial já começa a ter outras implicações. Se o objetivo da imagem for publicitária, há mais ainda. Para abrir todos os parques às 5 horas, volta a mesma questão de pessoal, de pessoas que estão disponíveis ou não.



Esse debate está em curso. É uma das coisas que eu comecei quando assumi é o que eu chamo de Diálogos com a Sociedade, e um deles é exatamente sobre fotografia em unidades de conservação. Já ocorreu um debate extenso, como você citou, nas mídias sociais, e eu nem consegui acompanhar 100%. E há uma reunião programada paralela ao Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação.

Queremos discutir mais. Queremos melhorar a regulamentação. Queremos os fotógrafos, os passarinhos, os observadores de aves, assim como os pesquisadores, as populações tradicionais, os turistas, como aliados da conservação e não como inimigos. Mas o outro lado precisa compreender também que precisa construir isso conosco e precisa nos ajudar a fazer, porque senão a reação vai ser essa: *“Está bom, então pronto. Está fechado”*. E aí ninguém se beneficia, nem nós, nem o público, nem a conservação da biodiversidade.

Obrigado.

O SR. COORDENADOR (Rômulo Mello) - Com a palavra Júlio Cesar Sampaio da Silva.

O SR. JÚLIO CESAR SAMPAIO DA SILVA - Bem, vou tentar passar rapidamente sobre as principais questões que foram levantadas.

Eu não cheguei a comentar a questão dos corredores ecológicos, mas eu acho que é uma estratégia extremamente importante, porque complementa a estratégia de sistemas de unidades de conservação, seja ele estadual ou federal.

Mas é claro que os pontos que o Cláudio colocou são extremamente importantes. Não podemos pensar os corredores como outras unidades de conservação, mas a integração da paisagem das unidades de conservação com as áreas limítrofes, tanto produtivas quanto remanescentes, é extremamente importante e deve ser valorizada.

Vimos trabalhando nessa discussão, especificamente no Mosaico do Sertão Veredas-Peruaçu, justamente discutindo a implementação dos corredores e as ações necessárias para a efetivação da conservação naquela região. E é um modelo que, de fato, pode ser expandido para outras regiões.

Acho que um dos pontos extremamente importantes no contexto das unidades de conservação é o acesso à visitação, o reconhecimento da população geral sobre a importância e os objetivos daquela unidade de conservação.



Vale a máxima “*Se não se conhecer não se vai proteger*”. Isso é extremamente importante. A abertura das unidades de conservação que, de fato, têm como objetivo a visitação, é, sem dúvida, uma estratégia extremamente importante para a valorização desse instrumento de gestão territorial e de proteção.

A questão do turismo é outro ponto extremamente importante. Acho que entra também na discussão sobre diversificação de estratégias de uso de uma região. Hoje a coisa fica muito polarizada: ou uma área vai se tornar uma unidade de conservação porque tem um remanescente, porque tem uma espécie, etc., ou ela vai ser convertida para a produção.

Então, eu acho que temos que sair dessa polaridade e discutir os diferentes usos e as diferentes formas de se ocupar o Cerrado; não só o Cerrado, mas todo o nosso território. E, sem dúvida, isso faz parte de uma mudança de paradigma, é uma evolução sobre a nossa forma de pensar com relação à conservação.

Em minha opinião, é inadmissível hoje, na nossa sociedade, com a evolução tecnológica, com todas as evoluções por que passamos nos últimos anos, não acreditar, mas olhar para essas informações que o Pacheco trouxe dessa evolução de ocupação e pensar que em poucos anos se pode colapsar esse bioma tão rico e tão importante no contexto do nosso País.

Então, é isto que eu deixo de mensagem final: é importante pensar essa mudança na quebra desses paradigmas para que de fato consigamos no futuro falar sobre a diversificação dos usos, a conservação, a perpetuação das espécies, e a geração de riquezas nessa nossa região.

Obrigado.

O SR. RICARDO BONFIM MACHADO - Falarei rapidamente, porque estou entre vocês e o jantar, ou uma cervejinha. Vamos deixar essa tarefa para o Rômulo.

Vou fazer as considerações finais pegando esse gancho da educação, explorando um pouco mais aquele gráfico, porque ele mostra muita coisa, mas eu não tive tempo de explorá-lo.

Educação e cultura são duas coisas fundamentais para a conservação, ou seja, só um povo educado e culto que mantém a tradição de preservação consegue ter um ambiente ecologicamente justo e equilibrado.



Eu voltei para o Brasil mês passado, depois de 1 ano fazendo pós-doutorado na Inglaterra. É impressionante a cultura do inglês em relação ao ambiente! Eles não têm nada, mas o que eles têm é preservado. É impressionante o respeito que eles têm pela fauna e pela flora! Isso é fundamental.

Aquele gráfico que eu mostrei que indica que países com maior IDH preservam mais o meio ambiente, na verdade, apresenta dois fatores: educação e cultura, obviamente. Mas existe outro aspecto que temos que lembrar: o Brasil é um grande exportador de conservação.

O nosso modelo baseado em *commodities* faz com que quem compra a nossa soja, o nosso frango e o nosso gado receba o produto limpo. Na prateleira, o consumidor se esquece das externalidades associadas à produção do que está comprando. Todos os impactos de disputa territorial e social, desmatamento, perda de biodiversidade, queimadas, tudo isso fica aqui conosco.

Nós estamos permitindo que esses países invistam em áreas de conservação, porque eles não precisam dedicar espaço para produzir comida. Basta-lhes comprar de nós. Estamos fazendo o papel de exportar conservação para esses países. Eles estão tranquilos, porque não precisam dedicar seu território para produzir gado. Basta-lhes comprar a carne do Brasil. Todo impacto fica aqui.

Por isso, nós temos que verificar se esse é o modelo que queremos. Será que queremos realmente ser o celeiro do mundo? Eu detesto essa expressão. Quando ouço isso parece que a vocação do Cerrado é ser um campo de soja, é ser uma estrada, um prédio.

Nós temos que repensar o modelo. Isso parte da educação, da conscientização do povo e de uma nova cultura de respeito à natureza.

O SR. COORDENADOR (Rômulo Mello) - Antes do encerramento, passo a palavra ao Donizeti. (*Pausa.*) Ele não está presente.

Hoje aqui nós tivemos oportunidade de ouvir três esferas diferentes. Ouvimos o Dr. Maretti, Presidente do Instituto Chico Mendes, que detêm 9% do território nacional em áreas protegidas com altíssima complexidade — esperamos que esse número esteja sempre crescendo. Ouvimos o Dr. Ricardo Bomfim Machado, o Pacheco, um especialista em áreas protegidas e já foi do IBAMA e do Instituto Chico Mendes no Sistema de Unidades de Conservação e hoje representa a Academia



neste processo de discussão. Também ouvimos o Júlio Cesar, representante da WWF-Brasil, uma das organizações não governamentais mais atuantes no Brasil e no mundo em conservação do meio ambiente.

Tivemos três exposições ricas com diagnósticos e sugestões sobre as unidades de conservação e corredores.

Para mim ficam muito claras a importância dessa questão e a necessidade que a sociedade brasileira tem de se envolver no tema.

É muito importante que esta discussão esteja acontecendo aqui no Congresso Nacional, independentemente se há ou não Parlamentares presentes, como a colega colocou. Importa que este evento está acontecendo na Casa da democracia brasileira e, portanto, reverbera para a sociedade.

É fundamental que os Parlamentares participem desse processo para entenderem a importância do processo de conservação do meio ambiente no Brasil. Quando falamos de conservação, estamos querendo envolver toda a sociedade nesse processo.

No caso do Cerrado — lamentavelmente, a colega palestrante que falou sobre clima já não está mais presente —, há uma provocação, porque nós brasilienses inauguramos o Cerratense no dia 11, Dia do Cerrado, porque queremos, cada vez mais, fazer com que a sociedade entenda a responsabilidade específica que ela tem com relação ao bioma em que habita.

Nós temos aqui uma situação diferenciada. Se todos aqueles cenários de mudanças climáticas que foram apresentados se confirmarem, o Cerrado brasileiro receberá um impacto diferenciado no que se refere a mudanças climáticas.

A adaptação e a mitigação querem dizer uma coisa sobre a qual com certeza vamos falar nesses dois dias: a recomposição florestal. Eu não quero mais falar aqui sobre desmatamento. Eu quero falar sobre restauração florestal e sobre recomposição florística, porque, se nós quisermos estar aqui nos próximos 30 anos, vamos ter que tratar disso. *(Palmas.)*

O Congresso Nacional e, em especial, o Deputado Sarney Filho, que foi o autor do requerimento, estão de parabéns pela realização do seminário Bioma Cerrado — Normas de Conservação e Uso Sustentável. Agradeço também à



assessoria dos Deputados que construíram o evento e nos subsidiam. Foi muito importante esse processo de participação.

Nós vamos procurar fazer um trabalho no Distrito Federal que comprometa efetivamente a sociedade para que ela cuide do espaço que representa a sua qualidade de vida.

Dito isso, passo para as formalidades.

Informo a quem não recebeu os livros que foram distribuídos hoje que amanhã eles estarão à disposição na entrada do evento.

Agradeço os palestrantes deste painel rico pelo conteúdo apresentado à discussão.

A partir de segunda-feira, todas essas exposições estarão à disposição dos interessados na página da Comissão de Meio Ambiente na Internet, no *link* seminários.

Muito obrigado a todos e a todas. Que todos nós cerratenses tenhamos anos melhores, anos de conservação e anos de recomposição do Cerrado brasileiro e, em especial, do Cerrado do Distrito Federal.

Muito obrigado a todos. Boa noite. *(Palmas.)*